

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL**

LIANDRA LIMA CARVALHO

**MAIS DO QUE ‘LEVANTAR, SACUDIR A POEIRA
E DAR A VOLTA POR CIMA’:
um estudo sobre a autonomia superativa e emancipatória
de mulheres negras cariocas**

**NITERÓI
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LIANDRA LIMA CARVALHO

**MAIS DO QUE ‘LEVANTAR, SACUDIR A POEIRA
E DAR A VOLTA POR CIMA’:
um estudo sobre a autonomia superativa e emancipatória
de mulheres negras cariocas**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Nivia Valença Barros

Niterói
2008

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C331 Carvalho, Liandra Lima.

Mais do que 'levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima':
um estudo sobre a autonomia superativa e emancipatória de
mulheres negras cariocas/Liandra Lima Carvalho – 2008.

125 f.

Orientador: Nivia Valença Barros.

Dissertação (Mestrado em Política Social)

Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2008.

Bibliografia: f. 106-112.

1. Mulher negra. 2. Emancipação. I. Barros, Nivia Valença. II.
Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDD 305.436

LIANDRA LIMA CARVALHO

**MAIS DO QUE ‘LEVANTAR, SACUDIR A POEIRA
E DAR A VOLTA POR CIMA’:
um estudo sobre a autonomia superativa e emancipatória
de mulheres negras cariocas**

Dissertação apresentada ao Programa de
Estudos Pós-Graduados em Política Social
da Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Política Social.

Aprovada em julho de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Nivia Valença Barros
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª Dr^ª Andréa Lopes da Costa Vieira
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade do Grande Rio

Prof^ª Dr^ª Lourdes Brazil dos Santos Argueta
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2008

Dedico o presente trabalho às inúmeras mulheres negras brasileiras que vivenciaram discriminações raciais e de gênero, não se deixaram abater, e lutaram e lutam, de diversas formas, no combate a tal forma de violência. Bem como às pessoas que me ajudaram a desenvolver minha “autonomia superativa e emancipatória”, por meio da superação dos obstáculos e adversidades encontrados ao longo da vida: meu pai (in memoriam), minha mãe, minha irmã, meu companheiro e meu bebê – Vitor Hugo, que surgiu num momento tão especial que foi a construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a elaboração deste trabalho. De maneira particular quero agradecer:

À professora Nivia Valença Barros, minha orientadora, pelo acompanhamento, companheirismo, incentivo e pelas críticas enriquecedoras. Pessoa que hoje considero mais que uma professora, mais que uma orientadora, mas uma grande parceira.

Aos doutores-professores do Curso de Mestrado em Políticas Sociais, em especial ao Prof. João Bosco Hora Góes, à Profa. Mônica Senna, à Profa. Lenaura Lobato, à Profa. Rita de Cássia Santos Freitas, à Profa. Sueli Gomes Costa e ao Prof. André Brandrão, pelo respeito e incentivo que recebi.

Às cinco entrevistadas, já que sem a participação e disponibilidade delas não seria possível a realização deste trabalho.

Aos inúmeros amigos que colaboraram de maneira direta e indireta para a realização desse trabalho, muitas vezes, apresentando um ombro amigo, quando surgiam as dificuldades; dando sugestões; e demonstrando companhia e solidariedade, nos momento de solidão. A vocês, Adriana, Cleide, Dario, Edmilson, Erida, Fátima, Georgia, Iranir, Márcia Ribeiro, Mônica, Solange e Val, o meu muito obrigada!

Às colegas mestres em Política Social: Elizete Alvarenga, Giselle Pinto e Sandra Ricardo, muito obrigada por todo o incentivo, o companheirismo e pelas várias dicas.

Às colegas-mestrandas da turma de 2006: Ariane, Ana Paula, Leida, Mariza, Tatiana, Norma, Juliana e Rosana. Juntas percorremos todo esse trajeto do curso de mestrado, permeado por aulas, seminários, eventos, almoços, idas à biblioteca. Que possamos sentir saudades desses momentos, mas lembrar da amizade que desenvolvemos.

Aos colegas-mestrandos da turma de 2007: Ana Cláudia, Cristiano e Kelly, muito obrigada pelo companheirismo.

Enfim, como disse Gonzaguinha, *“a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá, é tão bonito quando a gente sente que não está sozinho, por mais que pense estar”*. A todas e todos que colaboraram de inúmeras formas para a realização desse trabalho: Muito obrigada!

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Apresentação do objeto de estudo.....	1
2. Por que estudar as mulheres negras?.....	5
3. Estrutura metodológica.....	9
1. Mulheres negras.....	11
1.1 Discutindo o entrelaçamento das questões relativas a gênero e raça no Brasil contemporâneo.....	11
1.2. A questão racial em pauta.....	15
1.2.1. O mito da democracia racial no brasil.....	19
1.2.2. Indicadores sociais - a realidade difícil de ser negada.....	24
1.3. Delineando alguns percursos da trajetória de luta contra as discriminações de gênero e de raça.....	31
1.4. Pontuando sobre a imagem da mulher negra, veiculada através da história, da literatura e da mídia no brasil.....	37
2. Resiliência e empoderamento – como juntos eles podem atuar no rompimento de processos opressivos, traumáticos e violentos?.....	45
2.1. Resiliência - o início de uma conversa.....	46
2.1.2. Panorama conceitual e a trajetória histórica acerca da resiliência humana.....	47
2.1.3. Entrelaçamento e implicações entre resiliência humana e adversidade.....	51
2.1.4. Outros componentes para a análise da resiliência humana: fatores de riscos, fatores de proteção, vulnerabilidade, estresse e coping.....	52
2.1.5. Destacando a resiliência humana em diferentes momentos da vida.....	56
2.2. Empoderamento - o começo de uma discussão conceitual.....	57
2.2.1. Tipos de empoderamento.....	60
2.2.2. A trajetória histórica do conceito “empowerment”.....	63
2.3. Resiliência e empowerment - uma aproximação teórica é possível?.....	66
2.4. O resultado da atuação da resiliência e do empowerment na vida das mulheres negras: a ‘autonomia superativa e emancipatória’ - um esforço de análise.....	67
3. Encontro da ‘pesquisadora’ com seu ‘objeto de estudo’.....	70
3.1 Apresentação da metodologia utilizada.....	70
3.2 Entrevistadas - encontros, apresentação e análise de seus perfis.....	76
4. Considerações finais.....	101
5. Referências.....	106

Anexo I - Roteiro de Entrevista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Anos de estudo da população brasileira por sexo e cor/raça	26
Gráfico 2 - População portadora de nível superior, por sexo e cor/raça	26
Gráfico 3 - Docentes por cor-raça, segundo nível de titulação máxima	27
Gráfico 4 - Taxa de Desemprego da população brasileira, por sexo e cor/raça	28
Gráfico 5 - Renda Mensal da população brasileira, por sexo e cor/raça	29
Gráfico 6 - População brasileira abaixo da linha da pobreza, por cor/raça	29
Gráfico 7 - População brasileira abaixo da linha de indigência, por cor/raça	30

LISTA DE SIGLAS

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CIAM	Centro Integrado de Atendimento à Mulher
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONG	Organização Não Governamental
PB	Paraíba
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
RH	Recursos Humanos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória de mulheres negras cariocas a partir de uma releitura crítica dos conceitos de *resiliência* e *empoderamento*, relacionados em um novo campo aqui denominado “autonomia superativa e emancipatória”. Pautada em uma análise história e em indicadores sociais, foi desenvolvida uma discussão acerca do “lugar social” ocupado por mulheres negras brasileiras desde sua chegada ao Brasil, vindas da África. Para a fundamentação do presente trabalho, uma pesquisa social qualitativa utilizou-se de entrevistas com cinco mulheres negras inseridas em diversos segmentos profissionais e residentes em diferentes localidades do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Mulheres Negras - Trajetória - Autonomia - Superação - Emancipação.

ABSTRATC

This study aimed to examine the trajectory of black women Cariocas, as was done for a critical reassessment of the concepts: resilience and empowerment, that were show a new field about “autonomy and emancipatory”. As well as, a discussion based on an analysis in history and social indicators, seeking discuss about "social place" occupied by Brazilian black women, contemplating since their arrivals, coming from Africa to this day. For reasons of this work has been carried out a qualitative social research, where they were interviewed five black women, entered into various segments professionals, residents in different localities of the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Black Women, Trajectory, Autonomy, Overrun, Emancipation.

INTRODUÇÃO

*"Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui..."
(Música: A Estrada, autoria de Toni Garrido)*

1. APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Longo foi o caminho percorrido até esse momento, com muitas leituras, divagações, *delírios*, construções e desconstruções até finalizar esta dissertação. Todos esses processos foram permeados por conversas, debates e profundas reflexões entre minha orientadora e eu.

Iniciei o mestrado com um olhar sobre a “legalidade” das questões objetivas que circunscrevem o universo de vida das mulheres negras, tendo como objeto de estudo a análise dos Registros de Ocorrência contra o crime de Racismo (Lei 7.716/89) que tinham mulheres como vítimas. Pouco a pouco, enquanto aprofundava meus estudos, vi que não era mais possível fazer uma “análise puramente objetiva” dos dados coletados, mas que teria também que analisar como se processava o entrelaçamento entre as questões relativas a desigualdades raciais e a gênero, pois somente assim poderia aprofundar os estudos e definir o objeto de estudo de acordo com as outras visões que foram sendo incorporadas no percurso do mestrado. Assim, cheguei a minha atual proposta de estudo: a análise da

trajetória de mulheres negras contemporâneas que vivenciaram e superaram situações de discriminação de gênero e raciais.

Ao buscar compreender esta trajetória, pude perceber o processo de vida que se apresenta com movimentos que podem ser caracterizados como expressão de “resiliência” e de “empoderamento”. Graças a uma releitura crítica desses dois conceitos, foi possível “ousar” e elaborar uma nova concepção para esse campo de estudo, denominada “autonomia superativa e emancipatória”, por considerar, a partir dessa releitura, que os dois conceitos podem estar em consonância e são temas transversais¹. O entrelaçamento entre as categorias Resiliência e Empoderamento pode ser observado, especialmente, junto a grupos social e historicamente oprimidos, como as mulheres negras brasileiras. Gostaria de ressaltar que, mesmo considerando que os dois conceitos surgiram em áreas diferentes e que inexistem trabalhos teóricos que apontem a ligação que vislumbro e indico no presente trabalho, apresentarei esta inter-relação como uma possível e plausível concepção a ser adotada – e, com certeza, a ser mais aprofundada em estudos futuros².

Meus desafios tomaram um rumo diferente, mas continuava presente o “olhar” sobre a violência contra as mulheres negras. Em alguns momentos, sentia que outros “olhares” sobre esta questão se multiplicavam. Alguns eixos nortearam estas reflexões, citando:

- 1) A concepção ‘autonomia superativa e emancipatória’, surgida de uma releitura crítica dos processos de resiliência e empoderamento, como norteadores para a interpretação das várias formas de violência sofridas pelas mulheres negras, em especial a discriminação racial³.

¹A consonância entre as categorias Resiliência e Empoderamento foi percebida como resultante dos estudos feitos no processo de orientação desta dissertação, que deram origem à concepção de “autonomia superativa e emancipatória”. Tal conceituação será detalhada no capítulo 2 desta dissertação.

² Estudo a ser aprofundado em doutorado e nos próximos estudos e artigos que pretendo publicar. A Prof. Nivia Valença Barros, orientadora desta dissertação, também estará aprofundando esta categorização em seus próximos estudos e em seu pós-doutorado, como co-partícipe nesta proposta de categorização.

³ BRITO, 1997

- 2) A releitura crítica dos conceitos de resiliência e empoderamento, como possibilidade para a realização de uma análise da questão social do racismo no Brasil, pautada nas seguintes características explicativas: a histórica “harmonia” nas relações desenvolvidas entre portugueses e os africanos que foram trazidos ao Brasil como escravos⁴; a “romantização” da violência sexual cometida contra as mulheres escravas⁵; o “mito da democracia racial”⁶; e a luta por uma “igualdade racial”⁷.
- 3) As inter-relações entre as relações individuais e coletivas marcadas pela violência, opressão e falta de oportunidades à população negra, e os indicadores sociais⁸ que mostram, periodicamente, uma desigualdade (entre a população branca e a população negra brasileira⁹) em todos os níveis considerados necessários para a obtenção de qualidade de vida, tais como: expectativa de vida ao nascer, grau de escolaridade, renda etc.
- 4) A percepção de como as mulheres negras analisam na atualidade as suas trajetórias individuais e como estas formam o cenário social do racismo no Brasil, especialmente quando dirigido contra mulheres negras.

Muitos foram os desafios para o aprofundamento e a análise dessas questões em níveis individuais e coletivos, públicos e privados, nas vidas de mulheres negras, tais como: desafios, adversidades, emancipação, autonomia e superação. Para avaliar este processo, gostaria de destacar a importância dos vários movimentos sociais, especialmente

⁴ SOUZA, 2001, p.289.

⁵ CARNEIRO, 2002, p.169

⁶ GUIMARÃES, 2001, p.390; SCHWARCZ, 1998, p.201; FERNANDES, 1998, p.255; MAGGIE, 2006, p.226.

⁷ SEPPIR; CARVALHO, 2007.

⁸ CRIOLA, 2002; PNUD, 2005; UNIFEM et. al., 2006.

⁹ Reconheço que vêm acontecendo mudanças nos indicadores sociais da população negra, refletindo, em especial, um aumento do grau de escolaridade e de renda, mas ainda são extremamente pequenas.

o Movimento Negro¹⁰, o Movimento Feminista¹¹ e o Movimento de Mulheres Negras¹², por meio da contribuição e da luta em prol das conquistas individuais e de toda a coletividade, para a garantia dos direitos específicos. A supressão desses direitos pode ser considerada uma inconstitucionalidade, já que estes grupos foram historicamente oprimidos e, assim, não tiveram oportunidades iguais, o que representa uma “dívida social” do país. Os movimentos sociais mencionados foram incansáveis em suas lutas pela garantia desses direitos.

“Os analistas pós-modernos chamam esse paradoxo de ‘dilema da diferença’, quando se identifica um grupo particular com necessidade e direitos específicos, o pertencimento ao grupo já constituiu um estigma.” (MINOW, 1985; PARKER et. al., 1999¹³ apud VASCONCELOS, 2003, p.96)

A análise desenvolvida nesta dissertação não é contrária aos movimentos sociais, considerando-os como de fundamental importância para as lutas e conquistas da população negra no Brasil, mas busca uma via crítica alternativa para a pesquisa de tal realidade, por acreditar que

“(…) a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, como ele, a multiplicidade de espaços e dos tempos, a meada nas relações em que ele se inscreve.” (REVEL, 1996, p.21)

Assim, objetivei buscar os “fios dos destinos particulares” de algumas mulheres negras e, para tanto, relacionar e analisar este processo à luz da “autonomia superativa e emancipatória”. Contudo, cabe ressaltar que reconheço que respostas individuais não

¹⁰ NASCIMENTO, 2002; GUIMARAES, 2001, p.392; FERREIRA, 2004, p.127.

¹¹ CARNEIRO, 2006, p.109.

¹² CALDWELL, 2000, p.96; LEMOS, 1997.

¹³ MINOW, M. *Learnig to live with the dilemma of difference: bilingual and special education*, in: PARKER, S. et. Al. *Empowerment: the modernist social work concept por excellence*, in: PEACE, B. and FOOK, J. *Transforming Social Work practice*. London, Law and Contemporary Problems, 18(2), 1985, pp.157 – 211.

poderão, por si sós, mudar a realidade experimentada, sendo necessário, também, perceber a atenção dada pelo Estado, objetivando a ampliação de oportunidades às populações que vivenciaram processos de exclusão, especificamente, segundo nosso objeto de estudo, as mulheres negras brasileiras. Considero neste trabalho as mulheres entrevistadas como cariocas, mesmo que algumas delas não tenham nascido e não vivam na Cidade do Rio de Janeiro. Esta denominação refere-se a uma "questão de identidade", muito peculiar aos moradores de todo o Estado do Rio de Janeiro face a todo o país.

Por meio dos encontros com as entrevistadas, selecionadas para o estudo aqui desenvolvido, busquei desvelar o que fazia com que elas não somente *levantassem, sacudissem a poeira e dessem a volta por cima*, a partir das adversidades vivenciadas, mas o que fez com que elas ao longo de suas vidas, realizassem escolhas pessoais e profissionais, em prol da autonomia superativa e emancipatória de outras mulheres.

2. POR QUE ESTUDAR AS MULHERES NEGRAS?

Segundo MINAYO, uma das características das Ciências Sociais é a identidade entre o sujeito e o objeto de investigação.

Que substrato comum seria este? Para responder a esta pergunta é necessário contextualizar o processo. Neste sentido, cabe falar um pouco de mim. Poderia iniciar falando sobre o meu currículo acadêmico ou minha experiência profissional, mas vou seguir outro caminho.

Nasci há 28 anos, em Duque de Caxias, um município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, que tem como características a pobreza, os baixos índices de qualidade de vida e o alto grau de criminalidade e violência. Sou a primeira filha de um auxiliar de escritório, negro, que morreu dizendo que era

“mulato”; e de uma dona-de-casa que durante muito tempo foi empregada doméstica, até, após o casamento, ter deixado de trabalhar na casa dos outros para trabalhar na sua casa. Minha mãe se considera morena e, às vezes, branca, já que tem olhos cor de mel, pele clara e, hoje, cabelo com tons alourados. Um ano e quatro meses depois do meu nascimento, nasceu minha irmã, e minha mãe decidiu que não iria ter mais filhos. Enquanto meu pai ia para o trabalho todo dia, numa imobiliária no Centro do Rio de Janeiro (cabe ressaltar que a maioria da população da Baixada Fluminense, naquela época, trabalhava no Centro ou na Zona Sul do Rio do Janeiro, pois na Baixada não havia empregos), minha mãe cuidava de nossa educação e da casa. Meu pai tinha somente o que hoje é chamado de Ensino Fundamental, mas com seu salário conseguia pagar o aluguel da casa onde morávamos e as demais despesas com alimentação, vestuário etc. Eu não tinha três anos de idade quando meu pai voltou a estudar e fez o Ensino Médio de Contabilidade, e minha mãe, o Ensino Médio de Formação de Professores. Significa que o salário dele também pagava as mensalidades desses cursos.

Aos três anos de idade fui para a escola, como toda criança. Uma escola particular – eu e minha irmã sempre estudamos em escolas particulares, consideradas de boa qualidade para o contexto local. Grande parte do salário do meu pai destinou-se à nossa educação, até o Ensino Médio. Ele dizia que nos deixaria a melhor herança, educação, e que isto ninguém poderia nos tirar.

Na casa não se falava em racismo ou discriminação racial. Não sei o porquê disso. Talvez meus pais achassem que não existia discriminação racial, talvez apenas quisessem nos proteger dela. Por volta dos cinco anos de idade, minha mãe começou a passar produtos químicos para alisamento no meu cabelo. Foi também por volta dessa idade que descobri que era negra, não por causa dos produtos químicos no cabelo, mas porque, pela primeira vez, tive uma colega de turma branca. Ainda lembro bem de olhar o braço dela

pintando e escrevendo, de olhar para o meu e ver que tínhamos cores de pele diferentes. Queria entender aquilo, mas não perguntei a ninguém, nem à professora, nem à minha mãe. A partir desse momento, foi iniciada toda uma série de utilização de produtos químicos que a minha mãe passava no meu cabelo e no de minha irmã. Ela dizia que era para ficarmos bonitas. Iniciamos com a “touca de gesso”, depois “henê”, “chapinha”, “permanente”, “relaxamento” etc. O mais chato era dormir de “bob”. E assim eu fui vivendo.

Quando tinha aproximadamente 12 anos de idade, ela me levou para fazer um novo alisamento – no dia seguinte, na escola, vários colegas zombaram de mim, dizendo que eu estava com uma “peruca Lady” (marca de perucas famosa no Rio de Janeiro, da qual era veiculado um comercial de TV). Como era esperado de mim, tive vontade de chorar, mas não o fiz na frente deles. Ao chegar em casa, contei para minha mãe, que contou para o meu pai quando ele chegou do trabalho. No dia seguinte, quando ele me levou à escola (como fazia todos os dias), conversou com o inspetor, e sei que não fui mais xingada. Mas a partir daquele momento, eu tive a certeza de que eu não era igual àquelas pessoas, e que teria que lutar para chegar a “algum lugar”; e também decidi que não passaria mais nenhum produto químico no cabelo. Hoje vejo esse fato como um “divisor de águas” em minha vida.

Terminei o Ensino Fundamental aos 14 anos de idade, convenci meu pai a me empregar na imobiliária dele, em Duque de Caxias. Nesta época, ele já era Corretor de Imóveis. Comecei a trabalhar de dia e estudar à noite. Terminei o Ensino Médio aos 17 anos de idade, sem muita certeza sobre que faculdade faria, mas sabia que iria cursar alguma. Não me preocupei muito com isso, porque já sabia que teria que arrumar um emprego para ter um salário e pagar essa faculdade, já que faculdade pública era para “quem podia”, situação que não era a minha. Aos 18 anos de idade fui admitida numa empresa de telemarketing, que ficava em Botafogo. Eu tinha saído da Baixada Fluminense, rompendo assim uma das primeiras barreiras na vida. Com o salário que recebia, pude

iniciar, aos 19 anos, a faculdade de Serviço Social numa pequena instituição em Duque de Caxias, chamada Santa Luzia. No meio do curso eu me casei, e em virtude de dificuldades financeiras tranquei a matrícula por um ano. Voltei em 2002 e me formei no final de 2003. Foi quando meu pai recebeu o retorno de tanto trabalho ao longo da vida: desenvolveu um câncer, que o levou a falecer cerca de um mês antes de minha formatura. Quando eu entrei na faculdade, minha mãe também decidiu voltar a estudar. Coursou a faculdade de Geografia e, assim, pôde dar aulas para os ensinos Fundamental e Médio.

Antes de me formar, me tornei acadêmica bolsista de uma ONG que trabalhava no combate à violência doméstica contra a mulher em Duque de Caxias, e logo que coleei grau, fui contratada. No curso de Serviço Social, embora houvesse muitos debates sobre questões sociais, pouquíssimo se falava sobre racismo ou discriminação racial. Em 2005, participei de uma seleção para uma das maiores ONGs do Brasil, e, no momento em que tive contato com os selecionadores, descobri que éramos 30 pré-selecionados para 8 vagas. Fui selecionada como a única Assistente Social na equipe. Somente duas pessoas eram negras: eu e uma Professora de Letras. Posteriormente, no departamento em que trabalhava na ONG, verifiquei que a presença de funcionários negros era raríssima. Essa experiência foi muito desafiadora, cansativa, mas de grande aprendizado, já que a discriminação racial, junto com várias outras segregações, encontrava-se presente durante todo o tempo. Após seis meses de trabalho o meu contrato foi prorrogado por mais um ano, o tempo máximo possível de acordo com as regras de RH da ONG.

Foi no decorrer deste processo que decidi tentar o Mestrado em Serviço Social. Reconheço que canalizei muito de minha trajetória para construir forças para o objetivo e desafio de cursar o mestrado. Conforme Caetano Veloso, *"cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é"*. Passei na seleção do Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense, em julho de 2006. E os desafios desta nova fase de vida se iniciaram.

Como resultante de toda esta trajetória, está sendo construída esta dissertação, que articula a minha vivência particular inter-relacionada à vivência de outras mulheres que participaram da pesquisa desenvolvida.

3. ESTRUTURA METODOLÓGICA

Após tratar da trajetória acadêmica desenvolvida, bem como de minha trajetória pessoal, apresento a estrutura do trabalho acadêmico que desenvolvo.

No **primeiro capítulo** realizo uma **discussão teórica acerca das questões relativas à trajetória histórica das mulheres negras brasileiras**, abordando o entrelaçamento entre as categorias gênero e raça; os indicadores sociais da população brasileira, em especial os referentes às mulheres negras; a criação do Movimento de Mulheres Negras; e a análise da imagem das mulheres negras, através da história, da literatura e da mídia.

No **segundo capítulo** analiso os conceitos de **resiliência e empoderamento**, abordando a trajetória histórica e conceitual de ambos, bem como discuto as ligações observadas entre eles, e a partir disso uma releitura crítica desses conceitos nomeada de “autonomia superativa e emancipatória”. Vislumbro como essa perspectiva encontra-se presente no rompimento dos processos de opressão e como pode atuar junto à vida das mulheres negras.

No **terceiro capítulo** apresento um **aprofundamento da releitura crítica dos conceitos resiliência e empoderamento**, por meio da apresentação **trabalho de campo** desta **pesquisa social**, realizado com cinco informantes, mulheres negras, selecionadas, que passaram e ainda passam por processos complexos que derivariam no que conceituo como autonomia superativa emancipatória. Estas cinco informantes são das seguintes

áreas: academia; política; empresariado; sindicalismo e defesa da cidadania. A escolha destas personagens objetivou permitir a configuração de diferentes perfis de mulheres negras representativas em nossa sociedade, pois são gestoras, ativistas, militantes e profissionais de diversas áreas.

Utilizei entrevistas para a efetivação desta etapa, com base no conceito de “entrevista de pesquisa”, que se fundamenta “numa conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (KAHN & CANNELL, 1962, p.52¹⁴ apud MINAYO, 1998, p.107-108).

¹⁴ KAHN, R. L. & CANNELL, C. F. *The Dynamics of Interviewing: Theory, Technique and Cases*. N. York. John Willy. 1962.

1. MULHERES NEGRAS

*“Eu não quero ser a pretinha.
Quero ser a crioula maravilhosa.”¹⁵*

Este capítulo apresenta, inicialmente, uma discussão acerca do entrelaçamento das categorias gênero e raça, e para tal discorre sobre o racismo e a discriminação racial. Traça também um paralelo sobre os indicadores sociais da população branca e população negra brasileira por sexo, o qual permite observar e apresentar como é vulnerável e desfavorável a posição que as mulheres negras ocupam em nossa sociedade, posição esta que pouco se modificou ao longo da história brasileira. É apresentada a trajetória da criação do Movimento de Mulheres Negras. Encerro este primeiro momento de discussão pontuando como vem sendo veiculada a imagem da mulher negra através da história, da literatura e da mídia.

1.1. DISCUTINDO O ENTRELAÇAMENTO DAS QUESTÕES RELATIVAS A GÊNERO E RAÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ao analisar que existe um aspecto comum entre as categorias gênero e racismo, por meio do entrelaçamento das questões implicadas em seu processo historicamente construído, observa-se que ambas as conceituações possuem como explicação a diferença

¹⁵ SOUZA, 1983, p.41.

“natural” entre seus diferentes sujeitos: na categoria gênero tem-se a explicação naturalizada de que homens são mais capazes do que mulheres; na categoria racismo, a explicação também naturalizada de que brancos são mais capazes do que negros. Em ambas as concepções encaram-se as diferenças como naturais, e não como socialmente construídas.

Gênero e racismo são duas análises que devem ser examinadas em conjunto¹⁶, em especial na análise da trajetória de mulheres negras a que se propõe este estudo.

“Considerando que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações diferente dos homens, o interativo de incorporação de gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas. Portanto, a incorporação do gênero, no contexto da análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens” (CRENSHAN, 2002, p.172)

Analisando a temática, observa-se que gênero “é um conceito relacional” (SCOTT, 1990). Logo, segundo esta concepção, fica evidente a vinculação a outro conceito: sexo. Assim, é necessário fazer uma diferenciação entre os dois conceitos:

“Gênero, na sua acepção antropológica, é ‘a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos’. Assim, sendo culturalmente elaborados, esses papéis e identidades não são inatos, mas adquiridos, atribuídos.” (NAVARRO, 1988¹⁷ apud STREY In: GROSSI & WERBA, 2001, p.49)

As discussões sobre a categoria gênero são amplas e abrangem vastas áreas do conhecimento. Nas últimas décadas têm apresentado uma variada gama de abordagens.

“Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo, significa dizer que, no jargão da classe sociológica, a palavra sexo

¹⁶BLACKWELL et. all, 2002, p.189-198.

¹⁷NAVARRO, M. *El androcentrismo em la historia: la mujer y realidad social*. Bilbao: Servicio Editorial de la Univerdad del País Vasco, 1988.

designa agora a caracterização anato-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do diformismo sexual da espécie humana e caracterização do masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apóia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura (...) O conceito de gênero, tal como esboçado, tem como origem a noção de cultura. Essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam – como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos – são produzidos e sancionados socialmente de um sistema de representações.” (HEILBORN, 1994)

Dessa forma, “culturalmente” e não “naturalmente”, temos constituído as divisões sociais entre homens e mulheres.

“O grau de estratificação de gênero em uma sociedade, refere-se à extensão em que as mulheres estão sistematicamente em desvantagem no acesso a esses valores em comparação aos homens de sua própria sociedade, que também são seus iguais socialmente (em classe social, raça e etnia, idade e religião, etc.). Dentro das sociedades complexas, o nível de desigualdade de gênero pode e frequentemente assim o é, variar na classe ou outras variáveis de estratificação social” (CHAFETZ, 1991¹⁸ apud STREY In: GROSSI & WERBA, 2001, p.53)

E não raro, no caso de funções/profissões que são desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres, as remunerações recebidas por eles são maiores do que as recebidas por elas.

“Na base de todos os sistemas de estratificação de gênero está a divisão do trabalho baseada no gênero, na qual as mulheres são as principais responsáveis por diferentes tarefas das quais os homens não são responsáveis.” (STREY, 2001, p.53)

As categorias gênero e raça se coadunam na busca de explicações biológicas para divisões social e culturalmente construídas. De acordo com Nascimento, “a noção de raça como categoria socialmente construída ecoa o conteúdo da crítica feminista ao patriarcalismo” (NASCIMENTO, 2002, p.65).

¹⁸ CHAFETZ, J. S. The gender division of labor and the reproduction of female disadvantage. In: BLUMBERG, R. L. (org.) Gender, family and economy. Newbury Park: Sage, 1991.

Desta forma, o “lugar social”¹⁹ no qual as mulheres negras se encontram pode ser considerado como de dupla discriminação: podem ser vítimas da violência de gênero, consideradas incapazes por serem mulheres, bem como do racismo, que também as considera incapazes, por serem negras. “Desse modo, o racismo e o patriarcalismo se cruzam numa dinâmica de interação e dependência mútua na desumanização de determinados grupos subordinados” (id.ibid., p.66).

“A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subalternização. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) e, muitas vezes, invisível.” (CRENSHAN, 2002, p.175)

BRITO (1997) inclusive considera que a maioria das mulheres negras brasileiras sofre a chamada “tripla discriminação”, por serem mulheres, negras e pobres. Apesar da relevância dessa discussão, as mulheres negras, independentemente da classe social que ocupam, podem vir a sofrer discriminação racial no Brasil. Considero que nenhuma mulher negra, pertença à classe média, média alta ou alta, seja intelectual ou política, está isenta de sofrer discriminação racial. É fundamental destacar o viés classista como um importante elemento discriminatório, mas não o único. Tal fator pode ser intensificado por outros aspectos não menos importantes e, também, de intensa discriminação, como o racismo. Pode-se observar um exemplo de tal situação num episódio relatado por Matilde Ribeiro²⁰:

“Tem situações do tipo: ‘Você sabe com quem está falando?’ Isso eu acho desnecessário. Tem situações de veto, você chega num lugar, as pessoas olham, tem toda aquela fachada de segurança e a primeira reação é de ‘aqui você não entra’, aí alguém fala ‘mas ela é ministra’, ‘ah, pode entrar’. Essas coisas são cotidianas, porque não está escrito na testa que sou ministra, as pessoas não sabem.” (AMARAL, 2006, p.35)

¹⁹Ver: GUIMARÃES, 2002.

²⁰ Na época, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.

Esta fala revela uma das bases do racismo no Brasil, o ‘lugar social’ que o negro ocupa no contexto e no imaginário social. Uma mulher negra que ocupe um determinado cargo ou uma determinada classe social, em muitos casos, para que não seja barrada em inúmeras situações precisa, durante todo o tempo, mostrar quem é e por que está ali.

1.2. A QUESTÃO RACIAL EM PAUTA

É comum a utilização dos conceitos “raça” e “etnia” como similares, gerando uma compreensão de que sejam sinônimos, mas torna-se necessário ressaltar que não são. A discussão sociológica sobre grupos étnicos surgiu após a II Guerra Mundial, a partir de pesquisas científicas, algumas delas promovidas pela UNESCO, atrelada ao conceito de raça.

“Alguns cientistas sociais passaram a considerar “raça”, um grupo de pessoas que, numa dada sociedade, é socialmente definido como diferente dos outros grupos em virtude de certas diferenças físicas reais ou putativas (...). Ou seja, os fenótipos seriam uma espécie de matéria prima física e ganhariam sentido apenas por meio de crenças, valores e atitudes. Na ausência de marcas físicas, segundo alguns autores, esses grupos deveriam ser chamados, com maior propriedade, de étnicos” (GUIMARÃES, 1999, p.22)

Por meio de uma discussão posterior, surgida na década de 1970, o conceito de raça do ponto de vista biológico foi abolido e o conceito de etnia toma a conotação de “grupamento humano homogêneo quanto aos caracteres lingüísticos, somáticos e culturais” (BUENO, 1986, p.463).

Segundo NASCIMENTO (2003), houve uma intenção das ciências sociais em eliminar o termo “raça” e substituí-lo por “etnia”, em especial no Brasil, sob a alegação de não existir racismo no Brasil.

“Ademais, a noção de etnia não consegue substituir a de raça porque os grupos humanos designados pelo termo raça são mais inclusivos, remetendo em geral a uma origem geográfica de ascendência - África, Ásia, Europa, Américas -, às vezes

remota, evidenciada em aspectos da aparência física, e que implica uma comunidade de trajetória histórica, matriz cultural e vida social” (NASCIMENTO, 2002, p.48-49).

Ferreira compartilha com Nascimento a noção acerca da diferenciação entre raça e etnia. Etnia referir-se-ia a uma “classificação de indivíduos, em termos grupais, que compartilham uma única herança social e cultural (costumes, idioma, religião, e assim por diante) transmitida de geração a geração (CASAS, 1984²¹ apud FERREIRA, 2004, p.50). Destaca ainda que “membros de grupos raciais diferentes podem pertencer a um mesmo grupo étnico e membros de grupos étnicos distintos podem pertencer a um grupo racial” (FERREIRA, 2004, p.50).

Os principais aspectos característicos dos grupos étnicos são a história e a cultura que trazem por sua migração e buscam preservar, passando de geração em geração, como o fazem ciganos, judeus, árabes, gregos etc., segmentos esses que passaram por processos de opressão e utilizam a perpetuação de sua cultura como marca de resistência.

“Já que a noção de raça como origem e ancestralidade incorpora as dimensões de história e cultura sem remeter ao essencialismo biológico, perde o sentido a proposta de sua substituição pelo eufemismo “etnia”. Ademais, no processo de resistência à discriminação, constata-se a necessidade de reconhecer as realidades sociais criadas a partir dos critérios discriminatórios. Como lutar contra o racismo se negamos a existência de “raças” e, portanto, da discriminação racial? Se na ausência de “raças” a discriminação atinge apenas as etnias, teremos que organizar uma luta social contra o “eticismo”? (...) essa noção tem ressonância no imaginário social e, portanto, carece de capacidade mobilizadora. Racismo, ao contrário, é ampla e imediatamente identificado como algo a ser repudiado, correspondente à identificação popular do fenômeno discriminatório” (NASCIMENTO, 2003, p.50).

A percepção da diferença entre “raça” e “etnia”, portanto, torna-se necessária para que não surjam equívocos teóricos e para observar a demarcação teórica neste trabalho: é a categoria raça que é tratada do ponto de vista sociológico. Para analisar a categoria

²¹ CASAS, J. M. “*Policy, training, and research in counseling psychology: the racial/ethnic minority perspective*”. In: BROWN, S. D. e LENT, R. W. (eds) *Handbook of counseling psychology*. New York, John Wiley & Sons, pp.785-831, 1984.

“racismo”, considero ser necessário que, anteriormente, discuta-se o conceito “raça”.

Existe um grande debate acerca desta conceituação, principalmente no cenário acadêmico:

“Aqueles que se opõem ao uso do conceito de ‘raça’, pelas ciências sociais, fazem-no ou porque a Biologia nega a existência de raças humanas ou porque considera essa noção tão impregnada de ideologias opressivas que o seu uso não poderia ter outra serventia senão perpetuar e reificar as justificativas naturalistas para as desigualdades entre os grupos humanos. Por outro lado, aqueles que defendem a utilização do termo pelas ciências sociais enfatizam, em primeiro lugar, a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias e, em segundo, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há outra alternativa senão reconstruir, de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia.” (GUIMARÃES, 1999, p.20)

Considero o conceito raça, enquanto sociológico e não biológico, assim acredito que o mesmo remete a:

“(…) formas de classificação sociais com implicações substantivas para as oportunidades individuais no interior dos diferentes grupos sociais. (...) uma forma bastante específica de ‘naturalizar a vida social’, isto é, explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais.” (COSTA, 2002)

Segundo BRODEUR (1997)²², para que o racismo seja considerado do ponto de vista sociológico, é necessário que seja praticado por opressores contra oprimidos, por razões raciais ou étnicas. Em virtude da dificuldade na precisão deste conceito, BRODEUR utiliza categorias de tipos de racismo: a) *Racismo como a adoção de comportamento* pautados em crenças sobre características raciais ou étnicas, sendo configurado assim, como preconceito racial ou como discriminação racial; b) *Racismo como doutrina de superioridade* pertencente à raça branca, utilizada como forma de desumanizar os diferentes, atribuindo-lhes traços de animalidade; c) *Racismo como fixação fanática a*

²² BRODEUR, Jean-Paul. *Violence and Racial Prejudice in the context of Peacekeeping*. Ottawa: Minister of Public Works and Gov. Services, 1997.

respeito da própria identidade, com obsessão contrária a ‘contaminação’ dos diferentes, levando à segregação, à purificação étnica e ao extermínio, podendo ser representado pela ideologia do sistema nazista, criado por Hitler; d) *Racismo sistêmico*, marcado por normas e práticas sociais em detrimento de grupos raciais ou étnicos (BRODEUR, 1997 apud SILVA, 1998, p. 88-90).).

Segundo GUIMARÃES (1999), o racismo origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina surgida no século XIX, que justificava a desigualdade entre os seres humanos a partir de diferenças entre as raças humanas, manifestadas por características de inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados.

Várias são as configurações do racismo na atualidade. Suas conformações são utilizadas como meio de explicação ou justificação para as diferenças, preferências, privilégios e desigualdades entre seres humanos. Baseadas na idéia de raça, como forma de compreensão de superioridade ou inferioridade cultural de povos, etnias ou grupos, naturaliza-se a compreensão dos impactos e desigualdades de oportunidades e de tratamento a diferentes grupamentos sociais. Somam-se a estas expressões as desigualdades políticas, as de direitos civis, e a interiorização de sentimento de inferioridade por essas populações; desigualdades aumentadas pela manutenção ou reprodução das desigualdades sociais e econômicas entre grupos de pessoas identificadas como de diferentes raças e etnias (GUIMARÃES, 1999, p.199-200).

Assim, existiria uma dupla discriminação para com a população negra, em especial junto às mulheres que sofrem com as questões raciais e com as situações de extrema desigualdade sócio-econômico-cultural em que vivem.

“Existem, no Brasil, estas duas formas de discriminação: a de classe e a de raça. Assim, os negros são duplamente discriminados, porque são pobres e porque são negros. Por este pertencimento racial, o indivíduo é impedido de muitas oportunidades de ascensão na sociedade. A exclusão social da população negra foi fruto

de uma estratégia política empreendida pela elite racista, bem antes da abolição da escravidão. Portanto, os negros tornaram-se majoritariamente pobres porque são negros.” (ROCHA, 2006, p.31)

As concepções de BRODEUR (1997²³ apud SILVA, 1998, p.90-91) e GUIMARÃES se coadunam. De acordo com BRODEUR, discriminação racial é a materialização, intencional ou não, de um preconceito racial, podendo ser caracterizada pela institucionalização de práticas voltadas para manter a raça negra em situação de inferioridade social. Já segundo GUIMARÃES:

“os estudos ainda pioneiros sobre a discriminação racial no país tendem a ressaltar a importância de uma ordem estamental, que ainda orienta a interação entre brancos e negros, moldando o sentido e as expectativas da ação social. A legitimidade de diversas formas de violência e discriminação, que são práticas generalizadas de interação entre parcelas significativas da população, acaba, de fato, por limitar o exercício da plena cidadania, tornando bastante plausível, porque invisível, a discriminação racial.” (GUIMARÃES, 1999, p.67)

Observo a necessidade de ressaltar a conotação que vem sendo dada neste trabalho à discriminação racial, considerando-a como uma forma de violência e opressão, muitas vezes velada, resultando na crença da impossibilidade de superação e sucesso por parte da população negra brasileira.

1.2.1. O mito da democracia racial no Brasil

Um aspecto importante para a compreensão das especificidades do racismo no Brasil é o mito da democracia racial. O pressuposto principal de tal concepção é que o Brasil seria “o paraíso dos mestiços, onde o racismo e a segregação não existiriam” (MAGGIE, 2006, p.206). Teríamos, portanto, uma convivência extremamente harmônica

²³ Idem.

entre as três raças que constituíram a nação brasileira: negra, branca e indígena. Uma das bases de tal afirmação foi a descrição acerca da escravidão brasileira e da relação entre senhores e escravos feita nas obras “Casa Grande e Senzala” (1999) e “Sobrados e Mocambos”, de Gilberto Freyre (1985). Segundo essa concepção, algumas características que indicariam tal “paraíso” poderiam ser confirmadas através dos seguintes fatos: a escravidão brasileira não ter se dado de maneira violenta, inclusive havendo influência recíproca entre a cultura dominante e a cultura dominada²⁴, com uma conseqüente relação familiar²⁵ entre senhor e escravo, na qual a senzala era um desdobramento da casa grande.

Muitos são os impactos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, podendo destacar-se alguns deles: a) “cor” e a “aparência” serem apresentados como distintos e considerados mais importantes do que a “raça”; b) não reconhecimento de “grupos raciais” ou “comunidade negra” no Brasil; c) a discriminação social ser apresentada como a única responsável pelas desigualdades brasileiras (assim, as discriminações que se aparentam raciais são consideradas como unicamente de classe²⁶).

A divulgação de tais características – não discriminatórias – foi internacionalmente muito intensa, e o Brasil foi escolhido como objeto de estudo em um projeto financiado pela UNESCO, que tinha por objetivo verificar quais elementos das relações raciais fariam com que não houvesse conflitos no Brasil²⁷.

“Uma forma particular de racismo: ‘um preconceito de não ter preconceito’. Ou seja, a tendência do brasileiro seria continuar discriminando, apesar de considerar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica).”
(FERNANDES, 1978, p.255)

Alguns aspectos contraditórios no mito da democracia racial foram utilizados, de

²⁴SOUZA, 2003. p.104.

²⁵Idem, p.103.

²⁶GUIMARÃES, 2001, p.300.

²⁷SCHWARCZ, 1998. p.201.

forma prática, pelo Estado brasileiro nas ações tomadas face as desigualdades raciais. Algumas delas são: se por um lado confirmou a incapacidade ou a irresponsabilidade do negro frente aos índices insofismáveis de desigualdade econômica, social e política (pois havia uma culpabilização da própria população negra pelas condições de miserabilidade em que grande parte desta população vive), por outro lado isentou o branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade perante os efeitos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva do negro, e revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre negros e brancos através de aparências raciais, criando assim uma consciência falsa da realidade racial brasileira (FERNANDES, 1978. p.255).

Embora o mito da democracia racial tenha surgido na década de 1930, acreditamos que ainda se faz presente no senso comum da população brasileira.

“As noções acerca da democracia racial foram formuladas por intelectuais a partir das idéias preexistentes e, no caso do Brasil, foram encampadas pelo Estado e oferecem a definição oficial da situação. Mais ainda, essas idéias estão incorporadas ao senso comum da população” (HASENBALG, 2006, p.54-55).

Nos últimos anos, no Brasil, tem sido relevante a atuação no combate às desigualdades raciais, mas durante muito tempo estas ações foram encaradas como uma “caça a fantasmas”, já que “racismo é um tabu e os brasileiros acreditam numa democracia racial” (GUIMARÃES, 1999, p.37).

A democracia racial constitui um mito que teve por objetivo eximir o Estado das questões causadas pelas desigualdades raciais que nasceram com a chegada dos integrantes de povos africanos, trazidos como escravos ao Brasil, e persistem até os dias de hoje. O uso deste mito permitiu, entre outros fatores, culpabilizar a população negra brasileira pelo seu fracasso sócio-econômico-cultural. A história brasileira foi transmitida com omissão de alguns fatos no tocante ao processo da escravatura, que são os seguintes: a) a abolição da

escravatura foi uma resposta ao medo que os senhores tinham de os escravos tomarem o poder²⁸; b) a mão-de-obra escrava foi substituída pela mão-de-obra de imigrantes europeus, que vieram para o Brasil após uma articulação política com oferecimento de benefícios, enquanto os ex-escravos foram deixados à própria sorte; c) a miscigenação foi uma maneira de embranquecimento da população brasileira – tal prática teve início na chegada dos africanos ao Brasil, já que quanto mais clara a cor da pele, maiores eram as possibilidades de ascensão dentro do sistema escravagista, ou seja, escravos de cor mais escura eram destinados à lavoura e aos serviços pesados; os de pele mais clara, considerados mulatos, eram destinados ao serviço doméstico. Muitos desses escravos de pele clara foram chamados por FREYRE (1985) de “mulatos cor-de-rosa”, pois eram frutos do relacionamento dos senhores com as escravas, que não raro eram utilizadas também para serviços sexuais²⁹. Embora tenham se passado 119 anos da Abolição da Escravatura, os indicadores sociais retratam desigualdades sociais entre a população negra e a população branca brasileiras.

Até os dias de hoje, não é raro que setores da imprensa mostrem-se extremamente contrários aos estudos sobre racismo no Brasil e às políticas de combate ao racismo.

“O racismo sempre é de pessoas, e ele existe aqui como em todas as partes do mundo. Mas não é um traço dominante de nossa cultura. Por outro lado, nossas instituições são completamente abertas a pessoas de todas as cores, nosso arcabouço jurídico-institucional é todo ele ‘a-racial’. Toda forma de discriminação racial é combatida em lei. (...) Os que vêm o Brasil como racista querem dar dois passos atrás. Não nos reconhecem nem como uma nação miscigenada que sempre quisemos ser, nem como uma nação multiétnica, com uma infinidade de cores, cafuzos, mamelucos, mulatos, brancos, pardos, pretos. Querem-nos uma nação bicolor, apenas negros e brancos, com os brancos oprimindo os negros. É triste.” (KAMEL, 2006, p.66)

Reportagem da Revista Veja que discutia o sistema de cotas para afrodescendentes no ensino superior, de 6 de junho de 2007, reafirma a “democracia racial” brasileira:

²⁸SANTOS, 2005. p.84.

²⁹CARNEIRO, 2002a. p.169.

“As políticas raciais que se pretende implantar no país por força da lei têm potencial explosivo porque se assentam numa assertiva equivocada: a de que a sociedade brasileira é, em essencial, racista. Nada mais falso. Após a abolição da escravatura, em 1888, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país. O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público. Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na forma da lei. O fato de existir um enorme contingente de negros pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição dos brancos para impedir a ascensão social dos negros na sociedade.” (REVISTA VEJA, 2007, p.85)

Esses posicionamentos despertam preocupações já que, junto à população brasileira, as informações veiculadas pela mídia têm lugar de destaque.

“Ao se falar ou agir contra essa definição pode-se incorrer em custos políticos e sociais elevados. Um desses custos é a sempre repetida acusação de se importar um problema que não existe na sociedade brasileira.” (HASENBALG, 2005, p.54-55)

Mesmo considerando a incorporação do mito da democracia racial em larga escala na sociedade brasileira, pode-se observar uma crescente mobilização em torno da questão e, na atualidade, não mais expressa como uma ordem a ser seguida, mas como uma tradição, uma lenda, que pouquíssimos sabem de onde surgiu, na qual não custa acreditar e que não vale a pena contrariar.

“Quem sabe, no Brasil, parafraseando o antropólogo Marshall Sahlins, o mito tenha virado história e a história realidade, ou melhor, quem sabe a história não passe de uma metáfora. A oportunidade do mito se mantém, para além de sua desconstrução nacional, o que faz com que no Brasil, mesmo aceitando-se o preconceito, a idéia de harmonia social se imponha aos dados e à própria consciência da discriminação.” (SCHWARCZ, 1998, p.237).

Pesquisa realizada em 1995 pelo Instituto DataFolha³⁰ delinea a “presença” da democracia racial no Brasil. A pesquisa teve como objetivo medir o nível de preconceito de cor dos brasileiros. Foram entrevistados mais de cinco mil brasileiros em todo o país, e se obtiveram as seguintes informações: a) 89% dos entrevistados disseram existir

³⁰DATAFOLHA, 1995. p.5.

preconceito de cor no Brasil³¹; b) 10% dos entrevistados admitiram ter um pouco ou muito preconceito³²; c) 89% dos entrevistados revelaram algum tipo de preconceito ou admitiram comportamentos racistas em relação aos negros³³.

Segundo os realizadores da pesquisa, esta representou uma radiografia da “democracia racial” brasileira, onde a grande maioria dos brasileiros não acredita no “mito da igualdade racial, mas procura praticá-la ou ao menos dar a impressão de que o faz”. A grande maioria dos entrevistados discordou totalmente de frases preconceituosas e concordou totalmente com enunciados anti-racistas; ao menos no nível verbal, a “democracia racial” brasileira teve sua existência confirmada³⁴. Uma das conclusões a que a equipe responsável pela pesquisa chegou é que se desenvolve no Brasil um tipo de racismo: o “racismo cordial”. “Os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros” (DATAFOLHA, 1995. p.5). É como se nós, brasileiros, reconhecêssemos que “somos racistas, mas nosso racismo é melhor, porque é mais brando que os outros” (SCHWARCZ, 1998, p.237). Observa-se neste discurso uma semelhança com a idéia de FREYRE (1985) de que a nossa escravidão foi melhor do que as outras, uma “escravidão benigna”³⁵. Cabe a reflexão: Existe racismo melhor ou pior? Existe escravidão benigna ou maligna? Ou esta não seria mais uma desculpa que inventamos para nós mesmos, para que possamos nos enxergar, ainda hoje, como uma nação harmônica e isenta de desigualdades raciais?

1.2.2. Indicadores Sociais - A realidade difícil de ser negada

Os indicadores sociais, desde quando passaram a ser medidos regularmente pelo

³¹Idem. p.11.

³²Ibidem. p.11.

³³Ibidem. p.11.

³⁴ Ibidem. p.79 e 80.

³⁵ SOUZA, 2001. p.289.

IBGE, retratam uma situação de extrema desigualdade entre a população branca e a população negra.

De acordo com o IPEA³⁶ (2008), a população brasileira é composta de 49,7% de brancos, 49,5% de negros³⁷ e 0,8% de amarelos e indígenas. Pode-se verificar que a diferença populacional entre população branca e população negra é ínfima³⁸. As mulheres negras constituem um contingente de 43 milhões de pessoas e representam quase ¼ da população brasileira (24,1%), sendo que metade da população negra é composta por mulheres (50,1%). Pudemos observar que elas

“(...) estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, a qual resulta em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial freqüentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens.” (UNIFEM³⁹ - IPEA, 2006, p.6)

Uma das possibilidades de mobilidade social é a educação, direito legitimado a todos na Constituição Federal de 1988. No entanto, quanto maior o grau de escolaridade, ou seja, a população com nível superior, maior é o contingente de população branca. Este cenário vem mudando gradativamente, em especial em cursos considerados de média e baixa concorrência⁴⁰, conforme evidenciam os Gráficos 1 e 2.

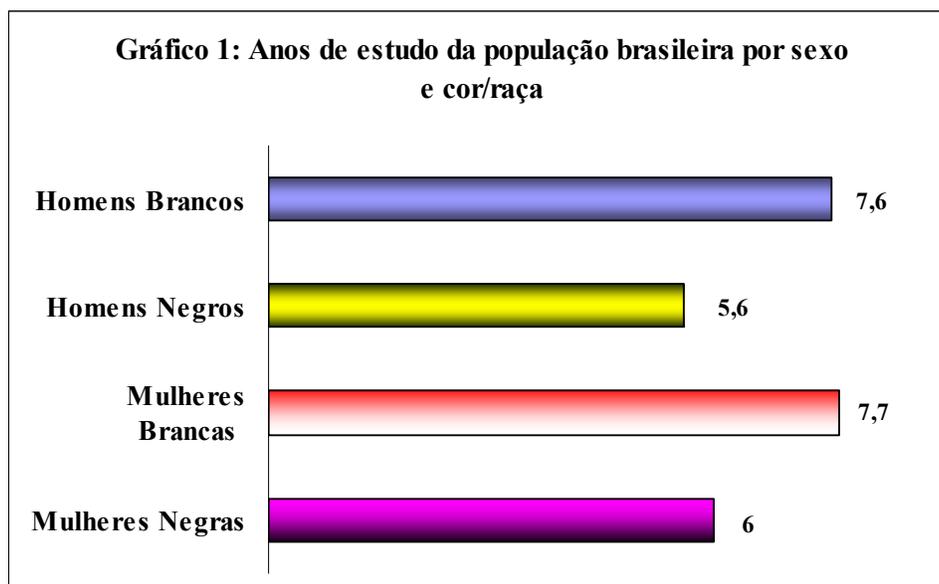
³⁶ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

³⁷ Para obtenção do contingente da população negra foram somadas as categorias preta e parda, conforme orientação do IBGE.

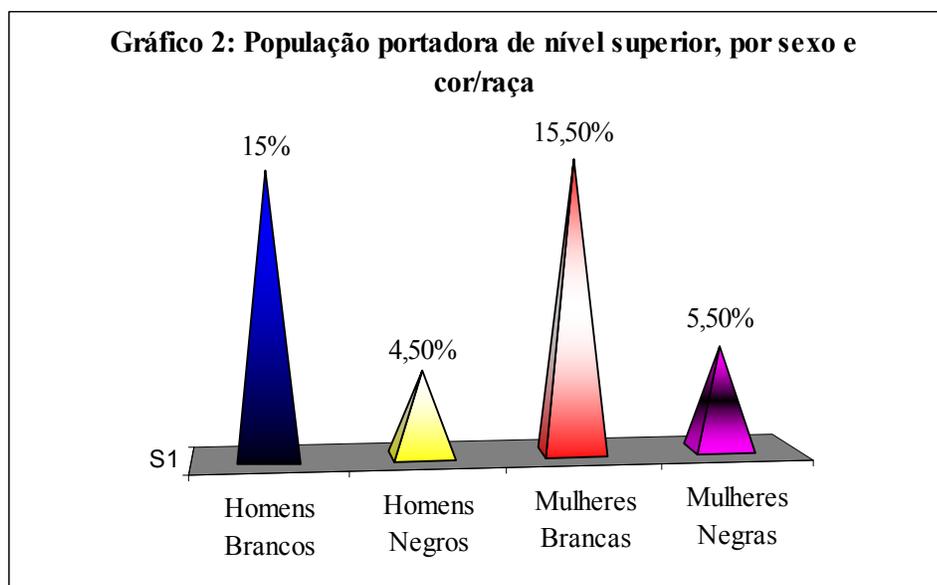
³⁸ Institutos nacionais, especializados em pesquisas demográficas, como o IBGE e o IPEA, utilizam o sistema de auto-classificação. Dessa maneira, considerando toda a atuação silenciosa do racismo na sociedade brasileira, acreditamos que a população negra brasileira seja maior que a informada.

³⁹ UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2006.

⁴⁰ A classificação da complexidade de entrada dos cursos de nível superior é a utilizada pelo Censo Étnico Racial realizado pela Universidade Federal Fluminense em 2003. Cursos de média baixa-complexidade: História, Geografia, Engenharia, Engenharia Química, Ciências Contábeis, Serviço Social, Economia e Letras. Cursos de baixa-complexidade: Pedagogia, Arquivologia, Biblioteconomia, Matemática, Química e Física. In: SILVA, 2006. p.28 e 29.



Fonte: PNAD/2004. In: UNIFEM e IPEA, 2006, p.14.



Fonte: PNAD/2004. In: UNIFEM e IPEA, 2006, p.18.

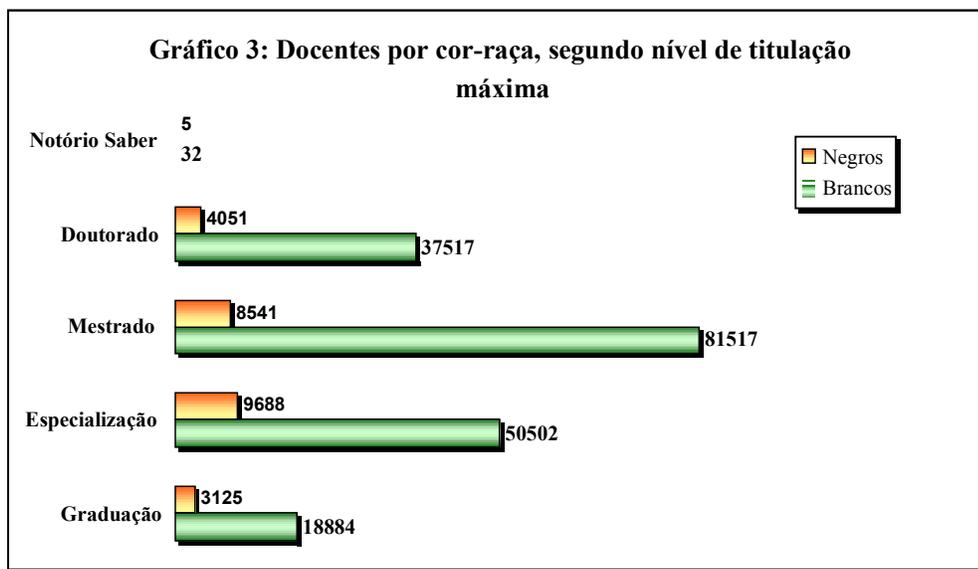
Os dados da UNIFEM e IPEA (2006) manifestam diferenças raciais. Mulheres

negras tinham 6,0 anos de estudos, enquanto as mulheres brancas, 7,7; entre os homens, os índices eram de 5,6 (negros) e 7,6 (brancos). Quanto a ter nível superior, 5,5% são mulheres negras, 15,5% são mulheres brancas, 4,5% são homens negros e 15% são homens brancos.

Ao interpretar tais dados referentes à educação da população brasileira acreditamos que:

“O racismo e a discriminação no Brasil são fatos históricos gerados pela exploração da mão-de-obra escrava africana, mas que se atualiza cotidianamente, se estendendo desde o mercado de trabalho até os processos educacionais, reverberando sobre as possibilidades de acesso de estudantes pretos e pardos ao ensino público superior.” (SILVA, 2006, p.143)

Como reflexo dessa desigualdade no índice de escolaridade, entre a população branca e a população negra, é rara a presença de negros na Academia, em especial na qualidade de docentes, de acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo Ministério da Educação.



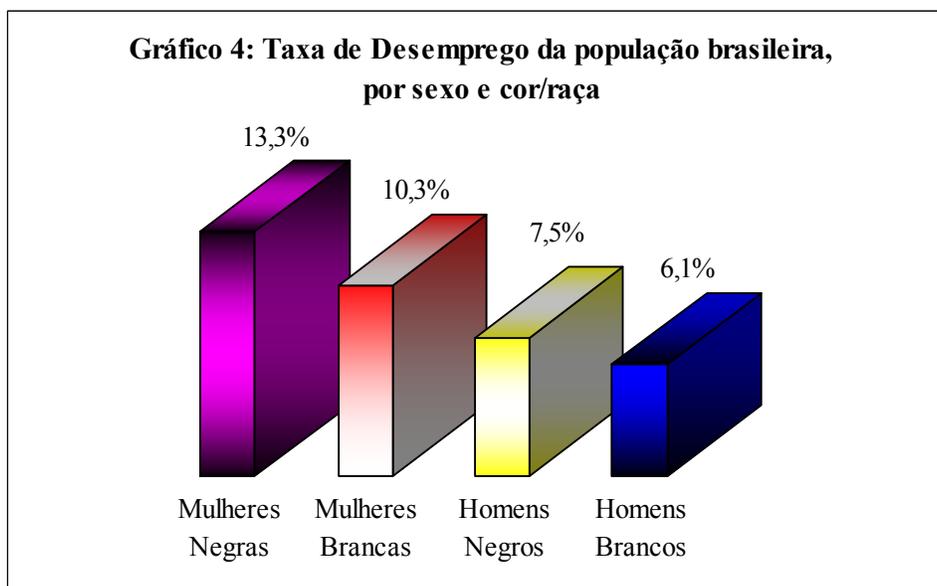
Fonte: INEP⁴¹

A educação incide diretamente nos indicadores de trabalho e renda. Assim, a baixa

⁴¹Para a obtenção dos dados acerca dos docentes negros foram somadas pela autora as categorias preta e parda do Censo da Educação Superior do INEP. Tomando por referência a indicação do IBGE, de que obtemos os dados acerca da população negra brasileira, por meio desse procedimento.

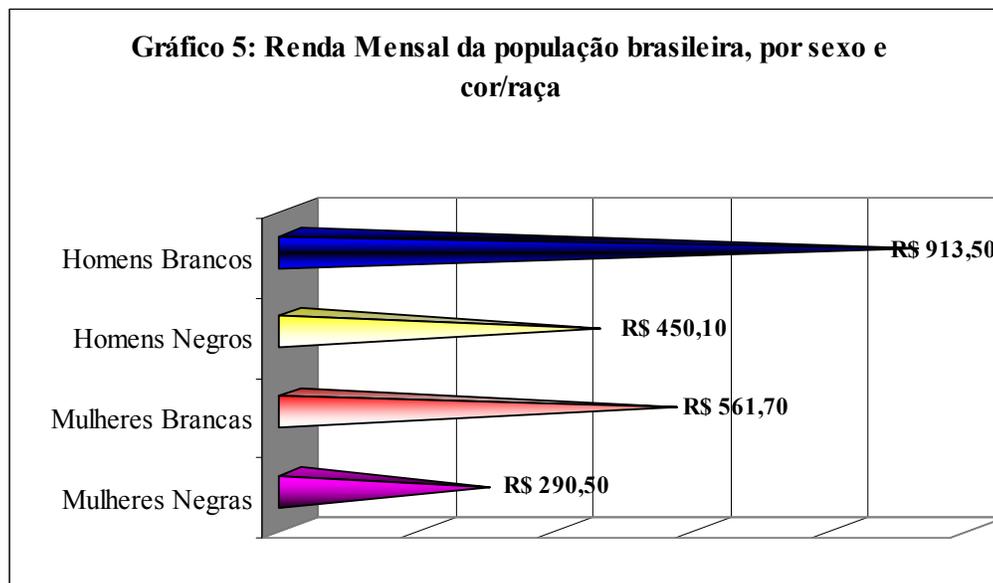
escolaridade de uma parcela da população se refletirá numa ocupação socialmente vulnerável e, conseqüentemente, em baixa renda.

Ao analisar a taxa de desemprego, verifica-se que 13,3% das mulheres negras estavam desempregadas, contra 10,3% das mulheres brancas na mesma situação. Entre homens, 7,5% dos negros desempregados, e 6,1% dos brancos. A renda mensal das mulheres negras era de R\$ 290,50, enquanto a das mulheres brancas atingia R\$ 561,70; homens negros, R\$ 450,10; homens brancos, R\$ 913,50 (conforme verificado nos gráficos 4 e 5) Foi observado também que, no Brasil, de seis milhões de mulheres trabalhadoras domésticas, 57% eram negras⁴².



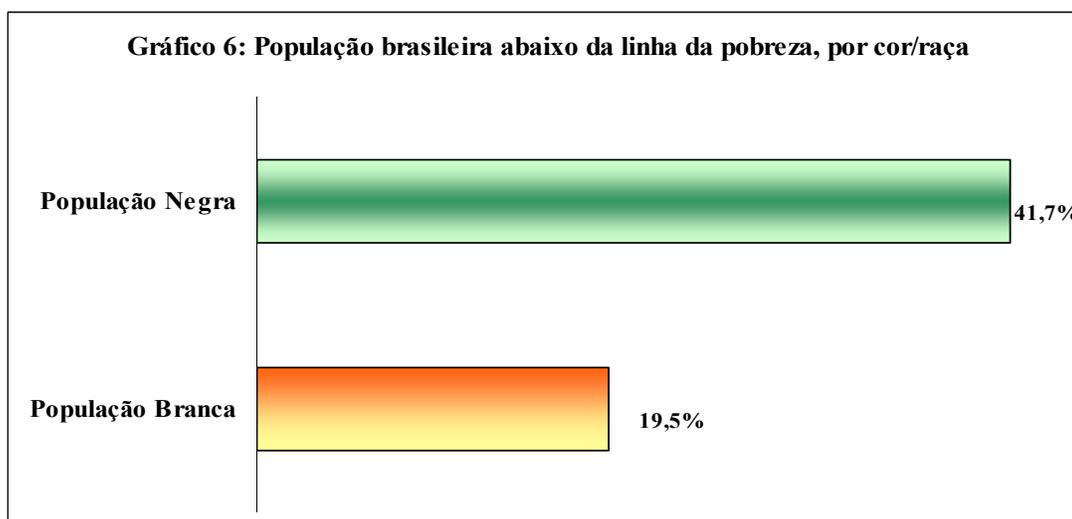
Fonte: PNAD/2004. In: UNIFEM e IPEA, 2006, p.35.

⁴²UNIFEM e IPEA, 2006, p.41

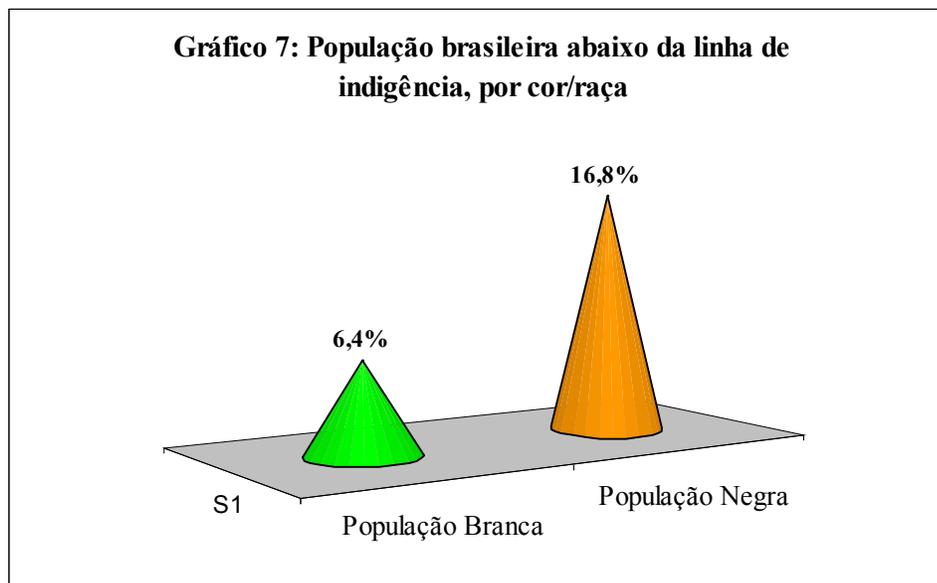


Fonte: PNAD/2004. In: UNIFEM e IPEA, 2006, p.39.

Embora a desigualdade social seja uma característica da sociedade brasileira, pode-se verificar que se apresenta de maneira diferente frente às populações negra e branca, conforme gráficos 6 e 7.



Fonte: PNAD/2004. In: UNIFEM e IPEA, 2006, p.56.



Fonte: PNAD/2004. In: UNIFEM e IPEA, 2006, p.56.

Com relação à população considerada abaixo da linha da pobreza, verifica-se que é constituída por 41,7% de negros e por 19,5% de brancos. Da população considerada indigente, 16,8% fazem parte da população negra e 6,4%, da população branca⁴³. Segundo o IPEA (2008), desde 2001 até o momento atual, houve uma redução das desigualdades sociais entre os grupos raciais no Brasil, mas assim mesmo seriam necessários 32 anos até que a população branca e a população negra tivessem em média a mesma renda (GAZETA ON LINE, 13/5/2008). Conforme o UNIFEM e o IPEA (2006) afirmam, talvez não possamos afirmar que a pobreza tem um rosto feminino, mas podemos afirmar que ela é negra⁴⁴.

“As dificuldades da pobreza pesam desproporcionalmente sobre as mulheres negras, pois a sua experiência da pobreza é diferente e mais aguda do que a dos homens e do que as mulheres brancas, em decorrência da discriminação baseada no gênero e na raça.” (SOARES, 2000, p.257)

As mulheres negras brasileiras encontram-se extremamente vulneráveis social-

⁴³ O IBGE não analisou os índices de população abaixo da linha da pobreza e população indigente por sexo, somente por cor/raça, conforme expusemos.

⁴⁴ UNIFEM e IPEA, 2006. p.56.

mente e com maior possibilidade de possuírem baixos índices de qualidade de vida, já que ocupam a base da pirâmide social, sujeitas a encontrar maior número de adversidades e desafios em suas vidas.

1.3. DELINEANDO ALGUNS PERCURSOS DA TRAJETÓRIA DE LUTA CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO E DE RAÇA

Ao buscar a compreensão e os impactos das categorias gênero e racismo no Brasil, concluí que as desigualdades de gênero têm maior visibilidade que as desigualdades raciais.

Um importante expoente na luta para se dar visibilidade e combater a violência de gênero no Brasil é o Movimento Feminista, que lutou e vem lutando de maneira extremamente contundente em prol da garantia dos direitos das mulheres.

“O Movimento de Mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência desse movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas e mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil.” (CARNEIRO, 2006, p.109)

Embora, neste trabalho, tenha se optado pelo recorte histórico da atuação das mulheres negras a partir da década de 1970, é fundamental o reconhecimento de sua participação em conquistas para a população negra num todo.

“Algumas mulheres se destacaram nos quilombos: Aqualtume (líder do Quilombo dos Palmares. Princesa na África, filha do rei do Congo, foi vendida como escrava para o Brasil. Chefiou uma das povoações que levava o seu nome, Mocambe do Aqualtume); Teresa do Quariterê (rainha do Quilombo do Quariterê durante 20 anos, no século XVIII, liderou um grupo de negros e índios. Quariterê se caracterizou pelo seu trabalho com a forja, pois transformava em instrumentos de trabalho os ferros utilizados contra os negros); Dandara (uma das lideranças femininas negras que lutou, junto com Zumbi dos Palmares, contra o sistema escravocrático). Dandara se colocou ao lado de Zumbi contra Ganga Zumba, por este assinar o tratado de paz com o governo Português.”(ROCHA, 2006, p.53)

A participação da mulher negra no combate à escravidão deu-se em diversas esferas de nossa sociedade, por meio de fugas e da organização de quilombos.

“Do pouco que se sabe, pode-se supor que, nas inúmeras comunidades quilombolas, a participação das mulheres foi determinante e fundamental, tanto na manutenção prática, com o abastecimento de provisões, confecção de roupas e utensílios, quanto na preservação dos valores culturais e religiosos.” (SCHUMAHER e BRASIL, 2006, p.82)

Esta participação estende-se após a Abolição da Escravidão, quando todos os escravos migraram das fazendas para os centros urbanos, em diversas atividades. Foram as mulheres, muitas das vezes, que sustentaram suas famílias por meio da venda de quitutes, em tabuleiros nos alto da cabeça, como empregadas domésticas e babás, já que cozinhar, arrumar casa e tomar conta de crianças eram os serviços ensinados a elas, passando, muitas vezes, de escrava para escrava, de mãe para filha.

“Pode-se afirmar que entre as personagens anônimas mais retratadas da Colônia e do Império estavam as quitadeiras, vendadeiras ou ganhadeiras. (...) Essas mulheres de origem africana remontaram na diáspora o universo de cores, sons, mistérios, aromas e sabores que guardavam na memória. (...) Eram elas, as negras com seus tabuleiros, que ocupavam maciçamente os mercados, os caminhos, as ruas e praças das vilas de cidades.” (ID.IBID., p.61)

O resgate desta memória participativa das mulheres, em especial da mulher negra, é fundamental para se tratar de sua influência nas relações societárias. Apesar de ser inegável, na atualidade, a importância de sua participação, ainda é ínfima a produção acadêmica brasileira na área.

“A falta de atenção à relação entre raça e gênero no feminismo acadêmico brasileiro se deve em grande parte à forma como se desenvolveu o campo de estudos sobre as mulheres no país. Ao contrário do feminismo acadêmico nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a discussão sobre raça aumentou nas décadas mais recentes, as pesquisadoras feministas brasileiras têm sido muito mais lentas na incorporação do estudo da raça aos estudos sobre mulheres e à teoria feminista. Além disso, embora os estudos sobre mulheres tenham se estabelecido formalmente no Brasil quando as críticas ao feminismo feita por mãos não-brancas nos Estados Unidos e Inglaterra começaram a

atingir um público mais amplo, no início dos anos 80, essas críticas parecem ter tido pequeno impacto no país, ou quase nenhum.” (CALDWELL, 2000, p.94)

Um dos fatores que tem sido usado para explicar as raras produções na academia brasileira acerca da discussão sobre a participação da mulher negra brasileira refere-se à crítica do próprio feminismo tradicional. Nesta análise, discute-se que o feminismo criado pelas mulheres brancas, que legitima a ênfase dada a suas demandas, bem como a ausência das produções acadêmicas, pode ser também constatado pela rara presença de mulheres não-brancas na academia.

Segundo CALDWELL (2000, p.34), a ausência de pesquisadoras negras nas universidades brasileiras vem fazendo com que as mulheres brasileiras sejam retratadas, na maior parte das pesquisas, em termos monolíticos e sendo desconsiderado o significado de raça na vida das mulheres, sejam negras ou brancas.

Em termos de participação, a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista começou na década de 1970. Para expressar tal momento, várias autoras vêm utilizando a expressão “enegrecendo o feminismo”⁴⁵, já que até então tal movimento social era composto hegemonicamente por mulheres brancas.

“As primeiras organizações de mulheres negras surgem dentro do Movimento Negro. Elas se destacaram por discutirem o seu dia-a-dia, sendo, em 1975, quando as feministas comemoraram o ‘Ano Internacional da Mulher’, é que apresentaram um documento que denunciava sua situação de opressão e exploração.” (ROCHA, 2006, p.48)

Um marco da participação das mulheres negras no Movimento Feminista é a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras, no Congresso de Mulheres Brasileiras, ocorrido em 1975. Tal mobilização representou o reconhecimento formal das divisões raciais dentro deste movimento social. Esse documento chamou atenção para as

⁴⁵ CARNEIRO, 2003.

especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas⁴⁶. Os depoimentos de algumas mulheres negras que participaram de tal experiência nos ajudam a compreender as impressões e os sentimentos denotados por esse momento histórico, como podemos verificar na fala de Vânia Santana.

“Pelo que eu conheço o Movimento Feminista, eu acho que aquela idéia de que nunca tenha incorporado questões das mulheres negras, acho que o Movimento Feminista nunca discutiu racismo” (LEMOS, 1997, p.57).

O relato de Sandra Bello confirma o depoimento anterior, e ressalta as diferenças das demandas das mulheres negras e das mulheres brancas: “Quando nós reivindicávamos creche, o Movimento Feminista falava: ‘Isso não é feminismo, por que a mulher tem que estar ligada à criança?’ Claro, as crianças ‘delas’ têm babá.” (LEMOS, 1997, p.64).

Ao pesquisar como se deu a inserção das mulheres negras no Movimento Feminista, observa-se que elas tiveram suas demandas constituídas por questões imediatas de suas vidas, como saneamento básico e creche, e estas demandas, muitas das vezes, eram desconsideradas e criticadas⁴⁷. Buscaram participação no Movimento Feminista mulheres oriundas de Associações de Moradores de áreas pobres e favelas, em especial do Estado do Rio de Janeiro⁴⁸.

Assim, compreende-se o diferente lugar social em que se encontravam (e ainda se encontram) as mulheres negras em relação às mulheres brancas em nossa sociedade e, conseqüentemente, considerando sua inserção de classe e de contexto social de pertencimento, suas reivindicações e demandas não poderiam ser as mesmas.

⁴⁶ CALDWELL, 2000. p.96-97.

⁴⁷ LEMOS, 1997, p.64 e 65.

⁴⁸ GONZALES, 1994, p.81.

“As sinhás e sinhazinhas foram, e ainda são, a versão doméstica e feminina do feitor para as mucamas, cozinheiras, quitandeiras, lavadeiras, bordadeiras, costureiras, engomadeiras, amas-de-leite, faxineiras...”. (ESTANISLAU, 2000, p.213).

Segundo CALDWELL (2000, p.38), as causas para que problemas aparentemente comuns como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado tivessem significados diferentes para as mulheres negras e mulheres brancas são os impactos da escravidão no Brasil, introduzindo a dominação racial e de gênero, fazendo com que as experiências sociais fossem diferentes para as mulheres negras e brancas.

Dessa forma, “várias mulheres negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum” (LEMOS, 1997, p.48).

“Os movimentos negro e feminista enfatizavam idéias de ‘diferentes, mas não desiguais’ e lutavam por liberdade para alcançar a tão almejada cidadania. Porém não conseguiam lidar com a diversidade em seu interior. Assim, tanto o desafio de inserir a ótica feminista nas discussões do movimento negro, quanto a luta pela afirmação das questões raciais no âmbito do feminismo apontavam para a necessidade do reconhecimento de nuances que constituem a diversidade das mulheres negras: tons de pele, sexualidade, pertencimento geográfico, práticas culturais, níveis de instrução, dentre outras tantas variáveis. Foi nessa busca de legitimação de suas particularidades que as múltiplas vivências das mulheres negras revelaram a complexidade que as constitui, transformando as diferenças numa plataforma de ação e lutas conjuntas.” (SCHUMAHER e BRASIL, 2006, p.329)

A raça não é a única contradição encontrada pelas mulheres negras na reivindicação do atendimento a suas demandas, na sua participação como cidadãs, como agentes sociais. As questões referentes a gênero são um importante fator, assim como as segmentações de classe social, vínculos de pertencimento, entre outros.

Um fator obstaculizador à participação das mulheres negras refere-se à sua inserção junto ao Movimento Negro, pois este espaço também não era compartilhado entre homens e mulheres de forma mais igualitária. Tal fato pode ser observado no depoimento de Sandra Bello:

“Por dentro do Movimento Negro, os homens não conseguiam entender que nós somos parte do Movimento Negro, que nós viemos acrescentar a questão racial da mulher negra, na especificidade, enquanto mulher negra. Eles se fecharam, se trancaram ... dizendo que nós estávamos fazendo um movimento à parte.” (LEMOS, 1997, p.48)

A partir das constatações acerca dos obstáculos experimentados pelas mulheres negras, começa-se uma discussão para a articulação e criação de um feminismo negro:

“(...) que tem como eixo articulador o racismo e o seu impacto nas relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossa sociedade (...) Esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra”. (LEMOS, 1997, p.51)

LEMOS (1997, p.158-159) considera que a criação da instituição “Movimento de Mulheres Negras” proporcionou que a representação e as reivindicações de políticas públicas para as mulheres negras pudessem ser feitas por elas, e não mais por mulheres brancas.

“O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres no país, enegrecendo, de um lado as reivindicações das mulheres e assim tornando-as mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminilização das propostas e reivindicações do movimento negro”. (CARNEIRO, 2002, p.182)

Ao analisar, atualmente, a articulação histórica realizada pelas mulheres negras, observam-se muitos resultados positivos. Alguns segmentos da sociedade civil organizada, mulheres que participaram de tal momento histórico, hoje se encontram eleitas pela população para representá-la; bem como entidades da sociedade civil organizada⁴⁹ encontram-se distribuídas em todo o país, e estas foram criadas na perspectiva da valorização da mulher negra e de combate às desigualdades raciais e de gênero. Estas

⁴⁹Pode-se elencar: CRIOLA, localizada no Rio de Janeiro; GELEDÉS, localizada em São Paulo; MARIA MULHER, localizada em Porto Alegre, NZINGA, localizada em Belo Horizonte, entre outras.

entidades têm sido fomentadoras de várias discussões sociais e acadêmicas, bem como autoras de reivindicações voltadas para as mulheres negras nos campos da saúde, da educação, do trabalho, entre outros.

1.4. PONTUANDO SOBRE A IMAGEM DA MULHER NEGRA, VEICULADA ATRAVÉS DA HISTÓRIA, DA LITERATURA E DA MÍDIA NO BRASIL

Segundo GIACOMINI (1988), existe um silêncio sobre as mulheres brasileiras, por vários motivos. Um deles é a compreensão de que seriam doces, fiéis e submissas, de acordo com o sistema patriarcal do escravagismo brasileiro ou outro se refere às atitudes contestatórias serem consideradas masculinas. SCHUMAHER e BRAZIL (2006, p.13) informam que, na realização de uma pesquisa acerca das mulheres negras no Brasil, que culminou com a obra “Mulheres Negras no Brasil”, encontraram um contundente silêncio no resgate da história das mulheres negras. A mulher escrava ocupa um papel interessante nesta análise, já que possui um papel central: representa uma ponte entre duas raças, podendo ser considerada a “embaixatriz da senzala na casa grande e vice-versa” (GIACOMINI, 1988, p.19).

“Em outras palavras: as relações senhor-escrava, filhos brancos-escravos jogam um papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira.” (GIACOMINI, 1988. p.19)

A mulher negra vem sendo retratada por meio de uma série de estereótipos que lhes foram atribuídos desde sua chegada ao Brasil, e vêm tomando novas formas na atualidade.

“As mulheres africanas começaram a chegar ao chamado Novo Mundo, ou seja, após terem sido apresadas pelos europeus em suas terras, foram trazidas brutalmente para as Américas, onde em diferentes territórios recém ‘descobertos’ foram cruelmente exploradas. Obrigatoriamente tiveram que servir à exaustão com mão e corpo para toda e qualquer obra. Roubaram delas parte da liberdade e muitas vidas, mas não a memória e os traços de identidade.” (SCHUMAHER e BRASIL, 2006, p.23)

As primeiras escravas foram retratadas como seres exóticos, sensuais, provocativos, com comportamentos animais e destinadas exclusivamente ao prazer sexual⁵⁰. Tais idéias coadunam com a percepção que a Europa tinha da África e de sua população.

“(…) povos tão selvagens que mal sabem falar, tão sujos que eles comem as entranhas dos animais cheia de imundícies sem as lavar, e tão brutos que mais se parecem com cães famintos do que com homens que se utilizam da razão. (...) A África é uma terra de pecado e imoralidade, gerando homens corrompidos; povos de clima tórridos com sangue quente e paixões anormais que só sabem fornicar e beber.” (LE BLANC apud COHEN, 1981, p.21⁵¹. In: SANTOS, 2005, p.84)

A percepção discriminatória de outras culturas contribuiu para a naturalização da inferioridade do negro, bem como para sua utilização como mão-de-obra escrava. A análise discriminatória acerca do comportamento da população negra é utilizada e exacerbada no caso das mulheres negras. Conforme citam SCHUMAHER e BRASIL, a respeito da tela *A rendição de Caim*, do pintor espanhol Brocos y Gomes (1852 – 1936):

“Nela aparece uma senhora negra que levanta as mãos aos céus em sinal de gratidão e reconhecimento pela graça proporcionada pela divina bondade. Seu neto foi redimido, embranqueceu, pois sua filha casou se com um homem branco.” (SCHUMAHER e BRASIL, 2006, p.35)

A primeira mulher negra a ser citada na história brasileira é Xica da Silva, ex-escrava, que só conseguiu fugir de seu destino em virtude de ter encantado um português, contratador das minas de ouro, por meio de seu afeto e sexo⁵². Uma das funções das escravas era a sexual, devido à escassez de mulheres brancas, sendo que mesmo após a vinda das esposas trazidas de Portugal, as mulheres negras continuaram a desempenhar tal papel, já que com as esposas as práticas sexuais eram realizadas baseadas em ensinamentos da Igreja Católica, e junto com as negras os homens brancos exercitavam suas fantasias.

⁵⁰CARNEIRO, 2002a. p.171.

⁵¹COHEN, W. *Français et africain*. Paris, Gallimard, 1980.

⁵²CARNEIRO, 2002a. p.170.

A imagem da mulher negra retratada na história repete-se na descrita pela literatura como capaz de “atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela é irresistível” (CARNEIRO, 2002, p.170), além de ser uma mercadoria que a ele pertencia, já que a comprara. Em alguns casos, as mulheres negras eram vendidas a bordéis, conforme relato:

“(...) Corina, uma mulata baiana que aos 20 anos, por possuir uma beleza rara, fora ‘comprada’ em 1867 por um fornecedor da cidade do Rio de Janeiro, que a entregou a uma proprietária de bordel. Nele, segundo testemunho de seus freqüentadores, ela possuía uma coleção de ‘belíssimas (...) mulatinhas escravas (...) todas mais ou menos claras (...) todas moças, quase implumes’.” (SCHUMAHER e BRASIL, 2006, p.43)

Gostaria de ressaltar que o contato sexual de homens de descendência européia com as mulheres negras não se dava somente em prostíbulos, mas inclusive dentro de casa, onde escravas faziam todo o serviço doméstico e serviam-nos sexualmente. “O alvo eram as mulheres que trabalhavam na casa grande, as quais se tornavam vítimas de estupro, dos assédios diários, podendo ainda ser obrigadas a uma vida de amásias e concubinas” (SCHUMAHER e BRASIL, 2006, p.43).

“As mulheres negras faziam parte da família periférica, formada pelos escravos, agregados, mestiços, na qual estavam incluídas as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos.” (CARNEIRO, 2002, p.171)

Por meio dos inúmeros relacionamentos entre senhores e escravas, surgiu uma nova categoria de brasileiros: os mulatos, nome oriundo do animal “mula”, cruzamento do cavalo com o burro, ou seja, um animal que é fruto do cruzamento de duas raças distintas, considerado de menor valor e destinado somente ao serviço pesado.

“O mestiço seria o fruto natural de todas as degenerências, inclinado para os vícios e para toda a forma de corrupção moral; os elementos africanos encontrados na cultura nacional eram a justificativa para o atraso do Brasil em relação às nações

européias, o mestiço era o resultado de toda a influência negativa da cultura africana sobre a brasileira e a purificação da raça, afastando cada vez mais esses traços africanos, seria a única maneira para a população marcada pela corrupção negra alcançar algum alívio e evolução.” (SANTOS, 2005, p.149)

As “mulatas” nascidas dessa relação entre a casa grande e a senzala são retratadas como mulheres de traços finos e pés pequenos, oriundos dos traços brancos, bem como sexualmente quentes, características herdadas da raça negra. Um ditado popular da época retrata de maneira muito objetiva tal relação: “Preta é para trabalhar, branca para casar e mulata para fornicar” (SANTOS, 2005, p.172).

Assim, experimenta-se uma das primeiras divisões entre a população negra brasileira. O embranquecimento criou a conotação de que tanto mais clara fosse a pele, melhor. E assim as mulheres escravas foram divididas entre negras e mulatas, de acordo com o tom de sua pele, bem como seus atributos fenóticos.

Ao longo da história brasileira, mesmo após a Abolição da Escravatura, a mulata continuou sendo retratada pela literatura⁵³ por características sedutoras e sexualizadas. Como possuidora de

“(…) contornos diversos, o bem torneado de braços e pernas, mãos e pés pequenos, a cintura fina, o busto insinuante e bem moldado, a boca sensual, dentes saudáveis, iluminados por sorrisos fáceis, sonoros e comunicativos; os bastos cabelos negros; os olhos grandes e belos – quase sempre negros.” (QUEIROZ JUNIOR, 1981, p.26).

A compreensão do papel e dessa representação de “uso” retratava o pensamento social da época e a maneira como eram tratadas as mulheres negras.

“As mulheres negras, segundo as notícias dos jornais, não só matavam suas crianças como também seus maridos e amantes ‘por motivos passionais’ (confirmando nesse sentido a velha representação da ‘crioula sensual’). Assim, títulos como ‘O desaparecimento da crioula’ (Província de São Paulo, em 29 de agosto de 1890), só reafirmavam a imagem dominante da mulher negra ‘que expõe pés nus e seu corpo sem *collete* e entrega-se de maneira condenável.’” (SANTOS, 2005, p.131)

⁵³QUEIROZ JUNIOR, 1981.

Em muitos aspectos, a representação da mulata de outrora se faz presente nos dias de hoje. Tal expressão ganhou certa publicidade e nova conotação com o carnaval e o samba, em especial no Estado do Rio de Janeiro, e durante muito tempo se constituiu como uma das raras possibilidades de estas mulheres ascenderem socialmente.

Segundo GIACOMINI (2006), a profissão “mulata” encontra-se entre duas outras profissões: prostituta e bailarina. As entrevistadas pela autora reconheceram que muitos homens que vão assistir a seus shows fazem-lhes propostas de programas, e que “estar na noite exige cabeça”. Também disseram que sonham com a profissão de bailarina, conforme observamos no depoimento abaixo:

“Eu faço show de mulata, mas é uma coisa, assim, que eu não gosto. Não desfaço, mas eu sempre liguei mais por meu mundo profissional da dança. Não quero ser mulata, quer dizer, isso faz parte também da dança, mas quero continuar sendo uma dançarina profissional.” (GIACOMINI, 2006)

Algumas entrevistadas reconhecem o racismo como um dificultador de determinadas profissões: “A oportunidade aqui é para as mulatas, porque as brancas têm outras carreiras pra fazer” (GIACOMINI, 2006). Questionamo-nos até que ponto a profissão *mulata* não é uma reatualização da mulher escrava “quente” e irresistível.

O estudo realizado por PISCELLI e DIAS FILHO (1996) acerca do turismo sexual na Bahia⁵⁴ verificou que essa relação de poder entre mulheres não-brancas e homens brancos, normalmente europeus, possui indícios de uma nova roupagem da relação senhor-escrava. Um “cliente” entrevistado relata: “Essas meninas não são prostitutas. Elas nos tratam com um carinho que jamais encontrei na Europa” (PISCELLI e DIAS FILHO, 1996, p.20⁵⁵ apud CARNEIRO, 2002, p.177). Outro afirma:

⁵⁴PISCELLI, 1996, p.20 apud CARNEIRO, 2002a, p.177.

⁵⁵PISCELLI, Adriana e DIAS FILHO, Antônio Jonas. Sexo tropical: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. Cadernos PAGU [Núcleo de Estudo do Gênero]. N. 6/7, 1996.

“Não existem garotas como as morenas brasileiras, alegres e sensuais... elas são insuperáveis, novas, carinhosas, quentes e submissas. São as melhores do mundo, pois, além de serem ‘quentes’, mexem de uma maneira especial com os homens.” (PISCELLI e DIAS FILHO, 1996, p.26⁵⁶ apud CARNEIRO, 2002, p.177)

Já as “meninas” que fazem programas com os “gringos” sonham que eles podem representar um príncipe encantado, conforme revela uma delas: “Um dia vou me casar com um homem de olhos azuis. Casarei na Europa. (...) Terei uma casa grande, um jardim bonito e três filhos” (DIAS FILHO, 1996, p.54⁵⁷ apud CARNEIRO, 2002, p.177).

Enquanto o papel social da mulata é o da “fogosa”, à negra cabe o papel de Tia Anastácia, retratada pela obra de Monteiro Lobato, “uma senhora gorda, quase da família, porque era empregada há muito tempo; cozinhava muito bem e sua atitude era de total subordinação, submissão e subserviência” (CARNEIRO, 2002, p.173). Assim termina por ser retratada como a assexuada, que somente pode se realizar servindo os outros, vivendo a vida de outros e não a sua com desejos e expectativas próprias, como re-atualização da escrava, da ama de leite, da mãe preta.

Outro destaque que considero interessante é o papel da mídia na reprodução destes estereótipos acerca das mulheres negras.

“A telenovela, o principal programa do horário nobre brasileiro, é o produto cultural que possivelmente mais busca suas fontes nas experiências sociais e culturais do país e mais intensamente procura dialogar com o imaginário popular (...) Na história da televisão brasileira, a maioria dos personagens reservados para os negros foi inspirada como atualização dos estereótipos criados pelos romances folhetinescos no período escravocrata.” (ARAÚJO, 2000, p.78-79. In: SANTOS, 2004, p.56)

Às mulheres negras cabia o papel de Tia Anastácia e de Xica da Silva, personagens que descrevemos anteriormente, ou como mães-pretas que zelam pelos filhos brancos de

⁵⁶Ibidem.

⁵⁷DIAS FILHO, Antônio Jonas. As mulatas que não estão no mapa. Cadernos PAGU [Núcleo de Estudo do Gênero]. N. 6/7, 1996.

criação (muitas vezes contra os filhos negros), as amas-de-leite, as mucamas, as empregadas domésticas, as pobres, as moradoras de favela, as prostitutas⁵⁸.

A maneira como as mulheres negras vêm sendo retratadas na mídia sofre, pouco a pouco, modificação. Atrizes negras já não são escaladas para protagonizar somente empregadas domésticas⁵⁹. Por duas vezes a atriz Thaís Araújo, negra, foi protagonista de novelas da Rede Globo de Televisão: em 2005, em “Da cor do Pecado”, e em 2006, em “Cobras e Lagartos”. Destaca-se também o seriado *Antônia*, exibido pela Rede Globo de Televisão. Segundo a Revista Raça Brasil: “Além de colocar a periferia no centro da história, Antônia subverte a tradição da teledramaturgia da Globo ao apresentar heroínas negras, pobres, rapper e paulistas” (REVISTA RAÇA BRASIL, n° 114, p.28). Negra Li, uma das atrizes e cantoras do seriado, diz acreditar que “Antônia passa uma mensagem política e dá espaço para as garotas negras” (id.ibid., p.29). Essa mudança na abordagem da televisão brasileira reflete uma mudança no pensamento social brasileiro no sentido do reconhecimento do racismo e na busca de combatê-lo.

A novela *Duas Caras*, da Rede Globo de Televisão, que começou a ser exibida em 2007, tem sido destacada pela mídia como uma das novelas dessa emissora de televisão com maior número de atores negros no elenco, isso dentro de uma trama atual e não ambientada no período histórico escravocrata brasileiro. Na história, a maioria dos personagens interpretados por atores negros é pobre. Questionado sobre os motivos de os papéis desempenhados por atores negros serem de personagens “de nível social baixo: ou favelados ou empregados domésticos” (MOUSSE, 2008, p.14), o autor da novela explicou: “Preferi o mundo real ao idealizado” (id.ibid., p.14).

O impacto de todo esse imaginário social acerca das mulheres negras brasileiras pode se refletir numa baixa auto-estima, fazendo com que elas não se considerem bonitas

⁵⁸SANTOS, 2004. p.56-57.

⁵⁹MOUSSE, 2008, p.12-14.

nem capazes de desenvolver uma relação amorosa, exceto em virtude de serem “quentes” na cama⁶⁰. Outra pesquisa⁶¹ revelou que as mulheres negras:

“(…) apesar das construções ideológicas que as concebem como promíscuas, são mulheres que, em função da discriminação racial, apresentam menor índice de nupcialidade, maior índice de solidão e maior grau de rejeição no mercado afetivo.” (BERQUÓ, 2003⁶² apud BRITO, 2006, p.71 e 72)

Foi verificado também que é maior o número de mulheres negras que se casam com homens negros, do que o de homens negros que se casam com mulheres negras⁶³.

São muitas as adversidades que as mulheres negras brasileiras encontram ao longo da vida. E muitas as respostas dadas por elas a tais situações ao longo de nossa história, conforme este breve panorama histórico retratou. Muitas mulheres negras conseguiram produzir respostas positivas às adversidades, dar a “volta por cima”, superando as dificuldades e as expectativas, ultrapassando os limites postos às suas capacidades e, assim, tornando-se resilientes. Encontramos facilmente exemplos destas mulheres, que têm vidas marcadas por desafios, por realidades com inúmeros elementos que poderiam fazê-las sucumbir ou retroceder. Mas o que acontece? Como elas enfrentam tais desafios e adversidades, e ao final da “guerra”, saem mais fortalecidas para enfrentar os novos desafios que virão? Muitos podem ser estes desafios, desde nascer numa comunidade pobre, não poder desfrutar do contato diário com os pais, presenciar episódios violentos entre os pais, ser discriminada por clientes e/ou colegas – mas todas sonharam e sonham com um futuro diferente para si bem como buscam possibilidade de fortalecimento da auto-estima e de valorização de outras mulheres.

⁶⁰CARNEIRO, 2002a, p.176 e 177.

⁶¹BERQUÓ, E. A pirâmide da solidão. São Paulo: s.e., 2006 apud BRITO, 2006, p.71.

⁶²BERQUÓ, E. A pirâmide da solidão. São Paulo: s.e., 2006.

⁶³BERQUÓ, E. A pirâmide da solidão. São Paulo: s.e., 2006 apud BRITO, 2006, p.71 -72.

2. RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO – COMO JUNTOS ELES PODEM ATUAR NO ROMPIMENTO DE PROCESSOS OPRESSIVOS, TRAUMÁTICOS E VIOLENTOS?

*“Nunca deixe que lhe digam
que não vale a pena
acreditar no sonho que se tem,
ou que seus planos nunca vão dar certo,
ou que você nunca vai ser alguém.
Se você quiser alguém em quem confiar,
confie em si mesmo.”*

(Música: Mais uma vez, autoria: Renato Russo)

Este capítulo trata das questões conceituais relativas aos fenômenos que se entrelaçam nos processos de resiliência e empoderamento na vida de mulheres negras.

Início esta seção com reflexões acerca da resiliência, exemplificando tal fenômeno por meio da experiência de vida de algumas personalidades brasileiras. Posteriormente, apresento uma seleção conceitual sobre o fenômeno; pontuo a trajetória histórica da análise do mesmo, que vai do campo da física e da engenharia ao campo da medicina, da psicologia e social; exponho, de maneira breve, algumas pesquisas nacionais e internacionais sobre a temática. Destaco alguns componentes referentes à resiliência humana, como: adversidade, fatores de risco, fatores de proteção, vulnerabilidade, estresse e coping. E encerro este item com a reflexão sobre as manifestações da resiliência humana

ao longo dos diferentes ciclos da vida, abordados por Assis⁶⁴.

Na seção sobre empoderamento, inicio com uma discussão conceitual. Explico, de maneira breve, o processo histórico que vem sendo construído pela categoria *empowerment* nas últimas décadas. E abordo as diversas concepções sobre os diferentes tipos e níveis de empoderamento e *empowerment*.

Posteriormente, realizo uma discussão acerca das possibilidades da relação mútua e do trabalho em conjunto da resiliência e do empoderamento, considerando, inclusive, a inovação desta abordagem.

Encerro o capítulo apontando esta atuação conjunta na vida de mulheres negras brasileiras.

2.1. RESILIÊNCIA - O INÍCIO DE UMA CONVERSA

Na maioria das vezes que temos contato com a palavra “resiliência”, a sensação que surge é de estranhamento. Considero que a resiliência é “um conceito fácil de entender, mas difícil de definir e impossível de ser medido ou calculado” (RODRIGUÉZ, 2005⁶⁵ apud BARLACH, 2006, p.6). Embora este conceito tenha uma série de ramificações, bem como venha produzindo inúmeras discussões teóricas, considero que a resiliência consiste no fato de o ser humano responder positivamente às adversidades da vida.

Destacam-se, neste trabalho, alguns exemplos de brasileiros que podem ser considerados como resilientes em diversas áreas e de diferentes formas: Roberto da Silva, que foi um interno da FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), hoje é um pesquisador, mestre e doutor em educação pela Universidade de São Paulo⁶⁶; Jade Barbosa,

⁶⁴ Assis et. al., 2006a, p.10.

⁶⁵RODRIGUEZ, Daniel (2005). *El humor como indicador de resiliencia*. In: MELILLO, Aldo & OJEDA, Elbio N. S. (2005). *Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas*. Buenos Aires: Paidós.

⁶⁶PINHEIRO, 2004. p.73-74.

atualmente com 15 anos de idade, teve a vida marcada pela perda da mãe na infância e por dificuldades financeiras, hoje é uma integrante da equipe brasileira de ginástica e foi uma das campeãs dos Jogos Pan-americanos de 2006⁶⁷; Herbert Viana, músico que no auge de sua carreira profissional sofreu um acidente que o deixou paraplégico e fez com que sua esposa falecesse, ficou muitos meses internado, inclusive, num dado período, em estado de coma, até que começou a se recuperar e assim conseguiu voltar a tocar, a cantar e a cuidar dos filhos⁶⁸; Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no Nordeste brasileiro, é de origem extremamente pobre, tornou-se metalúrgico da região do ABC Paulista e no ano de 2002, após várias tentativas, conseguiu eleger-se Presidente da República⁶⁹. Podemos nos perguntar o que estes quatro personagens têm em comum. A resiliência. A característica de serem indivíduos que passaram por adversidades e não sucumbiram, conseguiram responder positivamente ao enfrentamento das dificuldades encontradas. Embora tenham sido citados exemplos de personalidades brasileiras, com o objetivo de exemplificar a resiliência, ressalto que tal fenômeno está presente na vida de várias pessoas, em especial, na vida das pessoas comuns em vários contextos sócio-culturais.

2.1.2. Panorama conceitual e a trajetória histórica acerca da resiliência humana

As primeiras abordagens acerca da resiliência foram realizadas no campo da Física e da Engenharia, no início do século XIX, por meio da análise da resiliência de materiais. A primeira experiência registrada neste campo é a de Tomas Young, realizada em 1807, que buscou analisar as conseqüências da *“tensão e a compressão em barras, buscando a relação entre a força que era aplicada num corpo e a deformação que essa força*

⁶⁷ ASSIS et. al, 2006a, p.40.

⁶⁸ ASSIS, et. al. 2006a, p.40.

⁶⁹ PINHEIRO, 2004. p.67.

produzia” (YUNES. In: TAVARES, 2001, p.15).

Ao se analisar a conotação da resiliência frente aos materiais, realizada pelas ciências exatas, as reflexões que se fazem são as seguintes: o ser humano também não passa por processos de tensão? Após passar por processos de tensão, ele passa por modificações? Essas modificações, caso existam, não podem ser respondidas por meio dos experimentos laboratoriais das ciências exatas. Com base nestes questionamentos, na década de 1960, o conceito de resiliência começou a ser estudado pelas ciências humanas e médicas, tarefa que não é fácil, já que *“nessa definição reinam algumas incertezas”* (ASSIS et. al., 2006e, p.18).

Muitos são os questionamentos que vêm sendo objetos de várias pesquisas no campo da resiliência humana: A resiliência é uma característica presente em todos os seres humanos? No caso de estar presente somente em alguns, quais são os critérios para herdá-la? É uma característica genética, ou seja, nasce com o indivíduo? Pode ser adquirida pelo ambiente social em que se vive? Pode ser adquirida de alguma maneira? É uma característica que se não for utilizada na infância pode desaparecer? É possível que profissionais consigam desenvolver na população atendida um maior potencial de sua resiliência? Indivíduos resilientes são indivíduos que alcançaram o sucesso?

A análise conceitual sobre a resiliência humana demonstra que a maior parte das publicações é do final da década de 1990, em virtude dos estudos frente à mesma, tanto no cenário internacional, como nacional, serem recentes. Ainda não existe um conceito definido para a resiliência, consideramos que o mesmo ainda se encontra em construção e debate.

As primeiras experiências acerca do estudo da resiliência humana foram realizadas no final da década de 1960, pela psicologia e psiquiatria, “designando-a como a capacidade de resistir às adversidades, a força necessária para a saúde mental estabelecer-se durante a

vida, mesmo após a exposição a riscos” (TAVARES, 2001⁷⁰ apud PINHEIRO, 2004, p.69).

A medicina passou a estudá-la também, considerando-a como a capacidade de uma pessoa resistir a doenças, infecções ou intervenções, com ou sem a ajuda de medicamentos (TAVARES, 2001⁷¹ apud PINHEIRO, 2004, p.69).

Destaca-se que, em virtude do avanço dos estudos sobre resiliência nos países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, o tema vem sendo discutido não somente nos espaços acadêmicos, mas em diversas esferas públicas, que pensam numa aplicação em programas voltados à assistência social, bem como programas educacionais, pelas pessoas de uma maneira geral, inclusive pela mídia, por meio de programas e comerciais de TV, enquanto no Brasil “a palavra resiliência e seus significados ainda permanecem como ‘ilustres desconhecidos’ para a grande maioria das pessoas” (YUNES. In: TAVARES, 2001, p.15).

Existem vários significados da palavra resiliência no dicionário de língua inglesa *Longman Dictionary Contemporary English* (1995), que são:

“1) Habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades etc.; 2) É a habilidade de uma substância retornar à sua forma original quando a pressão é removida: flexibilidade.” (YUNES. In: TAVARES, 2001, p.14)

O significado da palavra resiliência no dicionário de língua portuguesa *Novo Aurélio* (1999) é: “a propriedade pela qual a energia é armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica” (YUNES. In: TAVARES, 2001. p.14).

Enquanto o dicionário de língua inglesa faz referência à resiliência humana, o de língua portuguesa compreende a resiliência somente no campo da física. Esta compreensão demonstra as diferentes trajetórias das pesquisas sociais que vêm sendo realizadas no

⁷⁰TAVARES, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. In: TAVARES, J. (Org.) Resiliência e educação. São Paulo: Cortez. p.43 – 76.

⁷¹Ibidem.

campo da resiliência humana, nos diferentes países citados.

Muitas são as conceituações acerca da resiliência. Realizamos uma seleção de abordagens, para que possamos nos aproximar e buscar a compreensão deste fenômeno. Segundo KOTLIARECO et. al. (1997⁷² apud JUNQUEIRA et. al., 2003, p.230), a resiliência constitui numa capacidade humana de superação das adversidades, bem como de transformação a partir das mesmas. Observa Bouvier (1999, p.154⁷³ apud JUNQUEIRA et. al., 2003, p.231) que a resiliência não constitui uma vacina contra o sofrimento, e que suas expressões podem se modificar ao longo da vida. Outra colocação relevante é a de TOMKIEWICK⁷⁴ (1999 apud JUNQUEIRA et. al., 2003, p.231) que informa que a resiliência é a capacidade de sobreviver, apesar das adversidades. Já ASSIS (2006d, p.9) fala a respeito da necessidade que tem a resiliência, como uma energia inerente aos seres humanos, de ser nutrida ao longo da vida dos indivíduos.

A referência aos processos de “sobrevivência”, “reconstrução” e “ultrapassagem”, observada na abordagem conceitual, leva-me a analisar que a resiliência corresponde a um processo relativo ao fato de indivíduos responderem positivamente às situações adversas, às situações traumáticas. E serem estas respostas positivas as motivações para reconstruir-se, encontrar formas de sobrevivência, apesar das situações traumáticas, e ultrapassar estas adversidades. Na maior parte das vezes, o que fica demonstrado após estes fatos é que estes indivíduos tornaram-se mais resistentes às situações de adversidade e que enfrentam de forma mais ativa as dificuldades que estão presentes o tempo todo em suas vidas.

A maioria das pesquisas sobre a resiliência humana vem sendo realizada no Reino

⁷²KOTLIARECO, M. A. ; CACERES, I. & FONTECILIA, M. 1997. Estado de Arte em Resiliência. Washington, DC. Organización Panamericana de la Salud.

⁷³BOUVIER, P.1999. *Abus sexuels et résilience*. In: Souffrir et se construire (M.P.Poilpot, org) pp.125 – 161. Ramonville. Editon Érès.

⁷⁴TOMKIEWICK, S. 1999. *La resilience: L’amour et al loi*. In: Souffrir et se construire. (M. P.Poilpot, org.) pp.175 – 184. Ramonville. Editon Érès.

Unido e Estados Unidos, países de maior tradição de pesquisas neste campo, tendo como objeto prioritário crianças e adolescentes⁷⁵ – prioridade também no Brasil⁷⁶.

2.1.3. Entrelaçamento e implicações entre resiliência humana e adversidade

Todas as pesquisas realizadas, internacional e nacionalmente, confirmam a ligação entre resiliência e adversidade. “A adversidade é produtora de integração, condição para subjetividade resiliente” (GALLENDE⁷⁷, 2004 apud BARLACH, 2006, p.65). De forma complementar à percepção de GALLENDE, WALLER que confirma que o fenômeno resiliência “não ocorre apesar da adversidade, mas em função dela” (WALLER, 2001⁷⁸ apud BARLACH, 2006, p.65). Assim,

“(…) diante da adversidade, o indivíduo mobiliza um conjunto de recursos dos quais, muitas vezes, não tinha consciência anterior ao momento do enfrentamento, cujo efeito é potencializador de crescimento e enriquecimento pessoal e que, na ausência da adversidade, não teriam se explicitado.” (PESCE, 2004, p.64)

Desta maneira, pode-se analisar a adversidade como mola mestra para a produção da resiliência, mas não são todos os indivíduos que passam por adversidades que podem ser chamados de resilientes, nem ao menos “exigir” ações de resilientes a todos os indivíduos que se encontrem em situações adversas. O respeito à diversidade das escolhas e das expressões de cada indivíduo aos desafios que surgem ao longo da vida devem ser observados, já que consideramos que não há uma “fórmula mágica” para elaboração de respostas positivas às adversidades, em especial, considerando todos os fatores que

⁷⁵YUNES. In: TAVARES, 2001, p.17–21.

⁷⁶PESCE, 2004; ASSIS et. al., 2006a, 2006e; PALUDO, 2005; POLLETO et. al, 2004.

⁷⁷GALLENDE, Emiliano (2004). *Subjetividade y resiliencia: del azar y la complejidad*. In: MELILO, Alado; OJEDA, E. N. S.; RODRIGUES, D. (Org.) *Resiliencia y subjetividade: los ciclos de la vida*. Buenos Aires: Paidós.

⁷⁸WALLER, M. A. (2001). *Resiliencia ecosystemic context: Evolution of the concept*. American Journal of Orthophychiatry, 71, p.290 – 197.

constituem o ser humano, entre eles, “contextuais, constitutivos e variáveis” (BARROS, 2005, p.62) e que norteiam suas atitudes.

“Não podemos falar de indivíduos resilientes, mas de uma capacidade do sujeito de, em determinados momentos e de acordo com as circunstâncias, lidar com a adversidade, não sucumbindo a ela” (JUNQUEIRA et. al., 2005, p.229).

Outros fatores também percorrem este grande trajeto de compreensão da resiliência. Não acredito que exista um teste ou uma equação matemática que produza o resultado INDIVÍDUOS RESILIENTES ou INDIVÍDUOS NÃO RESILIENTES⁷⁹.

2.1.4. Outros componentes para a análise da resiliência humana: fatores de riscos, fatores de proteção, vulnerabilidade, estresse e coping

A resiliência humana não pode ser vista como um atributo fixo do indivíduo, mas como algo que se altera caso as circunstâncias se alterem (RUTTER, 187, p.317. In: YUNES. In: TAVARES, 2001, p.21). Ou seja, “a resiliência tem diferentes formas entre diferentes indivíduos em diferentes contextos, assim como acontece com o conceito de risco” (MARTINEAU, 1999, p.103⁸⁰ apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.21).

MARTINEAU (1999⁸¹ apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.22-24) cita o conceito de risco, e muitos teóricos que hoje estudam a resiliência humana compreendem que ela é oriunda de uma análise deste conceito⁸². Os primeiros estudos sobre risco foram feitos junto aos campos da epidemiologia e da medicina, e se baseavam no estudo dos “pa-

⁷⁹Destaco a existência de um instrumento utilizado para a medição da resiliência, chamado Escala da Resiliência, desenvolvido por Wagnild & Young, ainda não validado no Brasil, composto de “25 itens descritos de forma positiva com a resposta tipo likert, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente)” (WAGNILD & YOUNG, 1993 apud PESCE et. al., 2005), embora não seja nossa escolha no presente trabalho acadêmico, In: BARLACH, 2006, p.74.

⁸⁰MARTINEAU, S. (1999). *Rewriting resilience. A critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to “kids at risk”*. Tese de Doutorado apresentada na The University of British, Columbia, Canadá.

⁸¹Ibidem.

⁸²BARLACH, 2006, p.32.

drões de doença em determinadas populações e os fatores que influenciavam esses padrões” (LILIENTFELS & LILIENTFELS, 1980⁸³ apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.23).

“Fatores de risco relacionam-se com toda a sorte de eventos negativos da vida, e, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais” (YUNES e SZYMANSKI, 2001⁸⁴ apud PINHEIRO, 2004, p.47).

Os fatores de risco constituem, também, uma concepção que está sempre em construção e vem variando diante de circunstâncias como idade dos indivíduos a serem pesquisados, localidade de residência, renda e outras.

“Embora seja notório que pobreza, conflito familiar e abuso são prejudiciais, se esses fatores irão se constituir em risco ou não, isto irá depender do comportamento que se tem em mente e dos mecanismos pelos quais os processos de risco operam seus efeitos negativos.” (COWAN, COWAN & SCHULZ, 1996 In: YUNES. In: TAVARES, 2001, p.24)).

Muitos estudos sobre resiliência humana associam-na à presença ou ausência de risco. De acordo com RUTTER (1993⁸⁵ apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.26), três pontos devem ser considerados ao pensar essa associação: 1) a resiliência não está no fato de evitar experiências de risco ou no fato de ter somente boas experiências; 2) os fatores de risco não podem ser fácil ou previamente detectados, pois se mostram de maneira diversa nos diferentes ciclos de vida, bem como nas diversas realidades vivenciadas pelos indivíduos; 3) devem ser focados os mecanismos de risco e não os fatores de risco, já que o que numa situação consideramos risco, pode ser proteção em outra.

⁸³LILIENTFIELD, A. M. & LILIENTFIELD, D. E. (1980). *Foundations of epidemiology*. 2 ed. Nova York, Oxford University Press.

⁸⁴YUNES, M. A. M. & SKYMANSKI, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.) Resiliência educação. São Paulo, Cortês. P.13 – 42.

⁸⁵RUTTER, M. (1993). *Psychosocial resilience and protective mechanisms*. American Journal of Orthophychiatry, 57, p.316 – 331.

Segundo MUNIST et. al. (1998⁸⁶ apud JUNQUEIRA et. al. 2003, p.229), “embora o enfoque de risco e resiliência sejam diferentes, são aspectos complementares”. Fatores de risco podem ser compreendidos como todos os eventos negativos da vida e que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais. De acordo com YUNES e SZYMANSKI⁸⁷ (apud PINHEIRO, 2004, p.71), alguns exemplos são: divórcio dos pais, perda de entes queridos, abuso sexual e abuso físico contra a criança, pobreza, holocausto, desastres, catástrofes naturais, guerras e outras formas de trauma⁸⁸, bem como características de gênero, problemas genéticos, carência de habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas limitadas, entre outras. Entretanto, para que os fatores de risco influenciem o indivíduo é necessário que ele se encontre fragilizado ou vulnerável.

A presença de fatores de risco traz à tona os fatores protetivos, também conhecidos como fatores de proteção, que possuem a função de auxiliar o indivíduo na superação das adversidades ao longo da vida (PALUDO et. al., 2005).

Pesquisas realizadas acerca dos mecanismos de proteção verificaram que estes podem ser divididos em três tipos, e estão presentes na vida de indivíduos resilientes desde a infância: o primeiro que pode ser citado é a capacidade individual, que tem como características a auto-estima positiva, autocontrole e temperamento afetuoso e flexível; o segundo a ser considerado é a família, que pode contribuir com estabilidade, respeito mútuo, apoio e suporte; e o terceiro tipo de apoio pode ser fornecido pelo ambiente social, que se configura por meio do relacionamento com amigos, professores e outras pessoas

⁸⁶MUNIST, M; SANTOS, H.; KOTLIARECO, M. A.; OJEDA, E. N. S.; INFANTE, F. & GROTBORG, E. 1998. *Manual de Identificación y Promoción de la Resiliencia*. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud.

⁸⁷YUNES, M. A. M. & SKYMANSKI, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.) Resiliência educação. São Paulo, Cortes, 2001. p.13-42.

⁸⁸YUNES, A. M. & SKYMANSKI, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.) Resiliência educação. São Paulo, Cortes, 2001. Apud: PINHEIRO, 2004, p.71.

significativas que têm papel de referência (WERNER & SMITH, 1989, p.80⁸⁹ apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.40).

Outro conceito também importante no estudo da resiliência é o de vulnerabilidade, que durante um dado período foi aplicado erroneamente no lugar de risco. “É importante ressaltar a relação entre risco e vulnerabilidade: vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito” (COWAN, COWAN & SCHULZ, 1996⁹⁰ apud YUNES. In: TAVARES, 2001. p.28).

A primeira pesquisa realizada acerca da vulnerabilidade humana foi feita na década de 1930, por MURPHY, que ao final definiu o fenômeno como “susceptibilidade à deterioração de funcionamento de estresse” (MASTEN & GARMERZY, 1985⁹¹ apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.28).

Pode-se afirmar que todos os seres humanos estão vulneráveis a efeitos de adversidades, às quais se pode responder de maneira positiva, demonstrando assim resiliência ou não. É importante ressaltar que “ser resiliente não significa ser invulnerável aos problemas” (ASSIS, 2006a, p.7). A resiliência não pode ser encarada como um grande escudo protetor que nada pode abalar (YUNES. In: TAVARES, 2001. p.17).

O conceito de vulnerabilidade carrega, intrinsecamente, o conceito de estresse. “Assim como acontece com o conceito de risco nos estudos sobre resiliência, o conceito de estresse também se refere às experiências negativas” (YUNES. In: TAVARES, 2001, p.30). Pode-se caracterizar o estresse de acordo com o estudo acerca da resiliência humana, como conseqüências das experiências negativas, bem como tensões oriundas das adversidades vivenciadas.

⁸⁹WERNER, E. E. & SMITH, R. S. (1982) *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. New York, Mc Graw-Hill.

⁹⁰COWAN, P.A.; COWAN, P.C.; SCHULZ, M. S. (1996). *Thinking about risk and resilience in families*. In: HETHERINGTON, E. M. & BLEACHMAN, E. A. (Orgs.). *Stress, coping and resilience in children and families*. Nova Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, p.1 – 38.

⁹¹GARMEZY, N. & RUTTER, M. (1985). *Acute reactions to stress*. In: RUTTER, M. & HERSOV, L. (Eds.) *Child Psychiatry: modern approaches*. 2nd ed. Oxford, Blackwell Scientific.

Ao se analisar o conceito de estresse, também se observa o conceito de coping.

“Coping é um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas e externas, que surgem em situações de estresse e são avaliadas como sobrecarregando ou exercendo os recursos pessoais.” (LAZARUS & FOLKMAN, 1984, p.141⁹² apud YUNES. In: TAVARES, 2001, p.31)

Portanto, pode-se considerar que, diante de adversidades, enquanto o estresse causa abalos na estrutura humana, o coping tende a fortalecê-la. São como duas faces de uma mesma moeda, já que ambos surgem somente a partir das adversidades, e se o estresse produz abalo, o coping, a partir do abalo, busca orientar os esforços do indivíduo para lidar com as demandas da melhor maneira possível, por meio de seus recursos internos e externos.

“Estresse & coping são conceitos que aparecem lado a lado constantemente nas pesquisas sobre resiliência. Parece ser mais um dos vários dualismos entre pólos positivos e negativos que permeiam o conceito de resiliência, sendo que, neste caso, estresse é o pólo negativo e coping, o positivo.” (YUNES. In: TAVARES, 2001. p.31)

2.1.5. Destacando a resiliência humana em diferentes momentos da vida

Estudos vêm apontando como é fundamental a participação da família, em especial da mãe e do pai, no processo de desenvolvimento da resiliência de crianças⁹³. Acredito que a razão do grande número de pesquisas sobre resiliência em crianças ocorra em parte por ser a fase da infância fundamental para o desenvolvimento do indivíduo⁹⁴.

Na fase adulta, o potencial de resiliência pode continuar a se fortalecer ou até mesmo enfraquecer, em virtude de uma série de fatores constituintes. Adultos resilientes têm necessidade também de estabelecimento de vínculos familiares, para o exercício de intimidade afetiva⁹⁵.

⁹²LAZARUS, R. S. & FOLKMAN, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. Nova York, Springer.

⁹³ASSIS et. al., 2006a, p.10; ASSIS et. al., 2006d, p.10.

⁹⁴ASSIS et. al., 2006a, p.10.

⁹⁵ASSIS et. al, 2006d, p.11.

Em relação à terceira idade, pouquíssimos são os trabalhos desenvolvidos no campo da resiliência. Um estudo demonstra que os idosos que chegam à terceira idade com a resiliência solidificada “podem mostrar mais fragilidade na superação de problemas quando sentem que não estão mais conseguindo lidar com a deterioração física e com as perdas sofridas” (HAMARAT et. al, 2002⁹⁶ apud ASSIS et. al., 2006a, p.11).

Ainda são raras as pesquisas no campo da resiliência humana que a discutam na vida adulta e na velhice⁹⁷. Acreditamos que abordar a resiliência humana pode incentivá-la nos diversos campos da área social.

2.2. EMPODERAMENTO - O COMEÇO DE UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

A categoria empoderamento tem sido bastante explorada em várias discussões nas áreas humanas e sociais, em especial no Serviço Social, e nas temáticas que enfatizam as conexões entre gênero e movimentos sociais. Mas algumas reflexões podem ser destacadas, como: É possível empoderar pessoas, grupos ou comunidades? Como é possível empoderar? O poder pertence a alguém? E finalmente, o que é empoderamento? Tentando responder a alguns destes questionamentos, iniciamos neste momento uma discussão teórica acerca do conceito “empoderamento”.

Segundo OLIVEIRA (2004, p.66), empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemas que determinam a vida. O poder, para FOUCAULT (1989), é uma prática social, construída socialmente, não é um objeto natural. Raros são os estudos que buscaram estudar a origem de tal construção social, e a maioria se deteve em estudar as relações desenvolvidas pelo poder. É

⁹⁶HAMARAT, E.; THOMPSON, D.; STEELE, D.; MATHENY, D.; SIMONS, C. *Age differences in coping resources and satisfaction with life among middle-aged, young-old and oldest old-adults*. The Journal of Genetic Psychology, 163 (3): 360 – 367, 2002.

⁹⁷ASSIS et. al., 2006a, p.11.

interessante ressaltar que o poder não está ligado somente a um lado do jogo das relações sociais; não está ligado somente aos dominantes, ou somente aos dominados; não está ligado somente ao Estado, ou somente às classes sociais – o poder pertence aos dois lados da relação. “Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (FOUCAULT, 1989, p.X). O poder possui também uma negatividade, já que exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde; como também possui um aspecto positivo, já que é produtivo e transformador (id.ibid.), embora, na maioria das vezes, sejam citados somente os aspectos negativos do poder.

Segundo LABONTE (1994⁹⁸ apud TEIXEIRA, 2002), empoderamento é, simultaneamente, processo e resultado, é um processo que descreve um relacionamento que está sempre em mudança e nunca está completo, relacionamento este entre aquele que tem formas objetivas de poder e os que não as tem. O empoderamento é ao mesmo tempo processo e resultado, é uma ação que descreve o relacionamento, que possibilita a um indivíduo ou grupo reconhecer suas capacidades e possibilidades, seu potencial, seu poder.

“[O empoderamento constitui-se na] força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como socioestruturais.” (LISBOA, 2003b, 23⁹⁹ apud OLIVEIRA, 2004, p.66)

RAPPAPORT discute o empoderamento como “um processo pelo qual indivíduos, comunidades e organizações obtêm controle sobre suas vidas”. O empoderamento também é discutido como um processo que consiste na habilidade de as pessoas conseguirem um entendimento e um controle sobre suas forças pessoais, sociais, econômicas e políticas,

⁹⁸LABONTE, R., 1994. *Health Promotion and Empowerment: Reflections on Professional Practice*. In: *Health Education Quarterly: (Special issue. Community empowerment, participatory education and health – Part. I)* VOL 21, 2: 253 – 268, summer.

⁹⁹LISBOA, Teresa Kleba. *Constituindo identidade, afirmando diferenças – mulheres migrantes caboclas e a aculturação no espaço urbano*. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, diferenças e mediações. Florianópolis, abril de 2003b.

para que possam melhorar sua situação (RAPPAPORT, 2002. In: WALLERSTEIN, 1994; AIRHIHENBUWA, 1994; BERNTEIN, 1994; LABONTE, 1994; THURSZ, 1993¹⁰⁰ apud TEIXEIRA, 2002).

Outra explicação acerca do conceito empoderamento é de FRIEDMANN, que o concebe como “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (FRIEDMANN, 1996¹⁰¹ apud OLIVEIRA, 2004. p.66).

VASCONCELOS (2003, p.20), utiliza a terminologia “*empowerment*”, pois considera que a tradução “empoderamento” não traz uma solução satisfatória. Embora alguns autores tenham realizado a tradução da palavra “*empowerment*” para “fortalecimento” e “aumento da autonomia”, considera que as mesmas são alternativas interessantes, mas que limitam a riqueza do termo. CARVALHO (2004) concorda com VASCONCELOS e explica que existe uma dificuldade na maneira como se dá a tradução da palavra “*empowerment*” nos textos em português e espanhol, onde estão sendo utilizados como sinônimas as palavras “empoderamento” e “apoderamento”, mas estas concepções possuem significados distintos.

VALENTE et. all. (2007, p.4) aborda a perspectiva de apoderamento numa substituição a empoderamento, considerando que empoderar é o resultado do processo de repasse de informações, ferramentas e outros recursos para que a sociedade tenha acesso ao poder, e apoderamento referir-se-ia à questão do poder como parte de um processo de luta social e se manifestaria no sentido de apropriar-se ou de conquista, considerando o poder como um direito que não é dado, nem transferido.

¹⁰⁰WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E., 1994. "Introduction to Community Empowerment, Participation, Education, and Health". In: Health Education Quarterly: Special Issue Community Empowerment, Participatory Education, and Health - Part I. Vol 21, 2: 141-170.

¹⁰¹ FRIEDMANN, John. *Empowerment*. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo. Oeiras: Celta Editora, 1996.

Outra dificuldade apontada por VASCONCELOS é a inexistência na língua portuguesa da palavra empoderamento. Ele concebe *empowerment* como um

“(...) aumento de poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação.” (VASCONCELOS, 2003, p.20)

Fato é que determinados grupos submetidos a longos períodos de opressão apresentam desestímulo e baixa resistência. Desta maneira, torna-se necessário seu fortalecimento para que possam se reconhecer como capazes de mudar a realidade, como portadores de potencial transformador e realizador.

Ao se considerar a trajetória histórica de patriarcalismo e racismo, observa-se que um dos grupos oprimidos socialmente é o das mulheres negras brasileiras, que ainda sente os impactos de tais contextos.

2.2.1. Tipos de Empoderamento

A divisão em tipos ou níveis de empoderamento não se baseia numa visão linear, mas segue uma estratégia de análise, promoção e incentivo do processo de empoderamento.

WALLERSTEIN & BERNSTEIN (1994¹⁰² apud TEIXEIRA, 2002) consideram que três são os níveis de empoderamento: o empoderamento individual ou psicológico, o empoderamento organizacional e o empoderamento comunitário. O empoderamento individual “se refere à habilidade do indivíduo para tomar decisões e ter controle sobre sua própria vida” (id.ibid.). Desta maneira, o indivíduo deve ser estimulado a acreditar em suas capacidades e habilidades, e assim tornar-se confiante em si mesmo. O empoderamento

¹⁰²WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E., 1994. "Introduction to Community Empowerment, Participation, Education, and Health". In: Health Education Quarterly: Special Issue Community Empowerment, Participatory Education, and Health - Part I. Vol 21, 2: 141-170.

organizacional só é possível numa esfera democrática, onde ocorra divisão de informação e poder, e envolve a capacidade de tomar decisões em grupo voltados para uma meta. O empoderamento comunitário é composto por capacidade e ação, sendo que “a capacidade é definida pelo uso do poder para resolver problemas e a ação é definida por conseguir uma razoável partilha de recursos” (id.ibid.). Neste nível de empoderamento, os indivíduos e organizações devem aplicar suas habilidades e recursos nos esforços coletivos.

FRIEDMANN (1996. p.125¹⁰³ apud OLIVEIRA, 2004, p.67) destaca que três são os pilares do empoderamento: o social, o psicológico e o político. O empoderamento social consiste no acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações sociais e acesso a seus recursos financeiros. Dessa maneira, a possibilidade de o indivíduo ter acesso à formação, associada ao saber adquirido ao longo da vida, a possibilidade de conhecer, discutir e participar com outros que buscam um objetivo comum, lhe proporcionam a segurança de ser capaz de articular idéias, propor sugestões, refletir em conjunto, representar um grupo ou uma comunidade.

“[O empoderamento psicológico] refere-se à percepção da força individual, manifestando-se num comportamento autoconfiante. É muitas vezes o resultado de uma ação vitoriosa nos domínios social ou político, embora possa resultar também de um trabalho intersubjetivo.” (OLIVEIRA, 2004, p.68)

O empoderamento psicológico se fundamenta no reconhecimento da auto-estima, na valorização de si e no reconhecimento da capacidade individual. Segundo OLIVEIRA (2004, p.68), “as afirmações ‘eu sou capaz’, ‘eu posso’, ‘eu vou’ expressam a tomada de consciência de suas capacidades e potencialidades”. Embora o empoderamento psicológico se dê no nível individual – ou seja, o indivíduo deve se reconhecer como capaz –, os grupos, como a família e a comunidade, possuem um papel fundamental nesse processo, já

¹⁰³FRIEDMANN, John. *Empowerment*. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo. Oeiras: Celta Editora, 1996.

que servem como propulsores por meio do incentivo e valorização de iniciativas. O empoderamento político se dá no processo de “tomada de decisão, na apropriação do poder, de ter vez, voz e da ação coletiva” (id.ibid., p.73) e “possibilita a elaboração de argumentos, o domínio de informações e o poder do saber” (id.ibid., p.75). O empoderamento político só é possível pela prática da solidariedade, e na ausência desta pode se transformar em dominação, opressão e controle. Outra característica do empoderamento político é o reconhecimento da cidadania, seja a nível individual ou coletivo. O empoderamento pode ser tipificado como: social, psicológico e político, mas não é algo linear, pois os tipos se complementam e interconectam¹⁰⁴.

Os três tipos de *empowerment* citados por Vasconcelos¹⁰⁵ são processos dinâmicos – o *auto-empowerment*, o *empowerment grupal* e o *empowerment comunitário*. O *auto-empowerment* trata do cuidado de si, das estratégias de ajuda e da defesa dos direitos individuais. Junto ao cuidado de si, VASCONCELOS aponta a importância do processo de auto-conhecimento; da busca de profissionais, visando à superação de dificuldades subjetivas e objetivas, quando necessário; da busca de oportunidades junto à educação, à formação profissional, buscando desenvolver as habilidades sociais e uma melhor qualidade de vida; e a criação, desenvolvimento e manutenção de uma boa rede de contatos, com a qual possa ter amizade, intercâmbio social, apoio pessoal, cuidado, ação social e política¹⁰⁶. O *auto-empowerment* desenvolve-se em nível individual, onde o indivíduo é o principal responsável pelo processo.

Ao falar sobre o *empowerment grupal*, VASCONCELOS ressalta que o:

“(…) trabalho em grupo tem um enorme potencial para prover suporte emocional e real para os indivíduos, reduzir o isolamento, estimular a troca de experiências, oferecer oportunidades para o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, ser

¹⁰⁴ OLIVEIRA, 2004, p.75-77.

¹⁰⁵ VASCONCELOS, 2003, p.259-261.

¹⁰⁶ Idem, 2003, p.262

base para o processo de conscientização, de engajamento em iniciativas de ação social e política, militância e mobilizações em geral.” (VASCONCELOS, 2003, p.270)

Não são todos os trabalhos em grupo que podem ser promotores de *empowerment grupal*, já que “há determinados padrões de dinâmicas, imaginário e liderança grupal que, pelo contrário, não permitem a seus membros desenvolverem independência, autonomia, diferenciação interna e processos de individualização” (id.ibid., p.269-270). O rompimento com o isolamento, a criação de um sentimento de pertencimento a um grupo pode fortalecer o indivíduo, fazendo com que ele considere a força do grupo frente aos seus ideais e, conseqüentemente, o seu reconhecimento individual, como parte da força daquele coletivo.

Uma das características do *empowerment comunitário* é a busca do fortalecimento da cidadania de uma população. O reconhecimento das violações de direitos e promoção de possibilidades de melhoria das condições sociais, econômicas e políticas¹⁰⁷ é o processo de empoderamento.

2.2.2. A trajetória histórica do conceito “empowerment”

Segundo VASCONCELOS (2003, p.57), “o uso dos ideais de empowerment não constitui um fenômeno genuinamente novo, mas uma reapropriação e reelaboração de tradições e interpelações já existentes”. A perspectiva dos direitos sociais suscitados, principalmente por Mashall¹⁰⁸, contribuiu para que os movimentos sociais contemporâneos incluíssem estratégias de empowerment em suas reivindicações.

Os movimentos sociais surgidos a partir da década de 1960, entre eles o movimento feminista e os movimentos anti-racistas e de minorias étnicas¹⁰⁹, “têm permanentemente

¹⁰⁷Ibidem, 2003, p.274-275.

¹⁰⁸Ibidem, 2003. p.94.

¹⁰⁹Ibidem, 2003, p.98-99.

recolocado a questão do poder como questão teórica, da prática cotidiana e da estratégia política e social” (VASCONCELOS, 2003, p.101), buscando assim uma relação entre a microfísica do poder e as implicações políticas e culturais, na vida diária¹¹⁰.

Embora o Movimento Feminista e o Movimento Negro, no Brasil, tenham surgido também com o objetivo de empoderar os sujeitos implicados no processo participativo, essa discussão ficou restrita durante muito tempo no âmago dos movimentos sociais. Os primeiros trabalhos acadêmicos que discutem tais questões são do final da década de 1990. Se em relação à produção acadêmica a ênfase ocorre somente nas últimas décadas, em termos de efetivação de políticas sociais que abarcaram tal objetivo, as produções são ainda mais raras. Esta realidade é muito diferente da vivenciada na Europa.

“A partir do final de década de 80, especialmente nos anos 90 em diante, o conceito de empowerment tem tido presença constante em todas as políticas sociais de serviço social e em saúde mental na Europa, e em todos os países de língua inglesa, estando relacionado também com as abordagens chamadas de anti-opressivas.” (VASCONCELOS, 2003, p.146)

Segundo Vasconcelos, pouco a pouco o feminismo e o movimento negro, na Europa, abarcaram a perspectiva do *empowerment*, tendo a academia um papel fundamental nesse processo¹¹¹. Durante os anos 1980, a influência do feminismo na sociedade, nas políticas sociais, na psicologia e na antropologia foi muito mais forte, atingindo o campo do serviço social. Nesta área, principalmente, culminou em vários trabalhos sobre o feminismo, e gradualmente a literatura expandiu-se até alcançar temas específicos associados à prática profissional, como a violência doméstica, a questão das mulheres presidiárias, da terceira idade, da família, da saúde mental, do sexismo, da cultura masculina.

¹¹⁰Ibidem, 2003, p.101-102.

¹¹¹Ibidem, 2003, p.162-165.

“É importante observar que muitas dessas primeiras referências não contêm nenhuma menção explícita ao empowerment e, portanto, a prática e os estudos feministas e de gênero têm um desenvolvimento independente das abordagens formais de empowerment. Apenas gradualmente, a partir do início dos anos 80, a noção de empowerment começou a estar explicitamente indicada nos autores feministas e de gênero, e associada aos seus campos de análise e de lutas.” (VASCONCELOS 2003, p.164)

Em consonância aos estudos acerca de raça e etnia, a primeira formulação unindo os conceitos de raça, opressão e *empowerment* foi publicada nos Estados Unidos em 1976 (SALOMON, 1976¹¹² apud VASCONCELOS, 2003, p.164). Em 1983 foi criada, na Inglaterra, a Associação de Assistentes Sociais Negros e Profissionais Aliados, com o objetivo de desenvolver o serviço social anti-racista. A partir dessa perspectiva, o serviço social desenvolveu uma abordagem anti-racista madura, realizando, inclusive, uma série de publicações sobre a temática¹¹³.

A influência da categoria empoderamento no meio acadêmico brasileiro surgiu com o objetivo de analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais e comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social quanto ecológico, e a partir dele aprendem a lidar com as diversas questões sociais.

É interessante notar que, conquanto sejam comuns análises dos conceitos de resiliência¹¹⁴ e empoderamento¹¹⁵ nas políticas sociais dos países de língua inglesa, em especial Inglaterra, Reino Unido e Estados Unidos, os mesmos ainda não fazem parte da agenda política brasileira.

¹¹²SALOMON, B. B. *Black Empowerment: Social Work in oppressed communities*. New York, Columbia University Press, 1976.

¹¹³VASCONCELOS, 2003, p. 164.

¹¹⁴YUNES, 2001, p.15.

¹¹⁵VASCONCELOS, 2003. p.151.

2.3. RESILIÊNCIA E EMPOWERMENT - UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA É POSSÍVEL?

Embora os dois conceitos tenham sido tratados, até hoje, como distintos, considero relevante a estreita ligação entre ambos. Enquanto a resiliência pode ser tratada como a capacidade individual de responder positivamente às situações adversas e traumáticas – que, segundo Assis¹¹⁶, começa antes mesmo da concepção humana e desde então precisa ser fortalecida, por meio das expectativas, fantasias e desejos dos pais –, o *empowerment* é caracterizado como uma possibilidade de “aumento de poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais” (VASCONCELOS, 2003, p.20), mas em ambos as possibilidades de “sobrevivência”, “reconstrução” e “ultrapassagem” estão presentes. Os dois processos – resiliência e *empowerment* – apresentam uma característica que consideramos fundamental para analisar a possibilidade de aproximação, pois surgem após situações traumáticas, adversas e de opressão.

Para que o indivíduo consiga mobilizar recursos para o enfrentamento das adversidades é necessário o *empowerment*¹¹⁷, seja através do *empowerment individual*¹¹⁸ – maneira que o indivíduo se reconheça como capaz de ultrapassar aquele obstáculo – seja pelo *empowerment coletivo*¹¹⁹ – que permite que o indivíduo ou um grupo sintam-se estimulado por outras pessoas, como família, amigos e profissionais, para transformar as situações vividas.

A relação entre resiliência e *empowerment* não é linear, pois isoladamente a resiliência não fortalece o processo de *empowerment*, nem o *empowerment* de forma estanque fortalece a resiliência, mas ambos se fortalecem mutuamente no processo de implicação e entrelaçamento, desenvolvendo juntos a possibilidade de “autonomia superativa e emancipatória”, e fazendo com que não somente o indivíduo consiga

¹¹⁶ASSIS et. al., 2006a, p.10. ASSIS et. al., 2006d, p.10

¹¹⁷VASCONCELOS, 2003, p.20.

¹¹⁸Idem, 2003, p.262 – 269.

¹¹⁹Ibidem, 2003, p.265-279.

fortalecer-se individualmente para superar as adversidades, mas também que, em determinadas situações, outros indivíduos consigam superar desafios.

2.4. O RESULTADO DA ATUAÇÃO DA RESILIÊNCIA E DO EMPOWERMENT NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS: A ‘AUTONOMIA SUPERATIVA E EMANCIPATÓRIA’ - UM ESFORÇO DE ANÁLISE

As expressões que denotam os processos de resiliência e *empowerment* são comuns em situações em que tenham ocorrido adversidades, opressões e violências. Tais perspectivas possibilitam que os indivíduos possam atravessar situações de maneira que não só respondam positivamente a elas, como possam sair de tais episódios mais fortalecidos. Dessa forma, questiono: como poderíamos nomear esse fortalecimento? A releitura crítica da atuação da resiliência e do *empowerment* denotaria um novo campo de saber? Para tal questionamento, é necessário considerar que os dois conceitos surgiram e se desenvolveram de formas totalmente distintas, e desconheço estudos sobre alguma ação conjunta. Com o objetivo de examinar esse “novo campo de saber” surgido a partir: a) do levantamento bibliográfico dos dois conceitos; b) do estudo desenvolvido pela autora a respeito de ambos; c) da ligação observada entre os mesmos e a perspectiva social e histórica das trajetórias mulheres negras brasileiras; e d) da análise da trajetória de algumas mulheres negras brasileiras, selecionadas e entrevistadas para a realização dessa pesquisa, nomeei esse novo campo como “autonomia superativa e emancipatória”. Para tanto, foram necessárias as análises desenvolvidas neste estudo e também a análise de algumas categorias teóricas. Segundo POGREBINSCHI, a análise desenvolvida por Foucault pontua que o exercício do poder, especialmente na perspectiva poder-saber, pode potencializar “a idéia de produtividade e de positividade até torná-la emancipadora, até convertê-la em emancipação” (POGREBINSCHI, 2004, p.181). Há, portanto, uma ligação entre

reconhecimento do poder e emancipação. Quanto a *autonomia*, uma das vertentes autorais a pontua não somente como “idéia filosófica ou epistemológica, mas também como uma idéia essencialmente política” (VELLOSO, 2005, p.50). Ou seja, a mesma somente poderia ser adotada a partir do momento em que uma “população entra em atividade para dotar-se a si mesma de suas normas e formas de organização” (VELLOSO, 2005, p.51).

A perspectiva “autonomia superativa e emancipatória” pautar-se-ia nas seguintes análises: 1) no reconhecimento da necessidade da organização social de uma população, especialmente considerando uma história marcada por desigualdades sociais e uma atualidade que ainda denota posição socialmente vulnerável; 2) a perspectiva da trajetória histórica marcada por adversidades e obstáculos superados, ou seja, enfrentados e não-sucumbidos, e que fizeram com que o indivíduo saísse mais fortalecido após esse episódio, não raro passando a vislumbrar uma postura crítica a respeito da realidade social; 3) a emancipação, ou seja, o ato do reconhecimento de potencialidades e possibilidades, somente é possível através de uma perspectiva de empoderamento, sendo necessário que o indivíduo reconheça sua força (poder) para que possa, posteriormente, sentir-se emancipado e assim seguro para o enfrentamento de obstáculos.

Ao analisar a perspectiva conceitual desse novo campo de saber, e relacioná-la ao objeto de estudo dessa dissertação, verifiquei as seguintes relações: 1) O fortalecimento individual¹²⁰ após a superação de episódios traumáticos, violentos e discriminatórios; 2) A escolha pessoal de alguns de desenvolver atividades, especialmente profissionais, voltadas para a atuação junto a grupos historicamente oprimidos, objetivando empoderá-los, por meio de diversas estratégias: pela valorização da beleza negra e da auto-estima, pelo reconhecimento da cidadania, pelo acesso à academia, entre outras.

¹²⁰ Não vislumbro “fortalecimento individual” numa perspectiva individualista, inclusive neste estudo. Várias vezes pontuo a importância dos diversos grupos com que o indivíduo desenvolve convivência ao longo da vida para seu fortalecimento, mas considero que parte do fortalecimento necessita ser individual, considerando inclusive as subjetividades de cada um.

A vida das mulheres negras é marcada por opressão, adversidades e violência, manifestadas, na maioria das vezes, pela discriminação racial. Tal realidade começou com a chegada de minhas ancestrais, trazidas de sua terra natal, a África, para o Brasil, como escravas, e se manifesta e perpetua até os dias de hoje. Quantas mulheres negras passam por inúmeros processos traumáticos e situações adversas, e respondem positivamente a eles, “dando a volta por cima”? Quantas mulheres negras utilizaram tal aprendizado, produzido por adversidades para a promoção de outras mulheres, em especial também negras, para que as mesmas pudessem se fortalecer e encontrar respostas e saídas para situações traumáticas presentes em seu cotidiano?

Com o objetivo de responder a essas e outras perguntas que norteiam o objeto de estudo dessa pesquisa social – análise da trajetória de cinco mulheres negras, contemporâneas, inseridas em diversos segmentos sociais –, desenvolvi a pesquisa social apresentada a seguir.

3. ENCONTRO DA ‘PESQUISADORA’ COM SEU ‘OBJETO DE ESTUDO’

*“Essa menina, mulher, da pele preta ...”
(Jorge Benjor)*

3.1. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa que norteia esta dissertação tem como objeto a análise da trajetória de mulheres negras contemporâneas que vivenciaram situações de discriminação de gênero e raciais e, através de diversas lutas, conquistaram algum grau de autonomia superativa e emancipatória. Para análise da trajetória das entrevistadas foi feita uma releitura crítica dos conceitos *resiliência* e *empoderamento*, examinando a possibilidade de sua utilização conjunta e criando um novo campo de atuação, “autonomia superativa e emancipatória”. Este busca observar que as ações de resiliência e empoderamento podem possibilitar um fortalecimento individual e coletivo, expresso na perspectiva surgida após a superação das adversidades, na escolha da atuação junto às populações oprimidas social e historicamente, possibilitando-lhes o empoderamento e, assim, a superação de desafios. Optei pela realização de uma pesquisa social qualitativa¹²¹, na qual foram utilizadas entrevistas semi-

¹²¹Minayo, 1998, p.28.

estruturadas¹²², onde se mesclaram perguntas abertas e fechadas, de maneira que as entrevistadas tivessem a possibilidade de discorrer sobre os temas propostos e relatar alguns episódios de suas vidas, obstáculos e adversidades enfrentados, estratégias de superação e seus contatos com outras mulheres. As entrevistas seguiram um roteiro¹²³ (Anexo I), seu fio condutor e base, mas não uma “via única” à qual ficasse presa, mas reconhecendo que:

“(...) à medida que a entrevista prosseguir o roteiro terá às vezes que ser modificado; algumas questões se revelarão pertinentes, outras improcedentes. Certas respostas fornecerão novas pistas e possibilitarão completar o questionário.” (TOURTIEN-BONAZZI, 2001, p.237)

A pesquisa é uma relação social¹²⁴ do pesquisador com seu objeto de estudo, num primeiro momento; e, posteriormente, do entrevistador com seus entrevistados, momento específico em que se tem como objetivo “tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar participar da troca”, bem como “a finalidade que o pesquisador tem em mente” (BOURDIEU, 1998, p.695).

Conforme aborda MINAYO, as Ciências Sociais “investigam seres humanos que, embora sejam muito diferentes (...), têm um substrato comum que os torna solidariamente imbricados e comprometidos” (MINAYO, 1998, p.21). A história de vida e a trajetória do pesquisador implicam diretamente na escolha e definição de seu objeto de pesquisa, como também na elaboração dos instrumentos para a aproximação de uma dada realidade.

Com o objetivo de construir diferentes perfis de mulheres negras, residentes no Estado do Rio de Janeiro, optamos por entrevistar cinco mulheres negras: uma advogada, que trabalha há vários anos no atendimento e orientação jurídica a mulheres; a Presidente

¹²²Idem, p.108.

¹²³MARCONI et. all., 2003, p.197. TOUTIEN-BONAZZI, 2001, p.236.

¹²⁴BOURDIEU, 1998, p.694.

dos Sindicatos das Empregadas Domésticas da Baixada Fluminense; uma psicóloga e professora universitária; uma empresária; e uma Deputada Federal. Ou seja, mulheres que representam diferentes setores de nossa sociedade.

Após a elaboração do Roteiro de Entrevista (Anexo I) e seleção dos diferentes perfis de mulheres negras que desejava entrevistar, selecionei nomes de possíveis entrevistadas. A partir desse momento, utilizei uma série de estratégias para contatá-las e convidá-las. As principais foram a busca de dados na internet, a realização de contatos por correio eletrônico e telefonemas, e a solicitação de indicações de amigos e professores do mestrado quanto a nomes de mulheres negras de determinados segmentos. Ao elaborar uma estratégia de entrevista (ou seja, o roteiro) e imaginar meu caminho ao encontro das entrevistadas, não pensava que seria tão tortuoso e trabalhoso quanto foi. Não foi fácil fazer contato, receber respostas positivas e entrevistar as cinco mulheres. Houve dificuldades como o fato de ter escolhido mulheres de diferentes segmentos sociais e que estão inseridas no mercado de trabalho em diversas profissões, tendo agendas extremamente complexas; a resistência de assessores e funcionários para na facilitação do acesso; entre outras. Ao contatar as possíveis entrevistadas, explicava-lhes que as encontraria em local, dia e horário que melhor atendesse sua organização pessoal e profissional. Todas optaram por conceder a entrevista em seus locais de trabalho, o que também ressalta, entre outros aspectos, a importância do trabalho em suas vidas. Alguns encontros foram atrasados ou adiados pelas entrevistadas, levei alguns “bolos”; em alguns casos, tivemos que parar a entrevista no meio, para que a entrevistada fizesse um atendimento e depois recomeçássemos.

Considero que o pesquisador deve

“(…) adaptar-se à psicologia da testemunha, respeitá-la, estar disposto a tomar pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento dis-

creto (...), orientá-la sem precipitação, não a impedindo de perder-se em digressões (...), procurar não falar ao mesmo tempo que ela, não insistir quando evita uma recordação dolorosa, não se precipitar em perguntar de novo porque as recordações precisam de um tempo para vir à tona, repetir a mesma pergunta de diferentes formas para tentar vencer as resistências.” (TOUTIEN-BONAZZI, 2001, p.234).

Compreendo como necessária a atenção aos procedimentos da metodologia de pesquisa, desde o primeiro contato com uma possível entrevistada até a realização da entrevista, para que seja criada uma esfera de confiança e respeito entre os dois sujeitos imbricados nesse processo: entrevistador e entrevistando.

Notei em três das entrevistadas certa resistência em aceitar o convite para a entrevista, acredito que em virtude de a maioria delas serem mulheres acostumadas a falar em público sobre suas atuações profissionais, mas não a contar fatos de sua vida pessoal para uma estudante de mestrado com quem nunca tinham se encontrado.

Avalio que o contato com todas foi extremamente prazeroso, já que embora algumas me recebessem com extrema desconfiança, o desenvolvimento das entrevistas, a maneira como as mesmas foram conduzidas, fez com que as entrevistadas relaxassem e discorressem sobre fatos extremamente pessoais e delicados, em alguns casos. Acredito que “é indispensável criar uma relação de confiança entre informante e entrevistador. Disso depende o sucesso” (TOUTIEN-BONAZZI, 2001, p.236).

Nos contatos anteriores ao encontro pessoal, por correio eletrônico ou telefone, a pesquisadora teve uma postura objetiva com as entrevistadas ao falar do objeto da dissertação e do objetivo das entrevistas, bem como ao informar que elas seriam gravadas. No contato pessoal, isso era explicado novamente para que as entrevistadas tivessem ciência de como seria sua participação no estudo.

O encontro com essas mulheres me possibilitou uma experiência riquíssima, já que pude não somente conhecê-las, mas observar “fios dos destinos particulares” (REVEL,

1996, p.21) a partir de suas histórias de vida, que apresento a seguir.

Busquei na realização das entrevistas e nas análises das falas das entrevistadas, através da técnica de análise de conteúdo¹²⁵, encontrar elementos para que pudesse apresentar as entrevistadas como personagens distintas. Ou seja, embora, tenha observado semelhanças, vi que cada história é única..

Quatro foram as categorias de análise que fundamentaram este estudo:

A) Adversidades na infância

A definição dessa categoria deve-se ao fato de a adversidade, segundo vários autores¹²⁶, ser condição necessária para o surgimento da resiliência¹²⁷, já que somente ao se deparar e enfrentar as adversidades, o indivíduo mobiliza recursos físicos e psicológicos que muitas vezes nunca utilizara e desconhecia possuir. Foi escolhida a análise das adversidades vivenciadas no período da infância, por ser a fase mais importante para o desenvolvimento da resiliência¹²⁸. Destaco que considero como adversidade, com base na análise das falas das entrevistadas, todos e quaisquer desafios vivenciados na infância que deram base para que se concretizasse a autonomia superativa e emancipatória em suas vidas.

B) Incentivadores

Uma das categorias de análise do presente estudo é o incentivo. Busco analisar quem foram os atores incentivadores que proporcionaram de diversas maneiras que as entrevistadas pudessem superar as adversidades e desenvolver suas trajetórias. Analiso o incentivo como um mecanismo de proteção desde suas infâncias¹²⁹. Destaco três

¹²⁵MINAYO, 1998, p.199-211.

¹²⁶GALLENDÉ, 2004 apud BARLACH, 2006, p.65; PESCE, 2004, p.64; BARROS, 2005, p.62.

¹²⁷Ver p.59.

¹²⁸ASSIS et. al., 2006a, p.10.

¹²⁹Ver p.62 e 63.

mecanismos de proteção: a capacidade individual – característica que reflete a auto-estima positiva, o autocontrole, a afetividade e a flexibilidade; a família – que pode contribuir para a consolidação de diversas sociabilidades, para a concretização do respeito mútuo, para o apoio e suporte; e o ambiente social – que marca a diversidade nos relacionamentos e nas diversas formas de sociabilidades com amigos, professores e outras pessoas que desempenham papéis de referência¹³⁰. Todas as entrevistadas apontaram que os primeiros incentivadores foram do grupo familiar.

C) Sonhos

Na realização das entrevistas busquei apreender das entrevistadas os sonhos e/ou desejos já realizados, bem como os que ainda pretendem realizar. Tive como objetivo, ao questioná-las a respeito desse aspecto, verificar as adversidades que precisaram enfrentar para a realização de seus objetivos e, por conseguinte, observar a análise que faziam dessa etapa de superação. Destaco que esta categoria de análise possui como base o *empowerment*, compreendendo-o como uma estratégia de “aumento de poder pessoal e coletivo” (VASCONCELOS, 2003, p.20).

D) Descobrir-se negra e seus desdobramentos

Tive como objetivo na construção dessa categoria observar não somente em que categoria racial as entrevistadas se identificavam, mas verificar sua análise dos desafios que a população negra e em especial as mulheres negras enfrentam.

Apresento a seguir as cinco entrevistadas, bem como exponho a análise de suas falas, com base nas categorias estabelecidas.

¹³⁰TAVARES, 2001, p.40.

3.2. ENTREVISTADAS - ENCONTROS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE SEUS PERFIS

a) *“Porque eu sou negra, eu sou negra! ... eu sou negra, tenho o maior orgulho”.*

A primeira entrevistada¹³¹ foi Geórgia Bello. A entrevista foi realizada em fevereiro de 2008, após contato facilitado pelo fato de já nos conhecermos há alguns anos devido a contatos profissionais na área de combate à violência doméstica contra a mulher, área em que atuei profissionalmente durante cinco anos. A entrevista ocorreu no CIAM – (Centro Integrado de Atendimento à Mulher, do Governo do Estado do Rio de Janeiro) localizado no Centro do Rio de Janeiro, um dos locais de trabalho da entrevistada. Conversamos a portas fechadas, na sala de Geórgia, que fez um grande esforço para que tivéssemos privacidade.

Geórgia é formada em Direito há aproximadamente 10 anos, atua como advogada no CIAM, na Fundação Fé e Alegria e em seu escritório particular, e demonstrou certa insatisfação com as múltiplas inserções profissionais.

“Eu tô parecendo assim, Clínico Geral, né?!? Trabalho num lugar, no outro, no outro, no outro. Vou de um lado pro outro e aquilo que eu ganho no final do mês, basicamente, só dá pra pagar as contas”.

Geórgia mora sozinha em um apartamento no bairro da Glória, Zona Sul carioca, mas nasceu no subúrbio de Madureira e morou até os 37 anos no bairro de Quintino, também no subúrbio.

“Olha, eu perdi a minha mãe muito cedo, eu perdi a minha mãe quando eu tinha dois anos. Eu morei com meu pai até os meus 37 anos, quando ele faleceu, né. E a partir daí, então, eu passei a morar sozinha. Até, então, sempre, éramos só eu e meu pai”.

¹³¹A ordem da apresentação das entrevistadas segue a ordem da realização das entrevistas, feitas no período de fevereiro e março de 2008.

Observo que o falecimento da mãe da entrevistada foi a primeira adversidade vivenciada por ela. A entrevistada falou da intensa atuação e das estratégias do pai, que era funcionário público, para criá-la, sozinho. Segundo Geórgia, seu pai teve a ajuda de alguns parentes, a avó materna e uma tia, mas de acordo com a mesma, foi ele que a criou e incentivou na maior parte do tempo. Concomitantemente à adversidade, a perda da mãe, surgiu a atuação do pai, como principal incentivador de Geórgia. A entrevistada trouxe com muito força não só os atos do pai numa demonstração de incentivo, mas também suas palavras:

“Meu pai dizia: “Não desiste! Vai à luta! E isso aí! Você quer, você tem um objetivo, você tem que se esforçar!”

Ao analisar a trajetória educacional de Geórgia, verificamos que ela estudou o Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas, e o Ensino Superior numa faculdade particular. Sua fala revela como foi essa experiência e como foi transitar nesses diferentes cenários.

“Quando eu tava estudando no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, a coisa era nivelada, todos pobres, estudando em escola municipal, né. (...) E na faculdade foi diferente, era um curso superior onde eu encontrei pessoas de outro nível social. A princípio, pra mim, foi um choque, né, mas depois isso passou a fazer parte do meu cotidiano também. (...) Mas, no início, foi complicado pra mim, né!?”

Ficam evidentes na fala da entrevistada as barreiras sócio-culturais que ela enfrentou para cursar o nível superior, ainda jovem, com pouco mais de 20 anos.

Geórgia disse que o sonho que tinha no passado e já conseguiu realizar foi terminar a Faculdade de Direito. Afirma que muitos foram os desafios para a concretização desse projeto, um deles sua entrada num círculo sócio-econômico diferente do que estava ambientada:

“Na faculdade foi diferente, era um curso superior onde eu encontrei pessoas de um outro nível social. (...) Eu estudava com uma mulher que ela tinha ..., ela já era dona de um curso de inglês, assim, sabe?! (...) E aí, eu, nada, né. Tinha um salarizinho de pão da Secretaria de Saúde.”

Explicou:

“No princípio pra mim, foi um choque, né, mas depois isso passou a fazer parte do meu cotidiano também”.

Ao ser questionada sobre o seu desejo para o futuro, a entrevistada disse que esse é adquirir um imóvel, e pontuou:

“Eu ainda não consegui comprar o meu apartamento, mas isso é uma questão de tempo. Eu acho que já realizei várias coisas”.

Destaco o sentimento de confiança em si e de avaliação positiva que a entrevistada demonstra. Observo um traço de *auto-empowerment* na fala, já que esse tipo de *empowerment* baseia-se na busca de oportunidades junto à educação, à formação profissional, para desenvolver habilidades sociais e obter qualidade de vida (VASCONCELOS, 2003, p.262), determinantes para a efetivação de sua autonomia superativa e emancipatória.

A entrevistada também explicou que, ao terminar o Ensino Médio, pensava cursar o nível superior, mas que esse era um plano futuro, que foi antecipado com uma proposta de sua chefe, que dizia ter possibilidade de lhe dar uma promoção, desde que ela estivesse cursando uma faculdade. Verificamos que é comum junto às classes que alcançam uma mobilidade social, o relato histórico acerca das oportunidades, que surgiram num determinado momento e foram aproveitadas. A escolha do Direito, explicou a entrevistada, veio do exemplo da trajetória de uma prima que, hoje, é Promotora de Justiça.

“A Sueli começou a estudar muito tarde, com sei lá, quase 50 anos. Ela se formou, advogou pouquíssimo tempo, fez um concurso para Promotora, passou. Sabe? E assim, o orgulho! Isso foi um incentivo para eu fazer Direito”.

Todas as cinco entrevistadas se identificaram como negras. Ao ser questionada sobre o porquê dessa identificação, Geórgia disse:

“Porque eu sou negra, eu sou negra! A minha mãe era negra, meu pai era filho de português, tá no sangue, eu sou negra, tenho o maior orgulho”.

A entrevistada relata que, em sua opinião, existe racismo no Brasil, embora haja uma estratégia da mídia em mostrar “*que todo mundo se dá superbem*”, bem como que cotidianamente sofre episódios de “*discriminação velada*”, categoria utilizada por ela, especialmente no CIAM, um centro de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica.

“A mulher vêm pro atendimento, a técnica marca: Atendimento com a Dra. Geórgia. No dia, a mulher abre a porta, já ia fechar de novo e disse: “Eu tô procurando a Dra. Geórgia”. Respondo: “Sou eu”. Eu percebi, assim: “Ah... a senhora?”. Ela não disse, não declarou, mas era óbvio, nas entrelinhas, era uma manifestação de racismo. Ela imaginava que ia encontrar uma advogada loira (...). Mas não encontrou nada disso, acho que bateu uma decepção”.

Com base nesse fragmento da entrevista, fica evidente um episódio em que a profissional negra enfrenta a discriminação racial, não somente na sua trajetória acadêmica, mas durante toda a sua vida, inclusive a profissional. A entrevistada manifestou preocupação acerca das possibilidades que as jovens negras, hoje, vêm encontrando no Brasil, e fez um paralelo da situação atual da educação pública com a sua trajetória:

“A mulher negra nasce pobre, é óbvio que ela vai ter mais obstáculos na vida para alcançar o sucesso profissional. Eu estudei em escola municipal, né. Naquela época, o ensino era outro. Agora, comparado ao de hoje em dia (...) quais são as chances que essa mulher negra vai ter de sair do Ensino Médio e ingressar numa universidade? Eu acho que 0,01%, sabe?!?”

b) “Num digo que não tem patrão bom, tem patrão que eu comia com ele, mas outros que até o meu copo, o meu prato, o meu talher eram separados quando eu chegava para tratar do serviço”.

A segunda entrevistada foi Maria de Lourdes Silva Pereira, Presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas da Baixada Fluminense. Para que pudesse contatá-la, fiz uma busca na internet acerca da atuação dos Sindicatos das Empregadas Domésticas distribuídos pelo Brasil, e obtive a informação de que o Estado do Rio de Janeiro tem dois sindicatos dessa categoria, ambos independentes: um ligado às profissionais que trabalham no município do Rio de Janeiro, outro às profissionais que trabalham nos municípios da Baixada Fluminense. Dessa forma, escolhi entrevistar somente a gestora do segundo. Passei a fazer contatos telefônicos e trocar e-mails com a instituição, informando quem eu era e qual era o objeto de minha pesquisa, para que a entrevista fosse autorizada e agendada. A entrevista foi concedida pela Presidente do Sindicato em fevereiro de 2008, no próprio Sindicato, uma casa simples no município de Nova Iguaçu, onde pude observar a presença de aproximadamente dez mulheres, empregadas domésticas esperando atendimento com a advogada da instituição, visando verificar a necessidade de instaurar processos trabalhistas contra seus patrões. À medida que nos conhecíamos, foi sendo construído um processo de confiança que permitiu muitos sorrisos e lágrimas, ao responder a questões que remetiam a sua vida pessoal.

Maria de Lourdes tem 66 anos, é viúva, teve cinco filhos e tem sete netos. Nasceu em João Pessoa, PB. Foi eleita por dois mandatos consecutivos ao cargo de Presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas da Baixada Fluminense. A profissão de Empregada Doméstica foi a única que teve durante toda a vida, desde os 12 anos de idade.

A entrevistada relatou que seus pais se separaram quando ela era muito jovem, não sabe a idade ao certo, sabe somente que o irmão mais velho tinha 4 ou 5 anos. O motivo da

separação dos pais foi a agressividade e o alcoolismo do pai. *“Não vou dizer que meu pai foi um mau pai, foi um bom pai, mas a bebida, a bebida...”*. Maria de Lourdes relatou que sua mãe saiu de casa e que os três filhos ficaram com o pai, sendo ela a caçula. Foram criados por uma madrasta, fruto do segundo relacionamento conjugal de seu pai. Essa madrasta também sofreu com a violência doméstica, como a mãe da entrevistada.

“Minha madrasta sofreu muito e meu pai era revoltado porque minha mãe não quis ficar conosco. Por quê? Eu perguntando para minhas tias, elas dizem que ele só queria matar ela (a mãe) e eu tenho prova, porque ele fazia a mesma coisa com a minha madrasta”.

Devido à separação dos pais e ao medo que a mãe tinha do ex-marido, Maria de Lourdes só a conheceu quando tinha 12 anos de idade. Ficou evidente na fala da entrevistada que a violência doméstica, causa desse afastamento da mãe, foi a primeira adversidade que vivenciou.

A entrevistada conta que, aproximadamente aos 13 anos, foi morar em João Pessoa, na casa de uma tia. Achou que fosse para poder estudar, mas, meses depois, o primo se casou e ela foi para a casa dele como Empregada Doméstica, em troca de comida. Relata que era muito complicada sua relação com a esposa do primo, e que o casal decidiu escrever uma carta para o pai de Maria de Lourdes, “devolvendo-a”. A entrevistada relembra que antes de sair da casa onde morava com o pai, no interior de João Pessoa, já tivera discussões com ele, em relação à mãe:

“Então, eu falava para o meu pai que quando eu ficasse de maior, eu vinha morar com a minha mãe, sempre defendia minha mãe, quando ele falava dela”.

Essa fala indica que, mesmo não tendo contato próximo com a mãe, a entrevistada tinha uma identificação muito grande com ela.

A entrevistada contou que aproveitou esse conflito na casa do primo para procurar a

mãe. *“Eu cismeí de vir, aí eu pedi para ela me buscar”*. E assim, Maria de Lourdes foi para o Rio de Janeiro, aos 16 anos, trabalhar como Empregada Doméstica, sendo que se envolveu amorosamente com um dos filhos do patrão e, inclusive, engravidou dele.

“Eu fiquei em casa de família, trabalhando, aí depois arranjei uma barriga, aí não pude mais trabalhar, fiquei envolvida com esse rapaz, fiquei quase três anos na casa dele”.

A entrevistada diz que foi discriminada pela mãe do rapaz, não somente por ser Empregada Doméstica, mas por ser negra.

“A discriminação maior foi quando eu peguei meu filho e a mãe do meu namorado não deixou ele casar comigo porque eu era negra”.

Maria de Lourdes relata que, ao romper definitivamente o relacionamento com o pai de seu primeiro filho, foi acolhida por uma tia. Segundo a entrevistada, a primeira incentivadora que teve foi essa tia, que não só a acolheu, como lhe mostrou que sua vida continuaria, que o fato de ter se envolvido amorosamente com os filhos dos patrões e ter dado à luz uma criança, sem apoio deles, era só um fato em seu destino, e não o seu destino. Na casa dela, conheceu o homem que viria a ser seu companheiro por 38 anos. Num primeiro momento, disse, teve muitas dúvidas sobre se estava tomando a decisão correta:

“Aí eu falei, vou morar com ele para ver se dá certo, aí eu peguei a minha primeira filha e a gente teve que casar e só separamos depois da morte, por 38 anos”.

Maria de Lourdes também destacou a influência do catolicismo, religião a qual pertence, em sua inserção no movimento sindical, em especial junto ao Sindicato das Empregadas Domésticas da Baixada Fluminense. Ela contou que o padre da comunidade freqüentava constantemente a convidava a participar do sindicato.

“Eu tinha muito movimento na Igreja, só não queria saber de doméstica, trabalhava como doméstica, mas não queria saber ...”.

Mesmo sendo Empregada Doméstica, tinha resistência em assumir não somente essa profissão, mas a identidade¹³² trazida pela mesma. Relatou que numa determinada ocasião teve uma séria discussão com o padre e que ele a colocou contra a parede, questionando:

“Por que você não assume a sua categoria?”. Ela lhe respondeu: “Eu não vou em reunião de doméstica, eu não tenho compromisso com doméstica”. Continuou explicando: “Aí ficamos três anos, ele me convidando pra entrar no sindicato e eu sempre dizia não, mas eu já ajudava o sindicato, por fora, só não queria entrar, pelo compromisso do cargo e nem queria ser sócia, mas eu ajudava, tudo que precisava: almoço, tinha festa, eu vinha com meu marido, entendeu?”.

Conforme abordei anteriormente, era nítida a resistência da entrevistada em se identificar como Empregada Doméstica. Participar do sindicato seria assumir para si e para todos a sua categoria profissional. Na fala de Maria de Lourdes encontram-se mecanismos de proteção¹³³, e, também, o *empowerment* comunitário, cuja principal característica é a busca do fortalecimento da cidadania de uma população¹³⁴, e a autonomia superativa e emancipatória.

Questionada sobre seus sonhos, a entrevistada explicou:

“O meu sonho era ter uma família, ter minha casa, casar direitinho, mas infelizmente eu não consegui, mas realizei o meu sonho, que eu tive a minha família, tive a minha casa, tenho meus filhos, que cada um tem a sua casa, meus netos, tenho 5 netos ...”.

Ficou evidente na fala da entrevistada o seu olhar de análise de sua vida, abarcando como um todo sua trajetória tanto profissional quanto sindical, e a pessoal, como mulher: esposa, mãe e avó. Observa-se que a avaliação é positiva. Quanto a futuro, Maria de

¹³²HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, 2005.

¹³³Ver: p.61 e 62.

¹³⁴Ver: p.73.

Lourdes disse que deseja participar do sindicato até o fim da vida, e que gostaria que surgissem pessoas para assumir o compromisso junto à entidade, como ela vêm assumindo.

Quando começamos a tratar do assunto discriminação, a entrevistada trouxe uma reflexão muito interessante relativa ao sindicato que representa e que, cotidianamente, é alvo de discriminações sutis.

“Eu tiro aqui, o sindicato, essa semana, a gente tava num encontro e a pessoa chamou todos os sindicatos, falou em todo mundo, menos o das domésticas, eu fiquei calada e deixei pra lá, foi um evento, eu não vou falar qual foi o evento, pode ser esquecimento dele, mas outros já fizeram o mesmo”.

Quanto a já ter sofrido algum tipo de discriminação racial, Maria de Lourdes não pensa duas vezes para responder: *“Já, muitas vezes”*. A entrevistada relatou situações da época em que ela ainda trabalhava como Empregada Doméstica.

“Uma vez eu tava lavando o banheiro, o patrão abriu a porta, porque eu fechei, nessa época eu era nova, usava saia curta, tô lá lavando, aí eu fechei a porta, ele abriu e perguntou se eu estava usando o banheiro dele”, eu falei assim: ‘Eu não preciso usar o seu banheiro, porque eu tenho o meu, lá nos fundos’. (...) Num digo que não tem patrão bom, tem patrão que eu comia com ele, mas outros que até o meu copo, o meu prato, o meu talher eram separados quando eu chegava para tratar do serviço”.

Nessa fala da entrevistada, é nítido o lugar social ocupado pelas empregadas domésticas¹³⁵, explícito nas relações com os patrões. A entrevistada relatou também que vive episódios de discriminação racial, na maioria das vezes sutis, por parte das empregadas domésticas que vão ao sindicato buscar orientações trabalhistas.

Um fato que me chamou atenção na trajetória de Maria de Lourdes foi o aprendizado não-acadêmico constituído por ela. Pude perceber que tem consciência de todas as adversidades e obstáculos por que passou, expressos especialmente em

¹³⁵PREUSS, 1995. p.42-50. MELO, 1998. p.323-357.

discriminações, e o quanto tenta fazer para que outras pessoas, outras empregadas domésticas, não passem pelas mesmas experiências. Outro traço que também me chamou atenção no olhar da entrevistada acerca de sua trajetória foi o fato de ela transformar alguns episódios extremamente adversos em histórias reflexivas, algumas vezes engraçadas, não perdendo a seriedade central do fato. Por exemplo, quando relatou o dia em que foi realizar uma faxina e a dona da casa se negou a lhe oferecer almoço – só depois que reclamou de fome, às 15h, a patroa lhe serviu “*um nescafé com dois biscoitos cream cracker*”, tendo lhe servido na parte da manhã, quando iniciara o serviço, um pedaço de pão. Embora a entrevistada reconheça que esse fato é muito comum na relação patrão-empregada doméstica, não deixa de manifestar sua indignação. “*Quando ela (a patroa) me pagou, disse que adorou a faxina, eu disse que detestei a casa dela*”.

Maria de Lourdes foi convidada a participar do “Programa do Jô”, para falar de sua trajetória como empregada doméstica e como Presidente do Sindicato. Ela contou essa história e disse: “*O Jô Soares queria uma coisa engraçada, a história do pão ficou engraçada*”. Mas, ao mesmo tempo, questionamo-nos sobre até quando daremos risadas das mazelas, configuradas especialmente por atitudes discriminatórias presentes em nosso dia-a-dia.

c) “Eu acho que ser negra é construir um determinado lugar e um determinado olhar sobre uma forma de ser no mundo.”

A terceira entrevistada foi Sílvia Barbosa de Carvalho, psicóloga, sanitarista e Mestre em Saúde Coletiva pela FIOCRUZ, contatada por intermédio de amiga comum. O acesso à entrevistada foi fácil, e a entrevista marcada para a semana seguinte ao convite. Foi feita em março de 2008, num de seus locais de trabalho, uma ONG localizada no Centro do Rio de Janeiro. Sílvia tem 39 anos, mora em Niterói com seus pais e seu irmão,

e trabalha prestando assessoria a algumas ONGs do Rio Janeiro. É docente em um curso de pós-graduação em Saúde da Família de uma universidade particular; com mais duas sócias, mantém um grupo de contadoras de histórias africanas, chamado Karinganas.

A entrevistada nasceu em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, onde morou até os 11 anos de idade. Depois morou no bairro Fazenda Botafogo, subúrbio do Rio de Janeiro, até os 30 anos, até mudar-se para Niterói. Por meio dessa breve exposição acerca dos bairros e regiões que a entrevistada morou, podemos observar uma leve mobilidade social.

Sílvia ressalta a importância de seus pais em sua educação, como grandes incentivadores para que ela pudesse, hoje, ser a profissional que é.

“Meu pai gostava muito de ler, então ele tinha um jornal na mão, a gente sempre ganhava livros ...”.

“Olha, meu pai e minha mãe, certamente, foram grandes incentivadores. Meu pai, eu acho que, na verdade, o sonho dele era que eu fosse engenheira, alguma coisa assim, bem pirotécnica, astronauta, numa época em que isso não era muito comum”.

A entrevistada ressalta que embora seus pais influenciassem para que ela se dedicasse aos estudos, muitas vezes pessoas de sua própria família, vizinhos e conhecidos não entendiam sua dedicação:

“Algumas pessoas falavam assim: “Ah, você vai ser executiva”. Eu não gostava desse termo ... (...) Algumas pessoas falavam: “Essa menina só estuda”. Esse termo “executiva” me acompanhou um tempo, que era um pouco a marca assim: você não vai ter vida própria, não vai fazer uma família, não vai ter uma história que não seja estudar”.

Nesta fala, ficam evidentes alguns desafios enfrentados pela entrevistada em seus relacionamentos, na infância e na adolescência, diante de seu desejo de estudar. Embora fosse estimulado especialmente pelos pais, não um desejo comum no ambiente social de

onde morava. Também percebo na fala da entrevistada a compreensão que ela tinha, quando criança, da vida de uma executiva: não ter vida própria, não ter uma família, não ter uma história para contar que não fosse estudar. Acredito que essa compreensão, na época, sofreu influência dos papéis sociais de gênero: dizia-se que a mulher, num universo masculino, caso desempenhasse bem uma profissão não teria possibilidade de desenvolver uma família, uma “história” pessoal, como fala a entrevistada. Analisando hoje esses episódios, a entrevistada reconhece:

“Eu devia ser muito estranha para algumas pessoas da minha própria família, com esse desejo de conhecimento.”

Ao mesmo tempo, ao se reportar ao passado, ela analisa que o desejo de conhecimento sempre existiu em seu íntimo:

“Eu sempre imaginei que ia estudar muito, isso sempre esteve na minha cabeça, eu não sabia que se chamava mestrado, doutorado, eu não sabia esses nomes, mas eu me imaginava fazendo algo que não era só fazer a faculdade, que era mais, eu me imaginava falando pras pessoas, dando palestras, viajando o mundo.”

É extremamente interessante o desejo íntimo de conhecimento da entrevistada, desde a infância, mas acredito que a postura dos pais foi elemento fundamental para que ela encontrasse uma maneira de colocá-lo em prática. Outros incentivadores que Sílvia encontrou ao longo de sua trajetória eram seus professores, desde a primeira professora, cujo nome ainda lembra, ao orientador da dissertação de mestrado.

Segundo a entrevistada, o principal obstáculo para a conquista de seus objetivos foi a falta de dinheiro:

“Isso certamente foi um obstáculo, que talvez não tenha me colocado na posição de me impedir de conseguir alguma coisa, mas certamente marca um momento em que tudo era muito difícil, sair era muito difícil, comprar livros, eu não era uma pessoa sozinha, tinha irmãos.”

Sílvia disse que, entre várias coisas que desejou na infância e na adolescência, uma sempre presente era viajar:

“Eu sempre quis conhecer o mundo. Eu juntava dinheiro no estágio pra viajar, trabalhando, eu trabalhava movida a pensar no que eu ia fazer nas férias.”

A entrevistada veio a conhecer vários países do mundo, e reflete acerca das escolhas que fez:

“Hoje, eu vejo que por conta disso (o desejo de viajar, de conhecer o mundo), eu perdi outras coisas, mas, assim, conseguir fazer essas coisas (as viagens), foi uma vitória”.

Ao ser questionada sobre o seu desejo para o futuro, Sílvia respondeu: *“Ter filhos”*. A fala da entrevistada traz à luz uma reflexão acerca da postura de algumas mulheres, na atualidade, frente ao dilema vida profissional x vida pessoal. Muitas vezes, esse dilema se configura na perspectiva de que o desenvolvimento de uma das possibilidades, automaticamente, reflete o fracasso da outra.

Ao perguntar a Sílvia por que ela se considerava negra, ela explicou:

“Na minha identidade, a minha certidão de nascimento, está lá, marcado: parda, que eu odeio, porque eu lia aquilo e ficava pensando ‘parda de papel pardo’, aquele de encapar caderno, mas não uma coisa assim.”

Quanto a um posicionamento a respeito da trajetória das mulheres negras, no Brasil, ela não somente falou das discriminações contra esse grupo populacional, mas acrescentou que o olhar a respeito dessa temática muda a partir do momento em que se estuda o assunto, como aconteceu com ela.

“Eu acho que ser negra é construir um determinado lugar e um determinado olhar sobre uma forma de ser no mundo, que na minha casa não era discutido com essa cara”.

“Na verdade, para nós, mulheres negras, não adianta ser só inteligente, tem que ser bem sucedida, ser bonita, ser bem articulada, e em muitos lugares há um estranhamento com isso, que passa pelo exótico, pela surpresa, as pessoas vão te colocando numa determinada posição”.

“Não achava isso antes, não tinha essa percepção. Depois de estudar o assunto e fazer uma conexão entre os lugares que as pessoas ocupam e a sua cor de pele ...”.

“Ao longo do tempo você percebe claramente quem são as pessoas que estão em determinados cargos (...), tem homens e mulheres que ocupam cargos diferentes, agora ser mulher e ser negra, certamente faz uma diferença”.

A entrevistada também falou a respeito dos dilemas pessoais que enfrentou para agregar, numa mesma atuação profissional, sua veia artística (a entrevistada fez teatro durante vários anos) e sua profissão, a psicologia.

“Hoje, eu vejo que na minha história sempre tentei juntar coisas que até pouco tempo atrás eu achava que eram inconciliáveis (...) contar histórias e poder estudar o assunto, estudar a literatura africana e fazer esse trabalho, de alguma forma uniu as coisas, hoje eu tenho um sentimento de coesão muito maior nas coisas que eu falo. A experiência de ser artista não tá dissociada da academia (...) então, hoje, eu posso ser psicóloga, sanitarista, professora, isso é muito legal”.

Considero interessante a fala da entrevistada em virtude de trazer elementos objetivos e subjetivos que durante algum tempo mostraram-se como obstáculos na sua trajetória pessoal e profissional, mas que ela conseguiu transformar, consolidando a autonomia superativa e emancipatória.

d) “Porque não medem muito a capacidade da pessoa e sim, a aparência”.

A quarta entrevistada foi Helena Maria da Silva, micro-empresária, dona de um salão de beleza no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Para a seleção da entrevistada, solicitei a vários amigos a indicação de empresárias negras. Houve certa dificuldade para encontrá-las. Encontrei Helena através da indicação de uma

amiga, Assistente Social, moradora da Zona Oeste e sua cliente.

Ao fazer o primeiro contato com Helena, por telefone, me apresentei e expliquei qual era meu objeto de estudo. A princípio, ela apresentou desconfiança e resistência frente a meu interesse em entrevistá-la, mas aceitou o convite para participar da pesquisa. Como tem agenda cheia, achou melhor que realizássemos a entrevista em seu salão. Com isso, a entrevista atrasou e teve que ser interrompida em alguns momentos, para que ela supervisionasse determinada técnica realizada por alguma cabeleireira de sua equipe.

Helena tem 49 anos, é casada há 28, considera o seu marido um grande companheiro, e é mãe de dois filhos: Daniele, de 27 anos, e Felipe, de 23, que vivem com ela. Foi criada pela avó materna dos três meses até os 20 anos, idade em que se casou. Descreve a avó como uma mulher exigente, de atitudes rígidas, e, principalmente, batalhadora:

“Foi muito difícil para ela, uma pessoa que teve 9 filhos, criou 9 sobrinhos e ainda criou 8 a 9 netos. Ela é, foi uma heroína”.

Ficou evidente na entrevista o reconhecimento e o afeto da entrevistada pela avó, que, segundo ela, sempre foi sua principal incentivadora. Na análise da fala da entrevistada, a adversidade na infância, corporificada pela não possibilidade da criação e contato diário com os pais, desdobrou-se na possibilidade de encontrar sua principal incentivadora.

Embora a entrevistada trabalhe há 33 anos como cabeleireira, seja dona de salão há aproximadamente 15 anos, tenha seis funcionárias sob seu comando, percebi alguma resistência à terminologia “empresária”, especialmente quando perguntei: “Atualmente, você trabalha somente como empresária ou tem outra atividade profissional?”. Ela me respondeu: *“Bem, eu sou cabeleireira, né?”*. Consideramos essa fala muito interessante, e se coaduna com a pesquisa desenvolvida por Figueiredo acerca do empresariado baiano, em que foi verificado não somente a pequena presença feminina junto a esse segmento,

como também que as empresárias baianas aprenderam as atividades profissionais, que são a base de seus negócios, com as mulheres de suas famílias, especialmente com a mãe e a avó (FIGUEIREDO, 2003, p.196).

Helena relatou que o sonho que tinha desde os sete anos não era a aquisição de um bem para si, e sim a compra de uma casa própria para a mãe:

“Por eu não ser criada com a minha mãe, eu achava que a dificuldade dela, toda, era ter uma casa”.

A entrevistada explicou que comprou esse imóvel há 27 anos e assim conseguiu trazer sua mãe de Belford Roxo, município da Baixada Fluminense, para Santa Cruz, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, próximo de sua residência. Como a entrevistada não falou com detalhes acerca do relacionamento com a mãe, construí a hipótese de que o sonho de Helena, na realidade, se constituía numa estratégia de aproximação com a mãe. Ao questioná-la sobre seus desejos para o futuro, respondeu: *“Hoje, com a experiência que eu tenho, eu peço a Deus: paz e saúde para enfrentar as barreiras”.*

Conforme destacara, considero interessante o caráter avaliativo de suas trajetórias adotado pelas entrevistadas diante dessa pergunta, que demonstra características de *auto-empowerment*: hoje, são elas as principais responsáveis pelo cuidado de si, pelo seu fortalecimento individual (VASCONCELOS, 2003, p.262).

Helena relatou que o manuseio de cabelos está presente na sua história pessoal praticamente desde criança:

“A casa da minha avó era uma casa de muita mulher, onde eu era a mais velha e tinha que cuidar do cabelo de todo mundo”.

Embora a entrevistada relate que nunca tinha pensado em se tornar cabeleireira e que essa profissão surgiu de repente em sua vida, observo a ligação entre sua trajetória

peçoal e sua escolha profissional, inclusive o fato de ter desenvolvido uma experiência em lidar com cabelos étnicos, fato que lhe trouxe um diferencial frente aos cabeleireiros dos salões onde trabalhou. Até hoje, ela se lembra do início da trajetória como cabeleireira, inclusive das discriminações que sofreu por parte de outros profissionais.

“Bem, logo, assim que eu comecei a trabalhar no ramo de cabeleireira, sim, porque eu fui trabalhar num salão que era muito engraçado, eles não trabalhavam com muito negro. Então, os outros cabeleireiros passavam e falavam assim: ‘Ah, a sala dela tá escura ...’. Aí, se chegava um negro, falavam: ‘É lá com a Helena’.”

Analiso que a entrevistada utilizou toda a sua experiência, inclusive a que adquiriu manuseando o cabelo das tias e primas, para se destacar no setor onde atua, revertendo a discriminação racial em algo positivo para sua carreira profissional. Destaco que a entrevistada mostra em sua fala, ao se reportar ao início de sua experiência profissional, o fato de ser uma cabeleireira negra (ela se classifica assim), especializada no manuseio, nos penteados e nas técnicas voltadas para cabelos étnicos, ou seja, de negros¹³⁶.

A entrevistada acredita que existe racismo no Brasil, mas disse que atualmente, em alguns momentos, ele parte da postura do próprio negro, conforme explica:

“O próprio negro, ele tem vergonha de adentrar os locais, de entrar, de meter as caras”.

Ela considera que as mulheres negras enfrentam maior número de obstáculos para atingir seus objetivos, *“porque não medem muito a capacidade da pessoa e sim, a aparência”.*

Notamos na fala da Helena uma certa ponderação acerca da análise do racismo no Brasil, traço esse muito comum nas observações e pesquisas realizadas acerca da opinião

¹³⁶ GOMES, 2006.

da população brasileira sobre o tema¹³⁷.

Helena encerrou a entrevista narrando um fato que considera interessante, vivido há alguns anos, quando teve uma empregada doméstica loira. Relata que a empregada, numa determinada situação, falou: “Engraçado, eu, loira, trabalhando para uma família de negros”. A entrevistada diz:

“Hoje, eu analiso que ela estava discriminando a minha família. Na época, não levei a sério”.

Não raro, negros pertencentes à classe média possuem um discurso que aponta o incômodo que eles mesmos causam com sua presença como patrões e/ou clientes de determinados bens e serviços.

e) “Sinceramente, até aqui, eu não tive problemas pela questão racial. Eu acho até o contrário. Lá em Brasília, eu sou super bem vista, já tive elogios pela questão da minha cor, da minha raça. Apesar de ser negra, eu tenho um pensamento diferente em relação à questão de que só os negros é que passam por isso (discriminação).”

A quinta entrevistada foi Andreia Almeida Zito dos Santos, ou melhor, Andreia Zito, Deputada Federal. A entrevista ocorreu, por solicitação da entrevistada, em seu Centro Social, localizado num bairro da periferia do Município de Duque de Caxias.

Andreia tem 33 anos, foi Deputada Estadual, e é Deputada Federal há dois anos. A respeito dessa inserção, disse que não pensava em ser política, mesmo tendo seu pai, José Camilo dos Santos Zito, sido Vereador e Prefeito do Município de Duque de Caxias durante dois mandatos consecutivos, além de Deputado Estadual. Andreia narra que chegou a trabalhar com o pai no gabinete dele, na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, mas o

¹³⁷ Ver: DATAFOLHA, 1995.

convite para se candidatar ao cargo de Deputada Estadual surgiu como uma surpresa.

“Eu fui para a política por um acaso. Eu nunca me imaginei na política! E quando ele (o pai) era prefeito, da cidade, no ano de 99, ele tinha o objetivo de eleger cinco deputados, sendo que ele queria que fosse uma deputada. Na ocasião, a esposa dele, a ex-esposa, que fez todo um trabalho na comunidade, uma pré-campanha, só que assim, aos 45 do segundo tempo, ela teve que se retirar para ser candidata a vice-governadora. Com isso, ficou um espaço, né. O meu pai teve que procurar uma pessoa rapidamente, na época ele pensou em várias mulheres que estavam no governo, vice-prefeita, enfim. Mas, de repente, ele pensou justamente em mim. Eu trabalhava na prefeitura, mas estava de férias. Eu cheguei na sala dele e ele pediu para que eu fosse candidata, eu me assustei, até também porque eu nunca me vira na carreira política”.

Do pai, Andreia herdou não somente o sobrenome, mas a característica meteórica de sua carreira política, já que aceitou ser candidata ao cargo de Deputada Estadual com 24 anos de idade, e em 2008, com 33, já tem um mandato de dois anos na Câmara de Deputados em Brasília. Ou seja, passaram-se somente sete anos da sua saída da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, sua passagem pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e sua chegada à Brasília, há dois anos.

Embora seu pai fosse intitulado de o “Rei da Baixada”¹³⁸, relatos da entrevistada mostram que ela não teve uma “vida de princesa”. Andreia é, atualmente, a única filha do primeiro casamento do pai -- ela perdeu três irmãos: dois gêmeos, que morreram aos três meses de vida, e um que morreu aos 13 anos de idade. Falou com muito carinho desse irmão, do qual considera que foi um pouco mãe, em razão de a diferença de idade entre eles ser de sete anos e da separação dos pais, que disse ela, foi traumática.

“Quando você tem pais separados, isso é sempre uma dificuldade. Eu... Desde os meus cinco anos que os meus pais se desentendiam muito, eram casados, mas se desentendiam muito. É... Quando eu tinha sete anos nasceu um irmão, que, hoje, infelizmente, já faleceu. E aí, desde então, eles realmente se divorciaram. Então,

¹³⁸O título de “Rei da Baixada” foi evocado pelos jornais do Estado do Rio de Janeiro em 1999, em especial pelo jornal O Dia, em alusão aos fatos de José Camilo dos Santos Zito ter sido reeleito para a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias ao mesmo tempo em que sua então esposa tornava-se Prefeita de Magé e seu irmão, Prefeito de Belford Roxo.

pra gente, é sempre uma dificuldade. Eu, então, que sempre fui muito agarrada a meu pai, primeiro, presenciar um desentendimento entre os dois, e, segundo, não ter o mesmo contato, né, que eu poderia ter enquanto uma filha, mas com o meu pai dentro de casa, é, isso muda. Isso muda muito.”

Com base na análise dessa fala, verifiquei que sua principal adversidade na infância foi a separação dos pais. Embora tenham se passado 26 anos desde a separação dos pais, Andreia se emocionou ao narrar o fato.

Isso teria feito com que ela, que já era tímida, se recolhesse mais.

“Eu sempre fui muito destacada. Até em virtude do que aconteceu, o divórcio dos meus pais, eu confesso que fiquei com um certo complexo ... uma revolta interna (nesse momento a entrevistada ficou emocionada). Então, eu sempre fui muito afastada”.

Sua resistência à separação dos pais fez com que ela se isolasse da convivência com crianças de sua faixa etária, inclusive no ambiente escolar.

Logo após a separação, Andreia descobriu-se epilética, fato que fez com que seu isolamento voluntário aumentasse.

“Primeiro, pela questão que eu falei, o divórcio dos meus pais, eu não aceitava muito bem. Com isso, eu não sei, até hoje a gente não sabe se foi consequência do divórcio, mas eu tive. Começou aos 8 anos de idade, justamente quando meus pais se separaram, eu comecei a ter crises epiléticas. Então, volta e meia eu estava na rua e tinha uma crise convulsiva e tudo o mais. Tinha um medo constante de passar vergonha perante os colegas. Então, eu sempre fui muito afastada, né.”

Segundo a entrevistada, seus principais incentivadores foram os pais, embora ela aponte diferenças nas atuações de cada um.

“Eu sempre coloco a minha mãe em primeiro lugar em tudo na minha vida. Eu acho que a minha mãe sempre me incentivou a buscar o que é meu, minha mãe sempre me incentivou a buscar o melhor, minha mãe sempre me incentivou ao estudo e a diferença é que não cobrando, me incentivando mesmo. Meu pai sempre me incentivou muito pro estudo, mas com uma cobrança muito grande, muito severa. E ele foi o grande incentivador pra política”.

Ao ouvir a pergunta: “Qual foi (foram) a(s) pessoa(s) que mais lhe incentivou?”, constante do Roteiro de Entrevista, a entrevistada respondeu com uma pergunta: “*Você está falando da vida política ou da vida pessoal?*”.

Ela apresenta sua mãe como sempre presente em sua vida, como incentivadora carinhosa, e seu pai mais presente após sua entrada na política, por convite dele.

Hoje, acredita que seu comportamento tímido e isolado fez com que vários professores a considerassem uma aluna desinteressada. Recorda-se de apenas um professor, já na adolescência, quando cursava o Ensino Médio, que a chamou para conversar e procurou compreender sua doença. Segundo ela, a compreensão e o apoio desse professor foram fundamentais para que ela fosse aprovada no vestibular da UFRJ, para o curso de Letras. Hoje é advogada, curso que terminou há alguns meses. O curso de Letras ela não concluiu, ocupada com a carreira política. Depois de passar algum tempo sem estudar, decidiu cursar Direito em uma faculdade particular. Diz que foi difícil terminar o curso, devido à escassez de tempo, e que não pôde se dedicar tanto à formação universitária.

“Pra mim, no curso de Direito você tem que se dedicar. A gente percebe que existem várias jurisprudências, não é a lei. Porque tem a lei, tem a interpretação, tem a questão da jurisprudência. Então, eu não pude acompanhar isso. Pra mim, eu fiz um curso de Direito, se eu tiver que exercer a profissão, vai ser muito difícil, eu terei uma série de dificuldades, mas de qualquer maneira eu pude concluir o meu curso.”

Para a entrevistada, terminar o nível superior significou realizar um sonho. Ela também relatou um desejo pessoal: “ser mãe”.

“Se a sua pergunta anterior fosse qual o desejo que você tinha e que você não realizou, eu também teria lhe respondido isso. Eu sempre tive um desejo de ser mãe, que até hoje não consegui alcançar. É uma meta que eu tenho, é um objetivo que eu tenho, uma coisa.”

Com base na fala de Andreia, construí as seguintes impressões: 1) O destaque que

ela dá a seu desempenho acadêmico é diferente do destaque que ela dá a seu desempenho na vida pública, como ex-Deputada Estadual e hoje, Deputada Federal. Acredito que essa diferenciação surge em virtude de ela analisar que o desempenho acadêmico é somente dela, enquanto na vida pública, ser eleita deveu-se ao esforço de um coletivo, de seu pai, político de destaque no Rio de Janeiro, bem como de sua equipe de assessores políticos; 2) Ao ser questionada acerca de planos para o futuro, mais uma vez a entrevistada separa a Andreia mulher da Andreia política, tendo sonhos/desejos distintos para ambas.

A rotina de Andreia é bastante intensa. Mora em Duque de Caxias, fica em Brasília todas as semanas de segunda-feira a quinta-feira, e às sextas-feiras, sábados e domingos desenvolve várias atividades referentes a sua carreira política, como reuniões partidárias, visitas às comunidades e contatos com os eleitores.

“Quando eu vou pra Caxias, por exemplo, hoje, sexta-feira, de sexta-feira até domingo, eu procuro suprir o espaço que ficou durante toda a semana. Porque, querendo ou não, a população de Caxias cobra muito isso, né. ‘Antes da campanha, antes do mandato ela estava na rua, então por que ela se afastou?’”

Tantas atividades fazem com que a entrevistada tenha pouquíssimos amigos.

“E acontece a mesma coisa com os amigos, eu fico lá a semana toda, em Brasília. A minha amizade, na verdade, hoje, é a minha equipe de gabinete. Até mesmo por causa do contato diário. À noite, a gente pára, conversa sobre como foi o dia e tudo o mais”.

Andreia falou também da dificuldade para o estabelecimento de relacionamentos como namoros.

“Eu namorava um rapaz. Eu namorei durante cinco anos. Me facilitava um pouco, porque ele trabalhava no meio, trabalhava conosco. Por outro lado, prejudicou, porque eu queria um pouco mais da gente, no sentido de namorado, e ele envolvido com políticos, com política, nisso a gente não tinha contato. Hoje, se acontecer ... tem as paqueras (risos), isso tudo, mas se eu arrumar um namorado vai ser a mesma coisa... Não vou poder dar a mesma atenção”.

Segundo o Jornal *O Dia*, em junho de 2007 Andreia foi eleita a Deputada Federal mais atraente, na opinião de 40 parlamentares. Ao ser perguntada sobre como foi para ela receber esse título, disse:

“(Risos) Foi legal, foi engraçado, eu levei na boa. (Risos). Porque ..., bom ... é bom a gente ser elogiada, não vou ser hipócrita. Mas eu levei na brincadeira”.

A entrevistada sintetizou os rebatimentos de sua vida política em sua vida pessoal.

“A minha vida pessoal, eu posso dizer aqui, não existe mais. Hoje eu tenho 33 anos de idade e a coisa mais difícil é sair para passear, ir pra um cinema, isso praticamente não existe”.

Por isso, ao dizer que seu sonho não realizado é ter filhos, completa dizendo que não sabe como isso aconteceria.

Questionada se já sofreu algum tipo de discriminação em virtude de ser mulher e negra (a entrevistada se intitula assim), Andreia respondeu que não e que, inclusive, já foi elogiada na Câmara, não somente por sua beleza, mas pela atuação.

“Olha, sinceramente, até aqui eu não tive problemas pela questão racial.”

Segundo acredita, no início de sua atuação política, especialmente em Brasília, não recebeu crédito de colegas porque estes consideravam-na muito jovem.

“Eles pensavam: ‘O que ela veio fazer aqui? Brincar de amarelinha?’”

Hoje, afirmou, após ter demonstrado seu trabalho, é respeitada por todos os colegas, e revelou ter mais preocupação com a imagem pública, por ser considerada uma referência política pelas mulheres filiadas ao mesmo partido político que ela, o PSDB.

Ficam evidentes, na fala da entrevistada, os desafios que enfrenta na carreira política¹³⁹ e como a escolha desse caminho delineou várias implicações em sua vida pessoal.

Gostaria de ressaltar o olhar não-crítico da Deputada Federal entrevistada a respeito do racismo no Brasil e de como é vivenciado, especialmente, pelas mulheres negras. Tive a impressão de que a entrevistada só conseguiu verificar o “peso” do racismo ao vivenciar determinado episódio nos Estados Unidos:

“Eu já sofri isso, nos Estados Unidos. Eu trabalhava, eu era Deputada Estadual. Então, alguns deputados foram para Miami e ao chegar lá, até mesmo no aeroporto, eu tive problemas pela questão da cor.”

Dessa forma, surgem os seguintes questionamentos: 1) Talvez seja mais “fácil” para o brasileiro acreditar que os racistas são os outros, em especial de outras nações, e que nós formamos um “paraíso tropical com uma mistura harmônica entre as raças”¹⁴⁰; 2) Embora a entrevistada seja Deputada Federal, formada em Direito, nunca fez tal “exercício crítico” acerca do racismo no Brasil, que não considera uma questão social a ser enfrentada.

Todas as entrevistadas, conforme será aprofundado, são da classe média. Dentre elas, Andreia Zito tem a maior renda individual. Assim, é possível que quanto maior a renda, mais “branco” o ambiente freqüentado e assim sendo, o negro que alcança tal patamar sofreria uma espécie de “branqueamento”¹⁴¹, não sendo tratado como negro, mas como um consumidor de bens e serviços de luxo.

Riquíssimo foi o exercício da realização dessa pesquisa social, por vários motivos: 1) A possibilidade dos encontros com as entrevistadas e, assim, de aproximação com as trajetórias desenhadas por essas mulheres negras de profissões e cargos diversos; 2) A oportunidade de contato pessoal com todas, podendo não somente “registrar” suas falas,

¹³⁹FINAMORE, 2006. p.347-362. MIGUEL et. all., 2006. p.363-385.

¹⁴⁰DATAFOLHA, 1995. KAMEL, 2006.

¹⁴¹FERREIRA, 2004, p.42-53, p.67-84. FIGUEIREDO, 2003, p.156-254.

mas verificar suas expressões diante dos vários temas sobre os quais versavam as entrevistas, não raro, observando vozes embargadas; pausas para inibir um choro; olhos cheios d'água, sorrisos, olhares perdidos, buscando fatos do passado, etc.; 3) O reconhecimento das opiniões diversas das entrevistadas a respeito de alguns temas pertinentes à pesquisa social desenvolvida, em especial a manifestação do racismo no Brasil e a trajetória de mulheres negras; 4) A possibilidade da análise das falas das entrevistadas à luz dos conceitos com os quais desenvolvi uma releitura crítica, objetivando a compreensão da totalidade de suas trajetórias e um olhar acerca das fases e/ou momentos vividos por elas. Enfim, embora a fase da pesquisa tenha sido extremamente trabalhosa, considero-na fundamental para a análise do objeto de pesquisa proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da realização da pesquisa, imaginava que encontraria mulheres com muitas características semelhantes, e não foi o que observei, as semelhanças são poucas: são mulheres, identificam-se como negras, nasceram em localidades carentes e em lares pobres¹⁴². Porém, muitas são as diferenças e modos de enfrentar a realidade e compreender temas polêmicos, como o racismo. Essa é uma das armadilhas em que o pesquisador pode cair caso não esteja atento, conforme explica BOURDIEU:

“Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um sujeito cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.” (BOURDIEU, 2001, p.189-190).

Ao longo do presente trabalho demonstrei, por meio da bibliografia e da busca de indicadores sociais, a posição socialmente vulnerável das mulheres negras no Brasil. No desenvolvimento histórico, esse grupo populacional vem conquistando lugares sociais aos quais não tinha acesso, especialmente por sofrer discriminação social. Assim, surge um questionamento: há indícios de redução dessa discriminação racial, ou nos deparamos com

¹⁴² Baseio-me nas falas das entrevistadas acerca das suas realidades no período da infância e adolescência, na profissão dos pais, nos tipos de escolas que as mesmas cursaram nesse período para realizar tal afirmação.

mulheres negras que constituíram uma série de estratégias para enfrentar tal discriminação? Ou haveria uma mescla dessas duas perspectivas?

O presente trabalho pôde mostrar a trajetória de cinco mulheres negras, residentes no Estado do Rio de Janeiro, de diversas profissões e diferentes segmentos sociais: direito, sindicalismo, empresariado, academia e política. Todas nasceram em comunidade carentes, conheceram a pobreza de perto e hoje, são pertencentes à classe média¹⁴³, chegaram a esse novo patamar social, na maioria das vezes, em virtude de seu trabalho.

Foi observado também que todas as entrevistadas passaram por adversidades, mas logo surgiram os primeiros rebatimentos do obstáculo, algum tipo de mecanismo de proteção, motivado especialmente pelos pais e/ou responsáveis, na infância. Será essa uma das diferenças entre essas mulheres negras entrevistadas e outras, que tiveram história bem parecidas mas não desenvolveram o fortalecimento a partir da superação das adversidades?

Outro dado que considero relevante é a constatação da atual solidão dessas mulheres. Das entrevistadas, só duas estavam em algum relacionamento amoroso: Helena, que é casada há 27 anos e ressaltou o companheirismo do marido ao longo da vida conjugal, e Geórgia, que há dois anos tem um namorado que mora em outro Estado (ela não aprofundou acerca desta relação). Maria de Lourdes é viúva e não pretende ter novos relacionamentos conjugais. Silvia e Andreia ressaltaram o fato de nunca terem sido casadas, bem como de não estarem namorando. Andreia também destacou a dificuldade de manter um namoro diante dos muitos compromissos profissionais, relatando uma experiência anterior com um colega de trabalho. Só Helena e Maria de Lourdes tiveram filhos. Silvia e Andreia trouxeram em suas falas esse desejo, ainda não realizado. Será que é impossível para as mulheres negras, atualmente, o desenvolvimento de uma carreira profissional aliada ao desenvolvimento de um relacionamento? Será que quanto maior for

¹⁴³ A renda individual mensal das entrevistadas varia de 9 (nove) a 22 (vinte e dois) salários mínimos. Salário mínimo atual: R\$ 415,00.

o patamar social que essa mulher ocupe, especialmente a renda, maiores serão as dificuldades que encontrará no “mercado afetivo”¹⁴⁴?

Ao analisar a trajetória pessoal e profissional das entrevistadas, torna-se intrínseca a observação acerca de suas escolhas profissionais voltadas para o trabalho com populações vulneráveis. Geórgia atua junto a mulheres em situação de violência doméstica, Maria de Lourdes junto a empregadas domésticas, no reconhecimento de direitos trabalhistas; Sílvia é psicóloga e sanitarista, atua com ONGs que desempenham projetos para comunidades carentes, ministra aulas numa faculdade particular, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e tem com mais duas mulheres negras um grupo de contadoras de histórias africanas; Helena atua na valorização dos cabelos étnicos e Andreia, na defesa da cidadania da população, como Deputada Federal. Um questionamento que se faz presente desde a entrada no campo de pesquisa, e se corporificou durante sua realização, é se essas mulheres poderiam ter passado por todas as adversidades verificadas, tê-las superado e terem feito escolhas profissionais em que não lidassem com populações em situação social vulnerável, em vez de terem optado por ações profissionais junto a esses segmentos da sociedade, buscando, de diversas maneiras, o empoderamento dos mesmos visando a superação dos desafios.

Somente duas entrevistadas relataram participação em movimentos sociais: Geórgia, no Movimento Feminista do Estado do Rio de Janeiro, e Maria de Lourdes, enquanto líder sindical. Desconheço a participação de qualquer das cinco entrevistadas no Movimento Negro, mas todas foram categóricas e enfáticas ao serem questionadas a respeito de sua cor/raça. Responderam ser negras e/ou pretas nas duas modalidades de perguntas realizadas: uma aberta, na qual era perguntado de maneira direta e objetiva qual era a sua cor/raça; e outra em que se questionava a entrevistada de acordo com as classificações do IBGE quanto a cor/raça da população brasileira (opções: branco, amarelo,

¹⁴⁴MOREIRA, Diva. Direitos Humanos no cotidiano. Manual. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. UNESCO. Universidade de São Paulo, 1998 (no prelo) apud: CARNEIRO, 2002, p.176 e 177.

indígena, pardo e negro). Ao serem questionadas sobre o porquê de se considerarem negras, ressaltaram a valorização da raça negra, algumas apontaram o quanto, ressaltando sua identidade racial, estavam valorizando a memória de seus ascendentes pertencentes a essa raça, outras apontaram que se passou muito tempo até que pudessem fazer tal exercício de valorização e de reconhecimento da existência do racismo no Brasil, inclusive porque seus pais e/ou parentes não faziam tal discussão em casa.

Ficou evidente na fala das entrevistadas a existência do racismo no Brasil, e que esse possui contornos diferenciados em relação à situação especial das mulheres negras. Também foi verificado que as entrevistadas não vêm essa temática de forma semelhante à desenvolvida pela academia. Questiono o porquê, tendo chegado a algumas hipóteses: 1) essas mulheres nunca pararam para analisar suas trajetórias, daí o surgimento de frases nas entrevistas do tipo “*Eu nunca tinha parado para pensar nisso!*”; 2) embora as entrevistadas, em alguns momentos, digam nunca ter observado tal questão, ao serem questionadas se já tinham vivenciado situações de discriminação racial, somente uma respondeu negativamente. Assim, verifico que elas têm ciência dos processos discriminatórios por que passaram diversas vezes, mesmo que muitas vezes não tenham percebido; e que o exercício da reflexão torna-se extremamente necessário, contemplando especialmente, no caso do objeto desse estudo, a análise da trajetória de algumas mulheres negras, para que se possa perceber as estratégias desenvolvidas por elas, os desafios por que passaram e continuam a passar, e a análise que fazem de suas trajetórias pessoais.

Enfim, muitos são os questionamentos que surgiram ao longo dessa pesquisa. Alguns ficaram sem resposta, por vários motivos: 1) a escassez de tempo para a conclusão e apresentação da pesquisa; 2) a necessidade de maior aprofundamento teórico, somente possível com maior disponibilidade de tempo, para a releitura crítica dos processos examinados: resiliência e empoderamento; 3) a necessidade de outras entrevistas, com

mulheres atuantes em segmentos sociais diferentes dos pesquisados. Mas acredito que a riqueza da pesquisa está justamente no reconhecimento, muitas vezes inquietante, de que o objeto de pesquisa desenhado toma novos contornos quando dele se aproxima o pesquisador; e que a realidade nunca poderá ser compreendida em sua totalidade, mas podemos sim, como pesquisadores, desenvolver estratégias de aproximação e análise. Não encerro essa pesquisa no momento, mas encerro uma “fase” da pesquisa, apontando possibilidades de seu desdobramento em outra esfera acadêmica.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, Marina et. all. “É melhor ter brancos ressentidos do que não ter negros na universidade” – Entrevista: Ministra Matilde Ribeiro. In: *Caros Amigos*. Ano X. N. 116. São Paulo, 2006. p.30 – 37..

AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social. Um debate emergente. *Serviço Social e Sociedade*. Ano XXVI. N. 81. São Paulo, Cortez Editora, 2005. p.58 – 101.

ASSIS, Simone G. et. all. *Resiliência na Adolescência. Refletindo com educadores sobre superação de dificuldades*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES /CNPq, 2006a.

_____. *Porque é importante ajudar os filhos a “dar a volta” por cima? Conversando com pais de crianças e adolescentes sobre as dificuldades da vida*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES /CNPq, 2006b.

_____. *Encarando os desafios da vida: Uma conversa com adolescentes*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES /CNPq, 2006c.

_____. *Superação de dificuldades na infância e adolescência. Conversando com profissionais de saúde sobre resiliência e promoção da saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES /CNPq, 2006d.

_____. *Resiliência. Enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: ARTMED, 2006e.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça ? In: *Cadernos de Pesquisa*. V. 34. N. 121. São Paulo, 2004.

BARLACH, Lisete. *O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BARROS, Nívia Valença. *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*. Ano 3. N. 2. Florianópolis, 1995. p.479 – 488.

BLACKWELL, Maylei et. all. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para as Práticas Feministas Transnacionais. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2002. Ano 10. p.189-198.

- BLUM, Robert Wm. Risco e Resiliência – Sumário para o desenvolvimento de um Programa. *Adolescência Latino-Americana*. V. 1. N. 1. Porto Alegre, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moares Ferreira e AMADO, Janaína. Usos e Abusos da história oral. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2001, p.183 – 191.
- BOURDIEU, Pierre (Org). A miséria do mundo. Ed. Vozes. Petrópolis, 1997.
- BRITO, Benilda Regina Paiva de. Violência e solidão: territórios dominados por mulheres negras. In: TAQUETTE, Stella R. (Org.) *Violência contra a mulher adolescente / jovem*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2006. p.67 – 72.
- _____. Mulher, negra e pobre – A tripla discriminação. In: *Revista Teoria e Debate*. N. 36. São Paulo, 1997. Disponível em: www.fpabramo.org.br/td/Td36/Td36_sociedade.htm. Data do Acesso: 02/08/2005.
- BUENO, Francisco de Oliveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1986.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença. *Estudos Feministas*. Ano 8. Florianópolis, 2000. p.90 – 108.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: PORTO, Marta (Org.) *Olhares Femininos. Mulheres Brasileiras*. Rio de Janeiro, 2006. p.109 – 126.
- _____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Org.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro, 2003. p.49 – 58.
- _____. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina et. all. (Org.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Editora 34, 2002a. p.169-193.
- _____. Estratégias para promover a justiça social. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo et. all. *Tirando a máscara. Ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002b. p.311 – 323.
- _____. CARNEIRO, Sueli. A Batalha de Durban. In: *Estudos Feministas*. Ano 10. N. 1. Santa Catarina, Editora UFSC, 2002c. p.209-214.
- CARONE, Iray et. All. (Org). Psicologia social do racismo. *Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2003. 2 ed.
- CARVALHO, Liandra Lima. Da “Democracia Racial” à “Igualdade Racial”: Um esboço dessa trajetória histórica. Anais do II Encontro Nacional de Política Social e IV Seminário de Práticas em Serviço Social. Vitória, 2007.
- _____. *Negro: De escravo a cidadão? Um estudo sobre a cidadania da população negra brasileira*. Anais do IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Salvador, 2007.
- CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. V. 20. N. 4. Rio de Janeiro, 2004.
- COSTA, Delaine Martins. A gramática do orçamento a partir das perspectivas de gênero e raça. *IBAM Municípios*. Ano 50. N. 251. p.7 – 16.
- COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. V. 24. N. 1. Rio de Janeiro, 2002.

- CRENSHAM, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos Feministas*. Ano 10. Florianópolis, 2002. p.171-188.
- CRIOLA. *Desigualdade Racial em Números – Alternativas de Superação*. CD-ROM. Rio de Janeiro, 2002.
- DATAFOLHA. *O Racismo Cordial. A mais completa análise do preconceito de cor no Brasil*. São Paulo, 1995.
- ESTANISLAU, Lídia Avelar. Feminino Plural: Negras do Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Ática, 1978.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro Descendente. Identidade em Construção*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2004.
- _____. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*. V. 14. N. 1. Porto Alegre, 2002.
- FIGUEIREDO, Ângela Lúcia Silva. A classe média não vai para o paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros. Dissertação de Doutorado em Sociologia, apresentada junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- FINAMORE, Cláudia Maria e CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Estudos Feministas*. N. 14 (2). Florianópolis, 2006. p.347-362.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e Ocultamento da Diferença. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.) *Brasil Afro-Brasileiro*. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2000. p.89 – 115.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Ática, 1999.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro, Ed. MEC, 1985.
- FRANCISCO, Dalmir. Comunicação, identidade cultural e racismo. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.) *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2000. p.119 – 151.
- GARCIA, Ana Cristina Bechara Barros Frões. *O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas: uma experiência em grupo de apoio*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. p.80 – 115.
- GARCIA, Isadora. Vulnerabilidade e Resiliência. *Adolescência Latino-Americana*. V. 1. N. 1. Porto Alegre, 1997. p.128-130.
- GAZETA On Line. Salário de brancos e negros deve se igualar em 32 anos, diz IPEA. 13/05/2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL467980-5598,00.html>. Data do Acesso: 14/05/2008.
- GIACOMINI, Sônia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Estudos Feministas*. V. 14. N. 1. Florianópolis, 2006.
- _____. *Mulher e Escrava*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.
- GENTIL, Marcelo. Abolição: 106 anos de quê? *Carta*. N. 13. Brasília, 1994. p.183-188.
- GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. São Paulo, Editora Autêntica, 2006.

- GONZALES, Lélia. Mulher Negra. *Carta*. N. 13. Brasília, 1994. p.171-182.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito e Discriminação: Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2004. 2 ed.
- _____. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. *Estudos Afro-Asiáticos*. N. 38. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho. In: SOUZA, Jessé (Org). *Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, 2001. p.387-414.
- _____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. Ed. DP &A. Rio de Janeiro, 2005.
- HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 1996. p.235-249.
- HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro, 1994.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*. Ano 3. N. 2. Florianópolis, 1995. p.464 – 478.
- INANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, Ática, 1987. p.110-133.
- INEP. *Censo do Ensino Superior. Perfil dos Docentes por cor/raça*. Disponível em: www.inep.gov.br/sinaes. Data do Acesso: 10 nov. 2007.
- JUNIOR, Teófilo de Queiroz. *Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ática, 1981.
- JUNQUEIRA, Maria de F. P.da S. et. all. Resiliência e maus-tratos à criança. *Caderno de Saúde Pública*. N. 19(1). Rio de Janeiro, 2003. p.227-235.
- KAMEL, Ali. *Não somos racistas. Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2006.
- LEMOS, Rosália de Oliveira. *Feminismo Negro em Construção: a organização do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Estudos Feministas*. Ano 3. Florianópolis, 1995. p.489 – 495.
- MAGGIE, I. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”. As categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos Chor et. all. (Org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade et. al. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo, Editora ATLAS, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe e QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*. N. 14 (2). Florianópolis, 2006. p.363-385.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

- _____. *O desafio do conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. Rio de Janeiro-São Paulo, HUCITEC-ABRASCO, 1998.
- MOUSSE, Simone. Pelo fim da chapinha e em defesa do visual black. Rio de Janeiro, 13 jan. 2008. *Jornal O GLOBO. Revista da TV*. p.12-13.
- _____. Com mais espaço, mas ainda pobres. Rio de Janeiro, 13 jan. 2008. *Jornal O GLOBO. Revista da TV*. p.14.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor. Identidade, raça e gênero*. São Paulo, Editora Selo Negro, 2002.
- NASCIMENTO, Maria da Conceição. *Considerações sobre racismo e subjetividade: problematizando práticas / Desnaturalizando sujeitos e lugares*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- NETO, Otácio Cruz et. al. *Grupos Focais e Pesquisa Social: O Debate Orientado como Técnica de Investigação*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2001.
- OLIVEIRA, Adriana Lucinda. *A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária*. Gênero. V. 5. N. 2. Niterói, 2005. p.157-166.
- _____. *O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. p.52 – 121.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Racismo, direitos e cidadania. In: *Estudos Avançados*. N. 50. São Paulo, 2004. p.81-94.
- PACHECO, Paula. A cor faz a diferença. *Revista Carta Capital*. Ano XIII. N. 413. 04/10/2006.
- PALUDO, Simone dos S. et. all. Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. V. 21. N. 2. Maringá, 2005.
- PESCE, Renata P.et. all. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. V. 20. N. 2. Brasília, 2004.
- PINHEIRO, Débora P.N. A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*. V. 9. N. 1. Maringá, 2004. p.67-75.
- PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos PAGU*. N. 23. Campinas, 2004.
- PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. In: *Cadernos de Pesquisa*. V. 35. N. 124. São Paulo, 2005. p.43-55.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. *Racismo, pobreza e violência*. São Paulo, 2005.
- POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Revista Lua Nova*. N° 63. São Paulo, 2004. p.179 – 201.
- POLETTO, Michele et. all. Resiliência e Desenvolvimento Infantil de crianças que cuidam de crianças: Uma Visão em Perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. V. 20. N. 3. Maringá, 2004. p.241 – 250.
- RALHA-SIMÕES, Helena. Resiliência e desenvolvimento pessoal. In: TAVARES, José (Org.) *Resiliência e Educação*. São Paulo, Cortez Editora, 2001. p.95 – 113.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996. p.15 – 38.
- REVISTA RAÇA BRASIL. *Elas estão de volta, talentosas, guerreiras e brilhantes !*. N. 114. p.28 – 31.

- REVISTA VEJA. *Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a UNB, este é branco e este é negro*. Ano 40. N. 22. São Paulo, 2007. p.82-88.
- REZENDE, Cláudia Barcellos et. all (Org.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002. p.13 – 23.
- ROCHA, Elaine Pereira. Visibilidade para as mulheres negras: uma urgência histórica. In: FONSECA, Denise P.R. da (Org). *Resistência e Inclusão. História, cultura, educação e cidadania afrodescendente*. V. 1. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 2003. p.89 – 99.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Almanaque Pedagógica Afrobrasileiro: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar*. Belo Horizonte, Nzinga, 2006.
- ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo et. all. *Tirando a máscara. Ensaio sobre racismo no Brasil*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002. p.237 – 256.
- RUFINO, Alzira. Configurações em preto e branco. In: ASKOHA Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania. *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro, 2003. p.29-38.
- SANSONE, Livio. Racismo sem Etnicidade. Políticas Públicas e Discriminação em Perspectiva Comparada. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. N. 4. V. 41. Rio de Janeiro, 1998. p.751-783.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2005.
- _____. *Mulher Negra, homem branco. Um breve estudo sobre o feminino negro*. Rio de Janeiro, 2004.
- SCHUMAHER, Schuma et. al. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora SENAC, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça como negociação: sobre teorias racias em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.) *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2000. p.13 – 40.
- _____. Nem preto nem branco muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.) *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, 1998. p.201.
- SENADO FEDERAL. Paulo Paim. *Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília, 2003.
- SEPPIR. *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial*. Disponível em: www.presidencia.gov.br/seppir
- SILVA, Anderson Paulino da. *Mérito, mobilidade e raça: Uma abordagem das relações entre negros e brancos na universidade*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006
- SILVA, Jorge da. *Violência e Racismo no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia e Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1998.
- SLAP, Gail. B. Conceitos atuais, aplicações práticas e resiliência no novo milênio. *Adolescência Latino-Americana*. V. 2. N. 3. Porto Alegre, 2001.
- SOARES, Vera. O verso e o reverso da construção da cidadania feminina. Branca e negra, no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2000. p.257 – 282.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. 2 ed. p.188 – 203, 233 – 257.

- SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. N. 65. São Paulo, 2005.
- _____. *A construção social da subcidadania. Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. In: SOUZA, Jessé (Org). *Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Ed. UNB, 2001.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- STREY, Marlene. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Kriger & WERBA, Graziela C. (Orgs.) *Violência e Gênero: coisas que você não gostaria de saber*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001. p.47 – 70.
- TAVARES, José. A resiliência na sociedade emergente. In: TAVARES, José (Org.). *Resiliência e Educação*. São Paulo, Cortez Editora, 2001. p.43 – 75.
- TEIXEIRA, Mirna Barros. *Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção à saúde*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2002.
- TOUTIEN-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moares Ferreira e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da história oral*. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2001, p.233 – 245.
- UNIFEM e IPEA. *Retrato das Desigualdades*. Brasília, 2006.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *O poder que brota da dor e da opressão. Empowerment, sua história, teorias e estratégias*. São Paulo, Paulus, 2003.
- _____. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental. *Serviço Social e Sociedade*. N. 65. Ano XXII. São Paulo, Cortez Editora, 2001. p.5 – 53.
- VALENTE, Flávio et. all. *Curso Formação em Direito Humanos à Alimentação adequada*. ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. São Paulo, 2007.
- VELLOSO, Marta Pimenta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciência & Saúde Coletiva*. N° 10 (supl). Rio de Janeiro, 2005. p.49 – 61.
- WERNECK, Jurema. A era da inocência acabou, já foi tarde. In: ASKOHA Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania. *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro, 2003. p.39 – 48.
- YUNES, Maria Ângela Mattar et. al. Resiliência: Noção, Conceitos Afins e Considerações Críticas. In: TAVARES, José (Org). *Resiliência e Educação*. São Paulo, Cortez Editora, 2001. p.13 – 42.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

- Nome
- Idade, estado civil, tem filhos? (quantos? Qual a idade?)
- Renda pessoal
- Mora com quem?

TRAJETÓRIA PESSOAL E FAMILIAR

- Qual o local do seu nascimento?
- Falar da infância e da adolescência, enfatizando:
 - a relação com os pais / responsáveis
 - a relação com irmãos / irmãs
 - a relação com parentes, como tios(as), avós, avôs e etc.
 - onde morava na época.
- Falar da atualidade, enfatizando:
 - a relação com o marido, namorado ou companheiro
 - a relação com os pais / responsáveis
 - a relação com os irmãos / irmãs
 - a relação com o trabalho
 - a relação com amigos.
- Falar da trajetória educacional, enfatizando:
 - que tipo de escola estudou?
 - como era o seu relacionamento com colegas e professores?
- Qual a(s) pessoa(s) que mais lhe incentivou(aram)? Como foi esse incentivo?
- Qual foi o primeiro obstáculo em sua vida? Como você o avalia, hoje?
- Qual sonho, você tinha no passado e já conseguiu realizar?
- Qual o seu desejo, hoje, para o futuro?
- Quais foram os principais obstáculos e dificuldades que você teve que enfrentar para conquistar os seus objetivos?

IDENTIDADE RACIAL

- Como se classifica em termos de identidade racial?
- Segundo a classificação do IBGE, como você se classificaria?
() Branco() Pardo() Negro() Amarelo() Indígena
- Por que?

RACISMO

- Você acredita que exista racismo no Brasil? Por que?
- Você acha que ser mulher e negra constitui uma barreira no âmbito social e econômico? Por que?
- Você acha que as mulheres negras possuem um número maior de obstáculos para atingirem seus objetivos?
- Você alguma vez já sofreu algum tipo de discriminação racial? Como foi esse episódio? Que medida(s) você tomou?
- Você já assistiu ou soube de episódios de discriminação racial realizados contra pessoas próximas a você (por exemplo: parentes, amigos)? Qual foi a atitude tomada pela pessoa? Qual a atitude seria tomada por você?

ATUALIDADE

- Hoje, como é a sua rotina?
- Você acha importante ou estimulante, exemplos de trajetória de vida para incentivar as pessoas? Teve alguém que foi um exemplo para você? Quem? Como foi?
- Existe hoje ou você já vivenciou em algum momento, a possibilidade de você passar para outras pessoas sua experiência? Como?
- Se você tivesse, nesse momento, que dedicar sua trajetória a alguém, para quem seria? Por que?
- Sintetize em uma frase, quem é hoje.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)